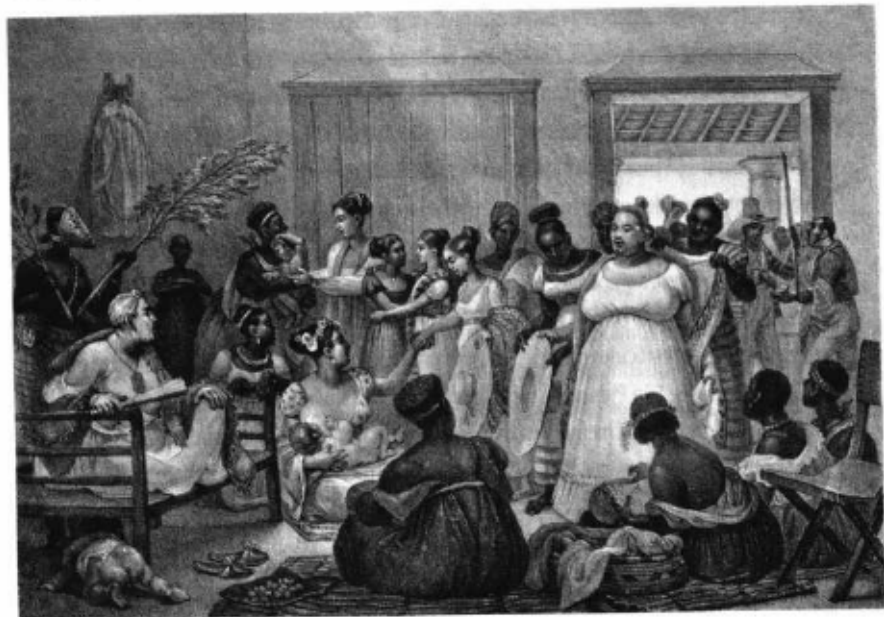


I Características gerais da colonização portuguesa do Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida



Visita a uma fazenda, J.-B. Debret, *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*, 1834, v. 2, pr. 10. Acervo do Instituto de Estudos Brasileiros da USP.

Quando em 1532 se organizou econômica e civilmente a sociedade brasileira, já foi depois de um século inteiro de contato dos portugueses com os trópicos; de demonstrada na Índia e na África sua aptidão para a vida tropical. Mudado em São Vicente e em Pernambuco o rumo da colonização portuguesa do fácil, mercantil, para o agrícola; organizada a sociedade colonial sobre base mais sólida e em condições mais estáveis que na Índia ou nas feitorias africanas, no Brasil é que se realizaria a prova definitiva daquela aptidão. A base, a agricultura; as condições, a estabilidade patriarcal da família, a regularidade do trabalho por meio da escravidão, a união do português com a mulher índia, incorporada assim à cultura econômica e social do invasor.

Formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio – e mais tarde de negro – na composição. Sociedade que se desenvolveria defendida menos pela consciência de raça, quase nenhuma no português cosmopolita e plástico, do que pelo exclusivismo religioso desdobrado em sistema de profilaxia social e política. Menos pela ação oficial do que pelo braço e pela espada do particular. Mas tudo isso subordinado ao espírito político e de realismo econômico e jurídico que aqui, como em Portugal,¹ foi desde o primeiro século ele-

mento decisivo de formação nacional; sendo que entre nós através das grandes famílias proprietárias e autônomas: senhores de engenho com altar e capelão dentro de casa e índios de arco e flecha ou negros armados de arcabuzes às suas ordens; donos de terras e de escravos que dos senados de Câmara falaram sempre grosso aos representantes del-Rei e pela voz liberal dos filhos padres ou doutores clamaram contra toda espécie de abusos da metrópole e da própria Madre Igreja. Bem diversos dos *criollos* ricos e dos bacharéis letrados da América espanhola – por longo tempo inermes à sombra dominadora das catedrais e dos palácios dos vice-reis, ou constituídos em *cabildos* que em geral só faziam servir de mangação aos reinóis todo-poderosos.

A singular predisposição do português para a colonização híbrida e escravocrata dos trópicos, explica-a em grande parte o seu passado étnico, ou antes, cultural, de povo indefinido entre a Europa e a África. Nem intransigentemente de uma nem de outra, mas das duas. A influência africana fervendo sob a européia e dando um acre requieme à vida sexual, à alimentação, à religião; o sangue mouro ou negro correndo por uma grande população brancarana quando não predominando em regiões ainda hoje de gente escura;² o ar da África, um ar quente, oleoso, amolecendo nas instituições e nas formas de cultura as durezas germânicas; corrompendo a rigidez moral e doutrinária da Igreja medieval; tirando os ossos ao cristianismo, ao feudalismo, à arquitetura gótica, à disciplina canônica, ao direito visigótico, ao latim, ao próprio caráter do povo. A Europa reinando mas sem governar; governando antes a África.

Corrigindo até certo ponto tão grande influência do clima amolecedor, atuaram sobre o caráter português, entesando-o, as condições sempre tensas e vibráteis de contato humano entre a Europa e a África; o constante estado de guerra (que entretanto não excluiu nunca a miscigenação nem a atração sexual entre as duas raças, muito menos o intercurso entre as duas culturas);³ a atividade guerreira, que se compensava do intenso esforço militar relaxando-se, após a vitória, sobre o trabalho agrícola e industrial dos cativos de guerra, sobre a escravidão ou a semi-escravidão dos vencidos. Hegemonias e subserviências essas que não se perpetuavam; revezavam-se⁴ tal como no incidente dos sinos de Santiago de Compostela. Os quais teriam sido mandados levar pelos mouros à mesquita de Córdoba às costas dos

cristãos e por estes, séculos mais tarde, mandados reconduzir à Galiza às costas dos mouros.

Quanto ao fundo considerado autóctone de população tão move-dição, uma persistente massa de dólicos morenos,⁵ cuja cor a África árabe e mesmo negra, alagando de gente sua largos trechos da Península, mais de uma vez veio avivar de pardo ou de preto. Era como se os sentisse intimamente seus por afinidades remotas apenas empalidecidas; e não os quisesse desvanecidos sob as camadas sobrepostas de nórdicos nem transmudados pela sucessão de culturas europeizantes. Toda a invasão de celtas, germanos, romanos, normandos – o anglo-escandinavo, o *H. Europaeus L.*, o feudalismo, o cristianismo, o direito romano, a monogamia. Que tudo isso sofreu restrição ou refração em um Portugal influenciado pela África, condicionado pelo clima africano, solapado pela mística sensual do islamismo.

“Em vão se procuraria um tipo físico unificado”, notava há anos em Portugal o conde Hermann de Keyserling. O que ele observou foram elementos os mais diversos e mais opostos, “figuras com ar escandinavo e negróides”, vivendo no que lhe pareceu “união profunda”. “A raça não tem aqui papel decisivo”, concluiu o arguto observador.⁶ E já da sociedade moçárabe escrevera Alexandre Herculano: “População indecisa no meio dos dois bandos contendores [nazarenos e maometanos], meia cristã, meia sarracena, e que em ambos contava parentes, amigos, simpatias de crenças ou de costumes”.⁷

Esse retrato do Portugal histórico, traçado por Herculano, talvez possa estender-se ao pré e pró-histórico; o qual nos vai sendo revelado pela arqueologia e pela antropologia tão dúbio e indeciso quanto o histórico. Antes dos árabes e berberes: capsianos, libifênios, elementos africanos mais remotos. O *H. Taganus*.⁸ Ondas semitas e negras, ou negróides, batendo-se com as do Norte.

A indecisão étnica e cultural entre a Europa e a África parece ter sido sempre a mesma em Portugal como em outros trechos da Península. Espécie de bicontinentalidade que correspondesse em população assim vaga e incerta à bissexualidade no indivíduo. E gente mais flutuante que a portuguesa, dificilmente se imagina; o bambo equilíbrio de antagonismos reflete-se em tudo o que é seu, dando-lhe ao comportamento uma fácil e frouxa flexibilidade, às vezes perturbada por dolorosas hesitações,⁹ e ao caráter uma especial riqueza de apti-

dões, ainda que não raro incoerentes e difíceis de se conciliarem para a expressão útil ou para a iniciativa prática.

Ferraz de Macedo, a quem a sensibilidade patriótica de seus conterrâneos não perdoa o amargo de algumas conclusões justas, entre muitas de um grosso exagero, procurando definir o tipo normal português, deu logo com a dificuldade fundamental: a falta de um tipo dinâmico determinado. O que encontrou foram hábitos, aspirações, interesses, índoles, vícios, virtudes variadíssimas e com origens diversas – étnicas, dizia ele; culturais, talvez dissesse mais cientificamente.

Entre outros, verificou Ferraz de Macedo no português os seguintes característicos desconstruídos: a “genesia violenta” e o “gosto pelas anedotas de fundo erótico”, “o brio, a franqueza, a lealdade”; “a pouca iniciativa individual”, “o patriotismo vibrante”; “a imprevidência”, “a inteligência”; “o fatalismo”, “a primorosa aptidão para imitar”.¹⁰

Mas o luxo de antagonismos no caráter português, surpreendeu-o magnificamente Eça de Queirós. O seu Gonçalo, d'*A ilustre casa de Ramires*, é mais que a síntese do fidalgo¹¹ – é a síntese do português de não importa que classe ou condição. Que todo ele é e tem sido desde Ceuta, da Índia, da descoberta e da colonização do Brasil como o Gonçalo Ramires: “cheio de fogachos e entusiasmos que acabam logo em fumo” mas persistente e duro “quando se fila à sua idéia”; de “uma imaginação que o leva [...] a exagerar até a mentira” e ao mesmo tempo de um “espírito prático sempre atento à realidade útil”; de uma “ vaidade”, de “uns escrúpulos de honra”, de “um gosto de se arrebicar, de luzir” que vão quase ao ridículo, mas também de uma grande “simplicidade”; melancólico ao mesmo tempo que “palrador, sociável”; generoso, desleixado, trapalhão nos negócios; vivo e fácil em “compreender as coisas”: sempre à espera de “algum milagre, do velho Ourique que sanará todas as dificuldades”; “desconfiado de si mesmo, acovardado, encolhido até que um dia se decide e aparece um herói”.¹² Extremos desconstruídos de introversão e extroversão ou alternativas de sintonia e esquizoidia, como se diria em moderna linguagem científica.

Considerando no seu todo, o caráter português dá-nos principalmente a idéia de “vago impreciso”, pensa o crítico e historiador inglês Aubrey Bell; e essa imprecisão é que permite ao português reunir dentro de si tantos contrastes impossíveis de se ajustarem no duro e

anguloso castelhano, de um perfil mais definidamente gótico e europeu.¹³ O caráter português – comparação do mesmo Bell – é como um rio que vai correndo muito calmo e de repente se precipita em quedas de água: daí passar do “fatalismo” a “rompantes de esforço heróico”; da “apatia” a “explosões de energia na vida particular e a revoluções na vida pública”; da “docilidade” a “ímpetos de arrogância e crueldade”; da “indiferença” a “fugitivos entusiasmos”, “amor ao progresso”, “dinamismo”... É um caráter todo de arrojados súbitos que entre um ímpeto e outro se compraz em certa indolência voluptuosa muito oriental, na saudade, no fado, no lausperene. “Místicos e poéticos” – são ainda os portugueses segundo Bell (o inglês que depois de Beckford melhor tem sentido e compreendido a gente e a vida de Portugal), “com intervalos de intenso utilitarismo [...] caindo dos sonhos vãos numa verdadeira volúpia de proveito imediato; das alturas da alegria na tristeza, no desespero, no suicídio; da vaidade no pessimismo [...] alternando a indolência com o amor da aventura e do esporte.”¹⁴

O que se sente em todo esse desadorno de antagonismos são as duas culturas, a europeia e a africana, a católica e a maometana, a dinâmica e a fatalista encontrando-se no português, fazendo dele, de sua vida, de sua moral, de sua economia, de sua arte um regime de influências que se alternam, se equilibram ou se hostilizam. Tomando em conta tais antagonismos de cultura, a flexibilidade, a indecisão, o equilíbrio ou a desarmonia deles resultantes, é que bem se compreende o especialíssimo caráter que tomou a colonização do Brasil, a formação *sui generis* da sociedade brasileira, igualmente equilibrada nos seus começos e ainda hoje sobre antagonismos.

Vários antecedentes dentro desse de ordem geral – bicontinentalidade, ou antes, dualismo de cultura e de raça – impõem-se à nossa atenção em particular: um dos quais a presença, entre os elementos que se juntaram para formar a nação portuguesa, dos de origem ou estoque semita,¹⁵ gente de uma mobilidade, de uma plasticidade, de uma adaptabilidade tanto social como física que facilmente se surpreendem no português navegador e cosmopolita do século XV.¹⁶ Hereditariamente predisposto à vida nos trópicos por um longo *habitat* tropical, o elemento semita, móvel e adaptável como nenhum outro, terá dado ao colonizador português do Brasil algumas das suas principais condições físicas e psíquicas de êxito e de resis-

tência. Entre outras, o realismo econômico que desde cedo corrigiu os excessos de espírito militar e religioso na formação brasileira.

A mobilidade foi um dos segredos da vitória portuguesa; sem ela não se explicaria ter um Portugal quase sem gente,¹⁷ um pessoalzinho ralo, insignificante em número – sobejo de quanta epidemia, fome e sobretudo guerra afligiu a Península na Idade Média – conseguido salpicar virilmente do seu resto de sangue e de cultura populações tão diversas e a tão grandes distâncias umas das outras: na Ásia, na África, na América, em numerosas ilhas e arquipélagos. A escassez de capital-homem, supriram-na os portugueses com extremos de mobilidade e miscibilidade: dominando espaços enormes e onde quer que pousassem, na África ou na América, emprenhando mulheres e fazendo filhos, em uma atividade genésica que tanto tinha de violentamente instintiva da parte do indivíduo quanto de política, de calculada, de estimulada por evidentes razões econômicas e políticas da parte do Estado.

Os indivíduos de valor, guerreiros, administradores, técnicos, eram por sua vez deslocados pela política colonial de Lisboa como peças em um tabuleiro de gamão: da Ásia para a América ou daí para a África, conforme conveniências de momento ou de religião. A Duarte Coelho, enriquecido pela experiência da Índia, entrega D. João III a nova capitania de Pernambuco; seus filhos, Jorge e Duarte de Albuquerque, adestrados nos combates contra os índios americanos, são chamados às guerras mais ásperas na África; da Madeira vêm para os engenhos do norte do Brasil técnicos no fabrico do açúcar. Aproveitam-se os navios da carreira das Índias para o comércio com a colônia americana. Transportam-se da África para o trabalho agrícola no Brasil nações quase inteiras de negros. Uma mobilidade espantosa. O domínio imperial realizado por um número quase ridículo de europeus correndo de uma para outra das quatro partes do mundo então conhecido como em um formidável jogo de quatro cantos.¹⁸

Quanto à miscibilidade, nenhum povo colonizador, dos modernos, excedeu ou sequer igualou nesse ponto aos portugueses. Foi misturando-se gostosamente com mulheres de cor logo ao primeiro contato e multiplicando-se em filhos mestiços que uns milhares apenas de machos atrevidos conseguiram firmar-se na posse de terras vastíssimas e competir com povos grandes e numerosos na extensão de domínio colonial e na eficácia de ação colonizadora. A miscibilidade, mais do que a mobilidade, foi o processo pelo qual os portugueses compensa-

ram-se da deficiência em massa ou volume humano para a colonização em larga escala e sobre áreas extensíssimas. Para tal processo preparara-os a íntima convivência, o intercuro social e sexual com raças de cor, invasora ou vizinhas da Península, uma delas, a de fé maometana, em condições superiores, técnicas e de cultura intelectual e artística, à dos cristãos louros.¹⁹

O longo contato com os sarracenos deixara idealizada entre os portugueses a figura da moura-encantada, tipo delicioso de mulher morena e de olhos pretos,²⁰ envolta em misticismo sexual – sempre de encarnado,²¹ sempre penteando os cabelos ou banhando-se nos rios ou nas águas das fontes mal-assombradas²² – que os colonizadores vieram encontrar parecido, quase igual, entre as índias nuas e de cabelos soltos do Brasil. Que estas tinham também os olhos e os cabelos pretos, o corpo pardo pintado de vermelho,²³ e, tanto quanto as nereidas mouriscas, eram doidas por um banho de rio onde se refrescasse sua ardente nudez e por um pente para pentear o cabelo.²⁴ Além do que, eram gordas como as mouras. Apenas menos ariscas: por qualquer bugiganga ou caco de espelho estavam se entregando, de pernas abertas, aos “caraíbas” gulosos de mulher.

Em oposição à lenda da moura-encantada, mas sem alcançar nunca o mesmo prestígio, desenvolveu-se a da moura-torta. Nesta vazou-se porventura o ciúme ou a inveja sexual da mulher loura contra a de cor. Ou repercutiu, talvez, o ódio religioso: o dos cristãos louros descidos do Norte contra os infiéis de pele escura. Ódio que resultaria mais tarde em toda a Europa na idealização do tipo louro, identificado com personagens angélicas e divinas em detrimento do moreno, identificado com os anjos maus, com os decaídos, os malvados, os traidores.²⁵ O certo é que, no século XVI, os embaixadores mandados pela República de Veneza às Espanhas a fim de cumprimentarem o rei Felipe II, notaram que em Portugal algumas mulheres das classes altas tingiam os cabelos de “cor loura” e lá na Espanha várias “arrebicavam o rosto de branco e encarnado” para “tornarem a pele, que é algum tanto ou antes muito trigueira, mais alva e rosada, persuadidas de que todas as trigueiras são feias.”²⁶

Pode-se, entretanto, afirmar que a mulher morena tem sido a preferida dos portugueses para o amor, pelo menos para o amor físico. A moda de mulher loura, limitada aliás às classes altas, terá sido antes a repercussão de influências exteriores do que a expressão de genuíno

gosto nacional. Com relação ao Brasil, que o diga o ditado: “Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar”;²⁷ ditado em que se sente, ao lado do convencionalismo social da superioridade da mulher branca e da inferioridade da preta, a preferência sexual pela mulata. Aliás o nosso lirismo amoroso não revela outra tendência senão a glorificação da mulata, da cabocla, da morena celebrada pela beleza dos seus olhos, pela alvura dos seus dentes, pelos seus dengues, quindins e embelegos muito mais do que as “virgens pálidas” e as “louras donzelas”. Estas surgem em um ou em outro soneto, em uma ou em outra modinha do século XVI ou XIX. Mas sem o relevo das outras.

Outra circunstância ou condição favoreceu o português, tanto quanto a miscibilidade e a mobilidade, na conquista de terras e no domínio de povos tropicais: a aclimatabilidade.

Nas condições físicas de solo e de temperatura, Portugal é antes África do que Europa. O chamado “clima português” de Martone, único na Europa, é um clima aproximado do africano. Estava assim o português predisposto pela sua mesma mesologia ao contato vitorioso com os trópicos: seu deslocamento para as regiões quentes da América não traria as graves perturbações da adaptação nem as profundas dificuldades de aclimação experimentadas pelos colonizadores vindos de países de clima frio. Por mais que Gregory insista²⁸ em negar ao clima tropical a tendência para produzir *per se* sobre o europeu do Norte efeitos de degeneração, recordando ter Elkington verificado em 1922 na colônia holandesa de Kissav, fundada em 1783, condições satisfatórias de salubridade e prosperidade, sem nenhuma evidência de degeneração física (“*obvious evidence of physical degeneration*”) entre os colonos louros,²⁹ grande é a massa de evidências que parecem favorecer o ponto de vista contrário: o daqueles que pensam revelar o nórdico fraco ou nenhuma aclimatabilidade nos trópicos. O professor Oliveira Viana, desprezando com extrema parcialidade depoimentos como os de Elkington e Gregory, aos quais nem sequer alude, reuniu contra a pretendida capacidade de adaptação dos nórdicos aos climas tropicais o testemunho de alguns dos melhores especialistas modernos em assunto de climatologia e antropogeografia: Taylor, Glenn Trewarka, Huntington, Karl Sapper. Deste cita o sociólogo brasileiro expressivo juízo sobre os esforços colonizadores dos europeus do Norte nos trópicos: “Os europeus do Norte não têm conseguido constituir, nos planaltos tropicais, senão esta-

belecimentos temporários. Eles têm tentado organizar, nestas regiões, uma sociedade permanente, de base agrícola, em que o colono viva do seu próprio trabalho manual; mas em todas essas tentativas têm fracassado”.³⁰ Mas é Taylor,³¹ talvez, aquele dentre os antropólogos cujas conclusões se contrapõem com mais força e atualidade às de Gregory. Antes dos estudos de Taylor e de Huntington, de antropogeografia e antropologia cultural e dos de Dexter, de climatologia, já Benjamin Kidd observara quanto à aclimação dos europeus do Norte nos trópicos: “todas as experiências nesse sentido têm sido vãs e inúteis esforços desde logo destinados a fracasso” (*foredoomed to failure*).³² E Mayo Smith concluíra do ponto de vista da estatística aplicada à sociologia: “As nossas estatísticas não são suficientemente exatas para indicarem ser impossível aclimatar-se permanentemente o europeu nos trópicos, mas mostram ser isto extremamente difícil”.³³

Ao contrário da aparente incapacidade dos nórdicos, é que os portugueses têm revelado tão notável aptidão para se aclimatarem em regiões tropicais. É certo que através de muito maior miscibilidade que os outros europeus: as sociedades coloniais de formação portuguesa têm sido todas híbridas, umas mais, outras menos. No Brasil, tanto em São Paulo como em Pernambuco – os dois grandes focos de energia criadora nos primeiros séculos da colonização, os paulistas no sentido horizontal, os pernambucanos no vertical³⁴ – a sociedade capaz de tão notáveis iniciativas como as bandeiras, a catequese, a fundação e consolidação da agricultura tropical, as guerras contra os franceses no Maranhão e contra os holandeses em Pernambuco, foi uma sociedade constituída com pequeno número de mulheres brancas e larga e profundamente mesclada de sangue indígena. Diante do que torna-se difícil, no caso do português, distinguir o que seria aclimatabilidade de colonizador branco – já de si duvidoso na sua pureza étnica e na sua qualidade, antes convencional que genuína de europeu – da capacidade de mestiço, formado desde o primeiro momento pela união do adventício sem escrúpulos nem consciência de raça com mulheres da vigorosa gente da terra.

De qualquer modo o certo é que os portugueses triunfaram onde outros europeus falharam: de formação portuguesa é a primeira sociedade moderna constituída nos trópicos com características nacionais e qualidades de permanência. Qualidades que no Brasil madrugaram,

em vez de se retardarem como nas possessões tropicais de ingleses, franceses e holandeses.

Outros europeus, estes brancos, puros, dólico-louros habitantes de clima frio, ao primeiro contato com a América equatorial sucumbiriam ou perderiam a energia colonizadora, a tensão moral, a própria saúde física, mesmo a mais rija, como os puritanos colonizadores de Old Providence; os quais, da mesma fibra que os pioneiros da Nova Inglaterra, na ilha tropical se deixaram espapaçar em uns dissolutos e moleirões.³⁵

Não foi outro o resultado da emigração de *loyalists* ingleses da Geórgia e de outros dos novos estados da União Americana para as ilhas Bahamas – duros ingleses que o meio tropical em menos de cem anos amolengou em “*poor white trash*”;³⁶ o mesmo teria provavelmente sucedido aos calvinistas franceses que no século XVI tentaram muito anchos e triunfantes estabelecer no Brasil uma colônia exclusivamente branca e daqui se retiraram quase sem deixar traços de sua ação colonizadora. Os que deixaram foi em areia de praia; ou então em recifes por onde andaram se agarrando os mais persistentes dos companheiros de Villegaignon antes de abandonarem definitivamente as costas brasileiras.³⁷ A estes, sim, poderia frei Vicente do Salvador ter chamado caranguejos: limitaram-se com efeito a arranhar o litoral.

Nem convém esquecer que os franceses, desde 1715 estabelecidos nas ilhas Reunião e Maurício, mostram-se hoje inferiores em energia e eficiência aos das primeiras gerações.³⁸

Não três nem quatro, mas duas gerações apenas bastaram para enlanguescer os anglo-americanos que foram estabelecer-se no Havaí.³⁹ E Semple recorda que a pesquisa realizada em 1900 pela International Harvester Company of America revela o enlanguescimento da energia alemã no sul do Brasil, região, aliás, subtropical.⁴⁰

O português não: por todas aquelas felizes predisposições de raça, de mesologia e de cultura a que nos referimos, não só conseguiu vencer as condições de clima e de solo desfavoráveis ao estabelecimento de europeus nos trópicos, como suprir a extrema penúria de gente branca para a tarefa colonizadora unindo-se com mulher de cor. Pelo intercuro com mulher índia ou negra multiplicou-se o colonizador em vigorosa e dúctil população mestiça, ainda mais adaptável do que ele puro ao clima tropical. A falta de gente, que o afligia, mais do que a qualquer outro colonizador, forçando-o à imediata miscigenação – contra

o que não o indispenham, aliás, escrúpulos de raça, apenas preconceitos religiosos – foi para o português vantagem na sua obra de conquista e colonização dos trópicos. Vantagem para a sua melhor adaptação, senão biológica, social.

Semple nega aos movimentos de população européia nas regiões tropicais da Ásia, Austrália, África e América, e de americana nas Filipinas, o caráter de genuína expansão étnica: parece-lhe que até hoje a colonização européia e anglo-americana dos trópicos têm sido antes exploração econômica ou domínio político:⁴¹ a colonização do tipo que representam os 76 mil ingleses que dirigem por assim dizer de luvas e preservados de mais íntimo contato com os nativos por profiláticos de borracha os negócios comerciais e políticos da Índia. Abre Semple exceção para os portugueses que pela hibridização⁴² realizariam no Brasil obra verdadeira de colonização, vencendo a adversidade do clima.

Embora o clima já ninguém o considere o senhor-deus-todo-poderoso de antigamente, é impossível negar-se a influência que exerce na formação e no desenvolvimento das sociedades, senão direta, pelos efeitos imediatos sobre o homem, indireta pela sua relação com a produtividade da terra, com as fontes de nutrição, e com os recursos de exploração econômica acessíveis ao povoador.

Estão meio desacreditadas as doenças tropicais. Não se nega, porém, que o clima, *per se* ou através de fatos sociais ou econômicos por ele condicionados, predisponha os habitantes dos países quentes a doenças raras ou desconhecidas nos países de clima frio.⁴³ Que diminua-lhes a capacidade de trabalho.⁴⁴ Que os excite aos crimes contra a pessoa.⁴⁵ Do mesmo modo que parece demonstrado resistirem umas raças melhor do que outras a certas influências patogênicas peculiares, caráter ou intensidade, ao clima tropical.⁴⁶

A importância do clima vai sendo reduzida à proporção que dele se desassociam elementos de algum modo sensíveis ao domínio ou à influência modificadora do homem. Parece demonstrado, por experiências recentes, que nos é possível modificar pela drenagem a natureza de certos solos, influenciando assim as fontes de umidade para a atmosfera; alterar a temperatura pela irrigação de terras secas; quebrar a força dos ventos ou mudar-lhes a direção por meio de grandes massas de arvoredos convenientemente plantadas. Isso sem falar nas sucessivas vitórias que vêm sendo obtidas sobre as doenças tropicais,

amansadas e quando não subjugadas pela higiene ou pela engenharia sanitária.

De modo que o homem já não é o antigo mané-gostoso de carne abrindo os braços ou deixando-os cair, ao aperto do calor ou do frio. Sua capacidade de trabalho, sua eficiência econômica, seu metabolismo alteram-se menos onde a higiene e a engenharia sanitária, a dieta, a adaptação do vestuário e da habitação às novas circunstâncias criam-lhe condições de vida de acordo com o físico e a temperatura da região. Os próprios sistemas de comunicação moderna – fáceis, rápidos e higiênicos – fazem mudar de figura um problema outrora importantíssimo ligado às condições físicas de solo e de clima: o da qualidade e até certo ponto o da quantidade de recursos de alimentação ao dispor de cada povo. Ward salienta a importância do desenvolvimento da navegação a vapor, mais rápida e regular que a navegação à vela: veio beneficiar grandemente as populações tropicais.⁴⁷ O mesmo pode dizer-se com relação aos processos de preservação e refrigeração dos alimentos. Por meio desses processos e da moderna técnica de transporte, o homem vem triunfando sobre a dependência absoluta das fontes de nutrição regionais a que estavam outrora sujeitas as populações coloniais dos trópicos.

Neste ensaio, entretanto, o clima a considerar é o cru e quase todo-poderoso aqui encontrado pelo português em 1500: clima irregular, palustre, perturbador do sistema digestivo; clima na sua relação com o solo desfavorável ao homem agrícola e particularmente ao europeu, por não permitir nem a prática de sua lavoura tradicional regulada pelas quatro estações do ano nem a cultura vantajosa daquelas plantas alimentares a que ele estava desde há muitos séculos habituado.⁴⁸

O português no Brasil teve de mudar quase radicalmente o seu sistema de alimentação, cuja base se deslocou, com sensível déficit, do trigo para a mandioca; e o seu sistema de lavoura, que as condições físicas e químicas de solo, tanto quanto as de temperatura ou de clima, não permitiram fosse o mesmo doce trabalho das terras portuguesas. A esse respeito o colonizador inglês dos Estados Unidos levou sobre o português do Brasil decidida vantagem, ali encontrando condições de vida física e fontes de nutrição semelhantes às da mãe-pátria. No Brasil verificaram-se necessariamente no povoador europeu desequilíbrios de morfologia tanto quanto de eficiência pela falta em que se encontrou de súbito dos mesmos recursos químicos de

alimentação do seu país de origem. A falta desses recursos como a diferença nas condições meteorológicas e geológicas em que teve de processar-se o trabalho agrícola realizado pelo negro mas dirigido pelo europeu dá à obra de colonização dos portugueses um caráter de obra criadora, original, a que não pode aspirar nem a dos ingleses na América do Norte nem a dos espanhóis na Argentina.⁴⁹

Embora mais aproximado o português que qualquer colonizador europeu da América do clima e das condições tropicais, foi, ainda assim, uma rude mudança a que ele sofreu transportando-se ao Brasil. Dentro das novas circunstâncias de vida física, comprometeu-se a sua vida econômica e social.

Tudo era aqui desequilíbrio. Grandes excessos e grandes deficiências, as da nova terra. O solo, excetuadas as manchas de terra preta ou roxa, de excepcional fertilidade, estava longe de ser o bom de se plantar nele tudo o que se quisesse, do entusiasmo do primeiro cronista. Em grande parte rebelde à disciplina agrícola. Áspero, intratável, impermeável. Os rios, outros inimigos da regularidade do esforço agrícola e da estabilidade da vida de família. Enchentes mortíferas e secas esterilizantes – tal o regime de suas águas. E pelas terras e matagais de tão difícil cultura como pelos rios quase impossíveis de ser aproveitados economicamente na lavoura, na indústria ou no transporte regular de produtos agrícolas – viveiros de larvas, multidões de insetos e de vermes nocivos ao homem.

Particularmente ao homem agrícola, a quem por toda parte afligem mal ele inicia as plantações, as “formigas que fazem muito dano” à lavoura; a “lagarta das roças”; as pragas que os feiticeiros índios desafiam os padres que destruam com os seus sinais e as suas rezas.⁵⁰

Contrastem-se essas condições com as encontradas pelos ingleses na América do Norte, a começar pela temperatura: substancialmente a mesma que a da Europa Ocidental (média anual 56° F), considerada a mais favorável ao progresso econômico e à civilização à européia. De modo que não parece tocar ao caso brasileiro a generalização do professor Bogart sobre o povo por ele vagamente chamado “raça latino-americana”. O qual nem por se achar rodeado de grandes “riquezas naturais” se teria elevado às mesmas condições de progresso agrícola e industrial que os anglo-americanos. Essa incapacidade atribui o economista a ser a tal “raça latino-americana” “*a weak ease loving race*” e não “*a virile, energetic people*” como os anglo-america-

nos. Estes, sim, souberam desenvolver os recursos naturais à sua disposição: “*devoted themselves to the exploitation of the natural resources with wonderful success*”.⁵¹ Mas foi esse mesmo povo tão viril e energético que fracassou em Old Providence e nas Bahamas.

O português vinha encontrar na América tropical uma terra de vida aparentemente fácil; na verdade difícilíssima para quem quisesse aqui organizar qualquer forma permanente ou adiantada de economia e de sociedade. Se é certo que nos países de clima quente o homem pode viver sem esforço da abundância de produtos espontâneos, convém, por outro lado, não esquecer que igualmente exuberantes são, nesses países, as formas perniciosas de vida vegetal e animal, inimigas de toda cultura agrícola organizada e de todo trabalho regular e sistemático.

No homem e nas sementes que ele planta, nas casas que edifica, nos animais que cria para seu uso ou sua subsistência, nos arquivos e bibliotecas que organiza para sua cultura intelectual, nos produtos úteis ou de beleza que saem de suas mãos – em tudo se metem larvas, vermes, insetos, roendo, esfuracando, corrompendo. Semente, fruta, madeira, papel, carne, músculos, vasos linfáticos, intestinos, o branco do olho, os dedos dos pés, tudo fica à mercê de inimigos terríveis.

Foi dentro de condições físicas assim adversas que se exerceu o esforço civilizador dos portugueses nos trópicos. Tivessem sido aquelas condições as fáceis e doces de que falam os panegiristas da nossa natureza e teriam razão os sociólogos e economistas que, contrastando o difícil triunfo lusitano no Brasil com o rápido e sensacional dos ingleses naquela parte da América de clima estimulante, flora equilibrada, fauna antes auxiliar que inimiga do homem, condições agrológicas e geológicas favoráveis, onde hoje esplende a formidável civilização dos Estados Unidos, concluem pela superioridade do colonizador louro sobre o moreno.

Antes de vitoriosa a colonização portuguesa do Brasil, não se compreendia outro tipo de domínio europeu nas regiões tropicais que não fosse o da exploração comercial através de feitorias ou da pura extração de riqueza mineral. Em nenhum dos casos se considerara a sério o prolongamento da vida européia ou a adaptação dos seus valores morais e materiais a meios e climas tão diversos; tão mórbidos e dissolventes.

O colonizador português do Brasil foi o primeiro entre os colonizadores modernos a deslocar a base da colonização tropical da pura extração de riqueza mineral, vegetal ou animal – o ouro, a prata, a madeira, o âmbar, o marfim – para a de criação local de riqueza. Ainda que riqueza – a criada por eles sob a pressão das circunstâncias americanas – à custa do trabalho escravo: tocada, portanto, daquela perversão de instinto econômico que cedo desviou o português da atividade de produzir valores para a de explorá-los, transportá-los ou adquiri-los.

Semelhante deslocamento, embora imperfeitamente realizado, importou em uma nova fase e em um novo tipo de colonização: a “colônia de plantação”, caracterizada pela base agrícola e pela permanência do colono na terra, em vez do seu fortuito contato com o meio e com a gente nativa. No Brasil iniciaram os portugueses a colonização em larga escala dos trópicos por uma técnica econômica e por uma política social inteiramente novas: apenas esboçadas nas ilhas subtropicais do Atlântico. A primeira: a utilização e o desenvolvimento de riqueza vegetal pelo capital e pelo esforço do particular; a agricultura; a sesmaria; a grande lavoura escravocrata. A segunda: o aproveitamento da gente nativa, principalmente da mulher, não só como instrumento de trabalho mas como elemento de formação da família. Semelhante política foi bem diversa da de extermínio ou segregação seguida por largo tempo no México e no Peru pelos espanhóis, exploradores de minas, e sempre e desbragadamente na América do Norte pelos ingleses.

A sociedade colonial no Brasil, principalmente em Pernambuco e no Recôncavo da Bahia, desenvolveu-se patriarcal e aristocraticamente à sombra das grandes plantações de açúcar, não em grupos a esmo e instáveis; em casas-grandes de taipa ou de pedra e cal, não em palhoças de aventureiros. Observa Oliveira Martins que a população colonial no Brasil, “especialmente ao norte, constituiu-se aristocraticamente, isto é, as casas de Portugal enviaram ramos para o ultramar; desde todo o princípio a colônia apresentou um aspecto diverso das turbulentas imigrações dos castelhanos na América Central e Ocidental”.⁵² E antes dele já escrevera Southey que nas casas de engenho de Pernambuco encontravam-se, nos primeiros séculos de colonização, as decências e o conforto que debalde se procurariam entre as populações do Paraguai e do Prata.⁵³

No Brasil, como nas colônias inglesas de tabaco, de algodão e de arroz da América do Norte, as grandes plantações foram obra não do Estado colonizador, sempre somítico em Portugal, mas de corajosa iniciativa particular. Esta é que nos trouxe pela mão de um Martim Afonso, ao Sul, e principalmente de um Duarte Coelho, ao Norte,⁵⁴ os primeiros colonos sólidos, as primeiras mães de família, as primeiras sementes, o primeiro gado, os primeiros animais de transporte, plantas alimentares, instrumentos agrícolas, mecânicos judeus para as fábricas de açúcar, escravos africanos para o trabalho de eito e de bagaceira (de que logo se mostrariam incapazes os indígenas molengos e inconstantes). Foi a iniciativa particular que, concorrendo às sesmarias, dispôs-se a vir povoar e defender militarmente, como era exigência real, as muitas léguas de terra em bruto que o trabalho negro fecundaria. Como Payne salienta, na sua *History of european colonies*, os portugueses colonizadores do Brasil foram os primeiros europeus a verdadeiramente se estabelecerem em colônias, vendendo para esse fim quanto possuíam em seu país de origem e transportando-se com a família e cabedais para os trópicos.⁵⁵

Leroy-Beaulieu⁵⁶ assinala como uma das vantagens da colonização portuguesa da América tropical, pelo menos, diz ele, nos dois primeiros séculos, “a ausência completa de um sistema regular e complicado de administração”, a “liberdade de ação” (“*la liberté d'action que l'on trouvait dans ce pays peu gouverné*”) característica do começo da vida brasileira. “*L'organisation coloniale ne précède pas, elle suivit le développement de la colonisation*”, observa o economista francês no seu estudo sobre a colonização moderna.

E Ruediger Bilden escreve, com admirável senso crítico, que no Brasil a colonização particular, muito mais que a ação oficial, promoveu a mistura de raças, a agricultura latifundiária e a escravidão, tornando possível, sobre tais alicerces, a fundação e o desenvolvimento de grande e estável colônia agrícola nos trópicos. Isto além de nos ter alargado grandemente para o oeste o território, o que teria sido impossível à ação oficial cerceada por compromissos políticos internacionais.⁵⁷

A partir de 1532, a colonização portuguesa do Brasil, do mesmo modo que a inglesa da América do Norte e ao contrário da espanhola e da francesa nas duas Américas, caracteriza-se pelo domínio quase exclusivo da família rural ou semi-rural. Domínio a que só o da Igreja

faz sombra, através da atividade, às vezes hostil ao familismo, dos padres da Companhia de Jesus.

A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América. Sobre ela o rei de Portugal quase reina sem governar. Os senados de Câmara, expressões desse familismo político, cedo limitam o poder dos reis e mais tarde o próprio imperialismo ou, antes, parasitismo econômico, que procura estender do reino às colônias os seus tentáculos absorventes.

A colonização por indivíduos – soldados de fortuna, aventureiros, degredados, cristãos-novos fugidos à perseguição religiosa, náufragos, traficantes de escravos, de papagaios e de madeira – quase não deixou traço na plástica econômica do Brasil. Ficou tão no raso, tão à superfície e durou tão pouco que política e economicamente esse povoamento irregular e à-toa não chegou a definir-se em sistema colonizador.

O seu aspecto puramente genético não deve entretanto ser perdido de vista pelo historiador da sociedade brasileira. Sob esse critério há mesmo quem o considere “tara étnica inicial” e surpreenda “entre traços da fisionomia coletiva do povo brasileiro, inequívocos vestígios dos estigmas hereditários, impressos por aqueles patriarcas pouco recomendáveis da nacionalidade.” De Azevedo Amaral (de quem é essa observação) aceitamos, sobre o período em apreço, duas generalizações que nos parecem caracterizá-lo com toda a exatidão: uma, que foi pela sua “heterogeneidade racial” um período, não português, mas promíscuo, o cunho português só se imprimindo sobre a confusão de etnias pelo predomínio do idioma; outra, que constitui uma espécie de “pré-história nacional”. “Eliminar os primeiros cinquenta anos”, escreve Azevedo Amaral, “durante os quais à revelia de qualquer supervisão política e fora mesmo da civilização, o Brasil recebeu os primeiros aluviões complexos de povoadores, equivale a suprimir um elemento básico da formação nacional, cuja influência, projetada pelos séculos seguintes, podemos induzir seguramente de fatos positivos, que a moderna pesquisa biológica demonstra suficientemente.

Se quisermos, qualifiquemos esse período, em uma categoria à parte, de pré-história nacional.”⁵⁸

Onde Azevedo Amaral nos parece lamentavelmente exagerado é em considerar todos aqueles povoadores (sobre os quais reconhece ser “tão escassa e precária [...] a informação acessível”) uns “tarados, criminosos e semiloucos.”⁵⁹ Refere-se principalmente aos degredados; não há, entretanto, fundamentos nem motivos para duvidar de que alguns fossem gente sã, degredada pelas ridicularias por que então se exilavam súditos, dos melhores, do reino para os ermos.

Era estreitíssimo o critério que ainda nos séculos XV e XVI orientava entre os portugueses a jurisprudência criminal. No seu direito penal o misticismo, ainda quente dos ódios de guerra contra os mouros, dava uma estranha proporção aos delitos. Carlos Malheiros Dias afirma que “não existia na legislação coeva código de severidade comparável ao Livro V das Ordenações Manuelinas.” E acrescenta: “cerca de duzentos delitos eram nele punidos com degredo”.⁶⁰

A lei de 7 de janeiro de 1453, de D. Dinis, diz-nos o general Moraes Sarmento, que “mandava tirar a língua pelo pescoço e queimar vivos os que descreiam de Deus ou dirigiam doestos a Deus ou aos Santos”; e por usar de feitiçarias “per que uma pessoa queira bem ou mal a outra...”,⁶¹ como por outros crimes místicos ou imaginários, era o português nos séculos XVI e XVII “degredado para sempre para o Brasil”.⁶² Em um país de formação antes religiosa do que etnocêntrica, eram esses os grandes crimes e bem diversa da moderna, ou da dos países de formação menos religiosa, a perspectiva criminal.

Enquanto quem dirigisse doestos aos santos tinha a língua tirada pelo pescoço e quem fizesse feitiçaria amorosa era degredado para os ermos da África ou da América; pelo crime de matar o próximo, de desonrar-lhe a mulher, de estuprar-lhe a filha, o delinqüente não ficava, muitas vezes, sujeito a penas mais severas que a de “pagar de multa uma galinha” ou a de “pagar mil e quinhentos módios”.⁶³ Contanto que fosse acoitar-se a um dos numerosos “coitos de homiziados”.

Não faziam esses coitos mistério de sua função protetora de homicidas, adúlteros e servos fugidos, antes proclamavam-na abertamente pela voz dos forais. “Não se julgue”, diz Gama Barros, “que as terras onde o soberano decretava que os criminosos ficassem imunes, consideravam desonra para elas a concessão de tal privilégio.”⁶⁴ E o professor Mendes Correia informa-nos que Sabugal em 1369 pedia

que fossem dadas “mais garantias aos refugiados nesse coito”; que no foral de Azurara a “imunidade chegava ao ponto de se punir gravemente quem perseguisse até dentro da vila o criminoso fugitivo.”⁶⁵ Tem-se a impressão de que os lugares mal povoados do reino disputavam a concessão do privilégio do coito; e a gente que acoitavam eram, com o grande número de servos fugidos, os celerados de crime de morte e de estupro; vindo para o Brasil antes os autores de delitos leves ou de crimes imaginários que a perspectiva criminal portuguesa da época deformava em atentados horríveis, do que mesmo os criminosos de fato. Estes, entretanto, devem ter vindo em número não de todo insignificante para a colônia americana: de outro modo, deles não se teria ocupado tão veementemente o donatário Duarte Coelho em uma de suas muitas cartas de administrador severo e escrupuloso, rogando a el-Rei que lhe não mandasse mais dos tais degredados: pois eram piores que peçonha.⁶⁶

É possível que se degredassem de propósito para o Brasil, visando ao interesse genético ou de povoamento, indivíduos que sabemos terem sido para cá expatriados por irregularidades ou excessos na sua vida sexual: por abraçar e beijar, por usar de feitiçaria para querer bem ou mal, por bestialidade, molície, alcovitice.⁶⁷ A ermos tão mal povoados, salpicados, apenas, de gente branca, convinhavam superexcitados sexuais que aqui exercessem uma atividade genésica acima da comum, proveitosa talvez, nos seus resultados, aos interesses políticos e econômicos de Portugal no Brasil.

Atraídos pelas possibilidades de uma vida livre, inteiramente solta, no meio de muita mulher nua, aqui se estabeleceram por gosto ou vontade própria muitos europeus do tipo que Paulo Prado retrata em traços de forte realismo.⁶⁸ Garanhões desbragados.

Outros, como os grumetes que fugiram da armada de Cabral sumindo-se pelos matos, aqui se teriam deixado ficar por puro gosto de aventura ou “afoiteza de adolescência”.⁶⁹ e as ligações destes, de muitos dos degredados, de “intérpretes” normandos, de náufragos, de cristãos-novos; as ligações de todos esses europeus, tantos deles na flor da idade e no viço da melhor saúde, gente nova, machos são e vigorosos, “aventureiros moços e ardentes, em plena força”,⁷⁰ com mulheres gentias, também limpas e sãs, nem sempre terão sido dos tais “conúbios disgênicos” de que fala Azevedo Amaral. Ao contrário. Tais uniões devem ter agido como “verdadeiro processo de seleção sexual”,⁷¹ dada a

liberdade que tinha o europeu de escolher mulher entre dezenas de índias. De semelhante intercuro sexual só podem ter resultado bons animais, ainda que maus cristãos ou mesmo más pessoas.

Junte-se às vantagens, já apontadas, do português do século XV sobre os povos colonizadores seus contemporâneos, a da sua moral sexual, a moçárabe, a católica amaciada pelo contato com a maometana, e mais frouxa, mais relassa que a dos homens do Norte. Nem era entre eles a religião o mesmo duro e rígido sistema que entre os povos do Norte reformado e da própria Castela dramaticamente católica, mas uma liturgia antes social que religiosa, um doce cristianismo lírico, com muitas reminiscências fálicas e animistas das religiões pagãs: os santos e os anjos só faltando tornar-se carne e descer dos altares nos dias de festa para se divertirem com o povo; os bois entrando pelas igrejas para ser benzidos pelos padres; as mães ninando os filhinhos com as mesmas cantigas de louvar o Menino-Deus; as mulheres estêreis indo esfregar-se, de saia levantada, nas pernas de São Gonçalo do Amarante; os maridos cismados de infidelidade conjugal indo interrogar os “rochedos dos cornudos” e as moças casadouras os “rochedos do casamento”; Nossa Senhora do Ó adorada na imagem de uma mulher prenhe.

No caso do Brasil, que foi um fenômeno do século XVII, o português trazia mais a seu favor, e a favor da nova colônia, toda a riqueza e extraordinária variedade de experiências acumuladas durante o século XV, na Ásia e na África, na Madeira e em Cabo Verde. Entre tais experiências, o conhecimento de plantas úteis, alimentares e de gozo que para aqui seriam transplantadas com êxito, o de certas vantagens do sistema de construção asiático, adaptáveis ao trópico americano, o da capacidade do negro para o trabalho agrícola.

Todos esses elementos, a começar pelo cristianismo liricamente social, religião ou culto de família mais do que de catedral ou de igreja – que nunca as tiveram os portugueses grandes e dominadoras do tipo das de Toledo ou das de Burgos, como nunca as teria o Brasil da mesma importância e prestígio que as da América Espanhola; todos esses elementos e vantagens viriam favorecer entre nós a colonização, que na América Portuguesa, como nas “colônias de proprietários” dos ingleses na América do Norte, repousaria sobre a instituição da família escravocrata; da casa-grande; da família patriarcal; sendo que nestas bandas acrescida a família de muito maior número de

bastardos e dependentes em torno dos patriarcas, mais femeeiros que os de lá e um pouco mais soltos, talvez, na sua moral sexual.

A nossa verdadeira formação social se processa de 1532 em diante, tendo a família rural ou semi-rural por unidade, quer através de gente casada vinda do reino, quer das famílias aqui constituídas pela união de colonos com mulheres caboclas ou com moças órfãs ou mesmo à-toa, mandadas vir de Portugal pelos padres casamenteiros.

Vivo e absorvente órgão da formação social brasileira, a família colonial reuniu, sobre a base econômica da riqueza agrícola e do trabalho escravo, uma variedade de funções sociais e econômicas. Inclusive, como já insinuamos, a do mando político: o oligarquismo ou nepotismo, que aqui madrugou, chocando-se ainda em meados do século XVI com o clericalismo dos padres da Companhia.⁷² Em oposição aos interesses da sociedade colonial, queriam os padres fundar no Brasil uma santa república de “índios domesticados para Jesus” como os do Paraguai; seráficos caboclos que só obedecessem aos ministros do Senhor e só trabalhassem nas suas hortas e roçados. Nenhuma individualidade nem autonomia pessoal ou de família. Fora o cacique, todos vestidos de camisola de menino dormir como em um orfanato ou em um internato. O traje dos homens igualzinho ao das mulheres e das crianças.

Pela presença de um tão forte elemento ponderador como a família rural ou, antes, latifundiária, é que a colonização portuguesa do Brasil tomou desde cedo rumo e aspectos sociais tão diversos da teocrática, idealizada pelos jesuítas – e mais tarde por eles realizada no Paraguai – da espanhola e da francesa. Claro que esse domínio de família não se teria feito sentir sem a base agrícola, em que repousou entre nós, como entre os ingleses colonizadores da Virgínia e das Carolinas, a colonização. “Estabelecido nas ilhas do Atlântico”, diz Manuel Bonfim do colono português, “e não encontrando aí outra forma de atividade, nem possibilidade de fortuna senão a exploração estável, agrícola, o povoamento regular, assim procedeu e mostrou, antes de qualquer outro povo da Europa medieval, ser excelente povoador, porque juntava as qualidades de pioneiro às de formador de vida agrícola e regular em terras novas.”⁷³

É verdade que muitos dos colonos que aqui se tornaram grandes proprietários rurais não tinham pela terra nenhum amor nem gosto pela sua cultura. Há séculos que em Portugal o mercantilismo bur-

guês e semita, por um lado, e, por outro lado, a escravidão moura sucedida pela negra, haviam transformado o antigo povo de reis lavradores no mais comercializado e menos rural da Europa. No século XVI é o próprio rei que dá despacho não em nenhum castelo gótico cercado de pinheiros mas por cima de uns armazéns à beira do rio; e ele e tudo que é grande fidalgo enriquecem no tráfico de especiarias asiáticas. O que restava aos portugueses do século XVI de vida rural era uma fácil horticultura e um doce pastoreio: e, como outrora entre os israelitas, quase que só florescia entre eles a cultura da oliveira e da vinha. Curioso, portanto, que o sucesso da colonização portuguesa do Brasil se firmasse precisamente em base rural.

Considerando o elemento colonizador português em massa, não em exceções como Duarte Coelho – tipo perfeito de grande agricultor – pode dizer-se que seu ruralismo no Brasil não foi espontâneo, mas de adoção, imposto pelas circunstâncias. Para os portugueses o ideal teria sido não uma colônia de plantação, mas outra Índia com que israelitamente comerciassem em especiarias e pedras preciosas; ou um México ou Peru de onde pudessem extrair ouro e prata. Ideal semita. As circunstâncias americanas é que fizeram do povo colonizador de tendências menos rurais ou, pelo menos, com o sentido agrário mais pervertido pelo mercantilismo, o mais rural de todos: do povo que a Índia transformara no mais parasitário, o mais criador.

Entre aquelas circunstâncias avultam imperiosas: as qualidades e as condições físicas da terra; as condições morais e materiais da vida e cultura de seus habitantes.

Terra e homem estavam em estado bruto. Suas condições de cultura não permitiam aos portugueses vantajoso intercurso comercial que reforçasse ou prolongasse o mantido por eles com o Oriente. Nem reis de Cananor nem sobas de Sofala encontraram os descobridores do Brasil com que tratar ou negociar. Apenas morubixabas. Bugres. Gente quase nua e à-toa, dormindo em rede ou no chão, alimentando-se de farinha de mandioca, de fruta do mato, de caça ou peixe comido cru ou depois de assado em borrinho. Nas suas mãos não cintilavam pérolas de Cipango nem rubis de Pegu; nem ouro de Sumatra nem sedas de Catar lhes abrilhantavam os corpos cor de cobre, quando muito enfeitados de penas; os pés em vez de tapetes da Pérsia pisavam a areia pura. Animal doméstico ao seu serviço não possuíam nenhum. Agricultura, umas ralas plantações de mandioca ou mindubi, de um ou outro

fruto. Oliveira Viana tem razão quando escreve que entre as Índias “com uma maravilhosa riqueza acumulada e uma longa tradição comercial com os povos do Oriente e Ocidente” e o Brasil “com uma população de aborígenes ainda na idade da pedra polida” havia diferença essencial. “Essa ausência de riqueza organizada, essa falta de base para organização puramente comercial”, acrescenta o autor da *Evolução do povo brasileiro*, “é que leva os peninsulares para aqui transplantados a se dedicarem à exploração agrícola.”⁷⁴

Cravo, pimenta, âmbar, sândalo, canela, gengibre, marfim, nenhuma substância vegetal ou animal de valor consagrado pelas necessidades e gostos da Europa aristocrática ou burguesa os portugueses encontraram nos trópicos americanos. Isto sem falar no ouro e na prata, mais farejados do que tudo e de que logo se desiludiram os exploradores da nova terra. A conclusão melancólica de Vespúcio resume o amargo desapontamento de todos eles: “infinitas arvores de pau brasil e canna fistula...”⁷⁵ “Arvoredos de ponta a ponta” e “agoas muytas”, notara o arguto cronista do descobrimento, Pero Vaz de Caminha.⁷⁶

Enormes massas de água, é certo, davam grandeza à terra coberta de grosso matagal. Dramatizavam-na. Mas grandeza sem possibilidades econômicas para a técnica e conhecimentos da época. Ao contrário: às necessidades dos homens que criaram o Brasil aquelas formidáveis massas, rios e cachoeiras, só em parte, e nunca completamente, se prestaram às funções civilizadoras de comunicação regular e de dinamização útil.

Um rio grande daqueles quando transbordava em tempo de chuva era para inundar tudo, cobrindo canaviais e matando gado e até gente. Destruindo. Devastando. Lavoura e pecuária eram quase impossíveis às suas margens, porque tanto tinha de fácil o estabelecimento quanto de fatal a destruição pelas enchentes, pelas cheias que ou dizimavam as manadas ou corrompiam-lhes o pasto; e em vez de beneficiarem as plantações, destruíam-nas completamente ou em grande parte.

Sem equilíbrio no volume nem regularidade no curso, variando extremamente em condições de navegabilidade e de utilidade, os rios grandes foram colaboradores incertos – se é que os podemos considerar colaboradores – do homem agrícola na formação econômica e social do nosso país. Muito deve o Brasil agrário aos rios menores

porém mais regulares: onde eles docemente se prestaram a moer as canas, a alagar as várzeas, a enverdecer os canaviais, a transportar o açúcar, a madeira e mais tarde o café, a servir aos interesses e às necessidades de populações fixas, humanas e animais, instaladas às suas margens; aí a grande lavoura floresceu, a agricultura latifundiária prosperou, a pecuária alastrou-se. Rios do tipo do Mamanguape, do Una, do Pitanga, do Paranamirim, do Serinhaém, do Iguaçú, do Cotindiba, do Pirapama, do Ipojuca, do Mundaú, do Paraíba, foram colaboradores valiosos, regulares, sem as intermitências nem os transbordamentos dos grandes na organização da nossa economia agrária e da sociedade escravocrata que à sua sombra se desenvolveu. Do Paraíba escreveu Alberto Rangel que pelo tempo do braço escravo foi “o rio paradisíaco, Eufrates das senzalas com Taubaté por metrópole.”⁷⁷ Tanto mais rica em qualidade e condições de permanência foi a nossa vida rural do século XVI ao XIX onde mais regular foi o suprimento de água; onde mais equilibrados foram os rios ou mananciais.

Se os grandes rios brasileiros já foram glorificados em monumento e cantada em poema célebre a cachoeira de Paulo Afonso (por tanto tempo de um interesse puramente estético para não dizer cenográfico em nossa vida), aos rios menores, tão mais prestados, falta o estudo que lhes fixe o importante papel civilizador em nossa formação; ligados às nossas tradições de estabilidade tanto quanto os outros – os mais românticos talvez, porém não mais brasileiros – às de mobilidade, de dinamismo, de expansão pelos sertões adentro de bandeirantes e padres, à procura de ouro, de escravos e de almas para Nosso Senhor Jesus Cristo. Os grandes foram por excelência os rios do bandeirante e do missionário, que os subiam vencendo dificuldades de quedas de água e de curso irregular; os outros, os do senhor de engenho, do fazendeiro, do escravo, do comércio de produtos da terra. Aqueles dispersaram o colonizador; os rios menores fixaram-no tornando possível a sedentariedade rural.

Tendo por base física as águas, ainda que encachoeiradas, dos grandes rios, prolongou-se no brasileiro a tendência colonial do português de derramar-se em vez de condensar-se. O bandeirante, particularmente, torna-se desde os fins do século XVI um fundador de subcolônias. Ainda não é dono da terra em que nasceu mas simples colonial e já se faz de senhor das alheias em um imperialismo que tanto tem de ousado quanto de precoce. Com o bandeirante o Brasil

autocoloniza-se. Já Pedro Dantas fixou essa possível constante da nossa história: derramamo-nos em superfície antes de nos desenvolvermos “em densidade e profundidade.”⁷⁸ A mesma tendência dispersiva da expansão colonial portuguesa. No Brasil, prolongou-se a tendência – talvez vinda de longe, do semita⁷⁹ – no que pareceu a Alberto Torres o nosso “afã de ir estendendo populações aventureiras e empresas capitalistas [...] por todo o território”. Afã que ao seu ver devíamos contrariar por uma “política de conservação da natureza, de reparação das regiões estragadas, de concentração das populações nas zonas já abertas à cultura, sendo educado o homem para aproveitá-las e para fazer frutificar, valorizando-as.”⁸⁰ Outra coisa não desejaria Pedro Dantas para o Brasil de hoje que essa concentração das populações dinâmicas nas zonas já abertas à cultura: “que o nosso desenvolvimento se processasse em densidade e profundidade”. Esta foi aliás a tendência esboçada no Brasil agrário, de senhores de engenho e fazendeiros, de que Azevedo Amaral se mostra tão severo crítico nas páginas dos *Ensaios brasileiros*.⁸¹

Se é certo que o furor expansionista dos bandeirantes conquistou-nos verdadeiros luxos de terras, é também exato que nesse desadorno de expansão comprometeu-se a nossa saúde econômica e quase que se comprometia a nossa unidade política. Felizmente aos impulsos de dispersão e aos perigos, deles decorrentes, de diferenciação e separatismo, opuseram-se desde o início da nossa vida colonial forças quase da mesma agressividade, neutralizando-os ou pelo menos amolecendo-os. A começar pelo físico da região formando aquele “*ensemble naturel*” que Horace Say há quase um século contrastava com o da América espanhola: “*Aucune limite ne s’élève pour séparer les diverses provinces les unes des autres et c’est là un avantage de plus que les possessions portugaises ont eu sur les possessions espagnoles en Amérique*”.⁸²

A mesma mobilidade que nos dispersa desde o século XVI em paulistas e pernambucanos, ou paulistas e baianos, e daí ao século XIX em vários subgrupos, mantém-nos em contato, em comunhão mesmo, através de difícil mas nem por isso infreqüente intercomunicação colonial. “Fluminenses e paulistas estiveram a combater na Bahia e em Pernambuco, que se defendiam do holandês”, lembra Manuel Bonfim a propósito da afirmativa de Euclides da Cunha de que essa luta do Norte contra o estrangeiro se realizara “com divórcio completo das gentes meridionais.” São também paulistas que “aco-

dem aos repetidos chamados da Bahia na defesa contra o gentio Aimoré, como na defesa contra o holandês, como a Pernambuco para resolver o caso dos Palmares.”⁸³ Mais tarde – é ainda Bonfim quem o destaca – “espontaneamente correm os cearenses a socorrer o Piauí ainda dominado pelas tropas portuguesas, e juntos, piauienses e cearenses vão em prol do Maranhão”,⁸⁴ pela mesma época correm os pernambucanos em auxílio da Bahia, alcançando com os baianos a vitória de 2 de julho.

Os jesuítas foram outros que pela influência do seu sistema uniforme de educação e de moral sobre um organismo ainda tão mole, plástico, quase sem ossos, como o da nossa sociedade colonial nos séculos XVI e XVII, contribuíram para articular como educadores o que eles próprios dispersavam como catequistas e missionários. Estavam os padres da S. J. em toda parte; moviam-se de um extremo ao outro do vasto território colonial; estabeleciam permanente contato entre os focos esporádicos de colonização, através da “língua-geral”, entre os vários grupos de aborígenes.⁸⁵ Sua mobilidade, como a dos paulistas, se por um lado chegou a ser perigosamente dispersiva, por outro lado foi salutar e construtora, tendendo para aquele “unionismo” em que o professor João Ribeiro surpreendeu uma das grandes forças sociais da nossa história.⁸⁶

Para o “unionismo” prepara-nos aliás a singular e especialíssima situação do povo colonizador; o qual chega às praias americanas unido política e juridicamente; e por maior que fosse a sua variedade íntima ou aparente de etnias e de crenças, todas elas acomodadas à organização política e jurídica do Estado unido à Igreja Católica. Como observa M. Bonfim, “a formação de Portugal se caracteriza por uma precocidade política tal, que o pequeno reino nos aparece como a primeira nação completa na Europa do século XVI.” Observação que já fizera Stephens na sua *The story of Portugal*.⁸⁷

Os portugueses não trazem para o Brasil nem separatismos políticos, como os espanhóis para o seu domínio americano, nem divergências religiosas, como os ingleses e franceses para as suas colônias. Os marranos em Portugal não constituíam o mesmo elemento intransigente de diferenciação que os huguenotes na França ou os puritanos na Inglaterra; eram uma minoria imperecível em alguns dos seus característicos, economicamente odiosa, porém não agressiva nem

perturbadora da unidade nacional. Ao contrário: a muitos respeitos, nenhuma minoria mais acomodática e suave.

O Brasil formou-se, despreocupados os seus colonizadores da unidade ou pureza de raça. Durante quase todo o século XVI a colônia esteve escancarada a estrangeiros, só importando às autoridades coloniais que fossem de fé ou religião católica. Handelman notou que para ser admitido como colono do Brasil no século XVI a principal exigência era professar a religião cristã: “somente cristãos” – e em Portugal isso queria dizer católicos – “podiam adquirir sesmarias”. “Ainda não se opunha todavia”, continua o historiador alemão, “restrição alguma no que diz respeito à nacionalidade: assim é que católicos estrangeiros podiam emigrar para o Brasil e aí estabelecer-se [...]”.⁸⁸ Oliveira Lima salienta que no século XVI Portugal tolerava em suas possessões muitos estrangeiros, não sendo a política portuguesa de colonização e povoamento a de “rigoroso exclusivismo posteriormente adotado pela Espanha”.⁸⁹

Através de certas épocas coloniais observou-se a prática de ir um frade a bordo de todo navio que chegasse a porto brasileiro, a fim de examinar a consciência, a fé, a religião do adventício.⁹⁰ O que barrava então o imigrante era a heterodoxia; a mancha de herege na alma e não a mongólica no corpo. Do que se fazia questão era da saúde religiosa: a sífilis, a bouba, a bexiga, a lepra entraram livremente trazidas por europeus e negros de várias procedências.

O perigo não estava no estrangeiro nem no indivíduo disgênico ou cacogênico, mas no herege. Soubesse rezar o padre-nosso e a ave-maria, dizer creio-em-Deus-Padre, fazer o pelo-sinal-da-Santa-Cruz – e o estranho era bem-vindo no Brasil colonial. O frade ia a bordo indagar da ortodoxia do indivíduo como hoje se indaga da sua saúde e da sua raça. “Ao passo que o anglo-saxão”, nota Pedro de Azevedo, “só considera de sua raça o indivíduo que tem o mesmo tipo físico, o português esquece raça e considera seu igual aquele que tem religião igual à que professa.”⁹¹

Temia-se no adventício acatólico o inimigo político capaz de quebrar ou de enfraquecer aquela solidariedade que em Portugal se desenvolvera junto com a religião católica. Essa solidariedade manteve-se entre nós esplendidamente através de toda a nossa formação colonial, reunindo-nos contra os calvinistas franceses, contra os reformados holandeses, contra os protestantes ingleses. Daí ser tão difícil,

na verdade, separar o brasileiro do católico: o catolicismo foi realmente o cimento da nossa unidade.⁹²

Nos começos da nossa sociedade colonial encontramos em união com as famílias de origem portuguesa estrangeiros de procedências diversas, sendo que alguns, filhos de países reformados ou tocados de heresia: Arzam, Bandemborg, Bentinck, Lins, Cavalcanti, Doria, Hollanda, Accioly, Furquim, Novilher, Barewel, Lems; mais tarde, no século XVII, Van der Lei.⁹³ Ainda outros cujos nomes se dissolveram nos portugueses. Os originários de terras protestantes ou já eram católicos ou aqui se converteram: o bastante para que fossem recebidos na intimidade da nossa vida social e até política, aqui constituíssem família casando com a melhor gente da terra e adquirissem propriedade agrícola, influência e prestígio.

Sílvio Romero observa que no Brasil foram o catecismo dos jesuítas e as Ordenações do Reino que “garantiram desde os primórdios a unidade religiosa e a do direito.”⁹⁴

Por sua vez o mecanismo da administração colonial, a princípio com tendências feudais, sem aquela adstringência do espanhol, antes frouxo, bambo, deixando à vontade as colônias e em muitos respeitos os donatários, quando o endureceu a criação do governo-geral foi para assegurar a união de umas capitanias com as outras, conservando-as sob os mesmos provedores-mores, o mesmo governador-geral, o mesmo Conselho Ultramarino, a mesma Mesa de Consciência, embora separando-as no que fosse possível sujeitar cada uma de per si a tratamento especial da metrópole. Visava-se assim impedir que a consciência nacional (que fatalmente nasceria de uma absoluta igualdade de tratamento e de regime administrativo) sobrepujasse à regional; mas não ao ponto de sacrificar-se a semelhante medida de profilaxia contra o perigo do nacionalismo na colônia a sua unidade essencial, assegurada pelo catecismo e pelas Ordenações, pela liturgia católica e pela língua portuguesa auxiliada pela “geral” de criação jesuítica.

As condições físicas no Brasil, que poderiam ter concorrido para aprofundar a extremos perigosos as divergências regionais, não só toleradas como até estimuladas ao ponto de assegurarem a colônia tão extensa a relativa saúde política de que sempre gozou; as condições físicas não agiram senão fracamente no sentido separatista, através de diferenças, consideráveis porém não dominadoras, de clima e de qualidade física e química de solo; de sistema de alimentação e de

forma de cultura agrícola. Pode-se antes afirmar que tais condições concorreram no Brasil para que as colônias se conservassem unidas e dentro do parentesco, da solidariedade assegurada pelas tendências e pelos processos da colonização portuguesa: regionalista mas não separatista; unionista no melhor sentido, no que justamente coincidia com o interesse da catequese católica.

O clima não variando de norte a sul, nem da altitude máxima à mínima, o bastante para criar diferenças profundas no gênero de vida colonial, nem variando a qualidade física e química do solo ao ponto de estimular o desenvolvimento de duas sociedades radicalmente antagônicas nos interesses econômicos e sociais, venceu a tendência no sentido da uniformização. Por mais que a comprometesse a espantosa mobilidade dos bandeirantes e missionários, sua influência se fez sentir desde o primeiro século de povoamento e de expansão territorial.

A cana-de-açúcar começou a ser cultivada igualmente em São Vicente e em Pernambuco, estendendo-se depois à Bahia e ao Maranhão a sua cultura, que onde logrou êxito – medíocre como em São Vicente ou máximo como em Pernambuco, no Recôncavo e no Maranhão – trouxe em conseqüência uma sociedade e um gênero de vida de tendências mais ou menos aristocráticas e escravocratas. Por conseguinte de interesses econômicos semelhantes. O antagonismo econômico se esboçaria mais tarde entre os homens de maior capital, que podiam suportar os custos da agricultura da cana e da indústria do açúcar, e os menos favorecidos de recursos, obrigados a se espalharem pelos sertões em busca de escravos – espécie de capital vivo – ou a ficarem por lá, como criadores de gado. Antagonismo que a terra vasta pôde tolerar sem quebra do equilíbrio econômico. Dele resultaria entretanto o Brasil antiescravocrata ou indiferente aos interesses da escravidão representado pelo Ceará em particular, e de modo geral pelo sertanejo ou vaqueiro.

A igualdade de interesses agrários e escravocratas que através dos séculos XVI e XVII predominou na colônia, toda ela dedicada com maior ou menor intensidade à cultura do açúcar, não a perturbou tão profundamente, como à primeira vista parece, a descoberta das minas ou a introdução do cafeeiro. Se o ponto de apoio econômico da aristocracia colonial deslocou-se da cana-de-açúcar para o ouro e mais tarde para o café, manteve-se o instrumento de exploração: o braço escravo. Mesmo porque a divergência de interesses que se de-

finiu, a diferença de técnica de exploração econômica entre o Nordeste persistentemente açucareiro e a capitania de Minas Gerais, e entre estes e São Paulo cafeeiro, de algum modo compensou-se nos seus efeitos separatistas pela migração humana que o próprio fenômeno econômico provocou, dividindo entre a zona açucareira do Nordeste e a mineira e a cafeeira ao Sul um elemento étnico – o escravo de origem africana – que conservado em bloco pelo Nordeste – até então a região mais escravocrata das três por ser a terra por excelência da cana-de-açúcar – teria resultado em profunda diferença regional de cultura humana.

Para as necessidades de alimentação foram-se cultivando de norte a sul, através dos primeiros séculos coloniais, quase que as mesmas plantas indígenas ou importadas. Na farinha de mandioca fixou-se a base do nosso sistema de alimentação. Além da farinha cultivou-se o milho; e por toda parte tornou-se quase a mesma a mesa colonial, com especializações regionais apenas de frutas e verduras: dando-lhe mais cor ou sabor local em certos pontos a maior influência indígena; em outros, um vivo colorido exótico a maior proximidade da África; e em Pernambuco, por ser o ponto mais perto da Europa, conservando-se como um equilíbrio entre as três influências: a indígena, a africana e a portuguesa.

No planalto paulista – onde o sucesso apenas compensador da cultura da cana, fez que se desviasse para outras culturas o esforço agrícola dos povoadores, esboçando-se assim como uma tendência salutar para a policultura – tentou-se no primeiro século de colonização e logrou relativo êxito o plantio regular do trigo. Tivesse sido o êxito completo e maior a policultura, apenas esboçada, e teriam resultado esses dois fatos em profunda diferenciação de vida e de tipo regional. Mesmo dentro de sua relatividade, tais fatos se fizeram sentir poderosamente na maior eficiência e na mais alta eugenia do paulista, comparado com os brasileiros de outras zonas, de formação escravocrata, agrária e híbrida tanto quanto a deles, porém menos beneficiados pelo equilíbrio de nutrição resultante em grande parte das condições referidas. “O regime nutritivo dos paulistas não teria sido, pois, dos fatores que menos concorreram para a prosperidade da gente do planalto”,⁹⁵ conclui Alfredo Ellis Júnior no sugestivo capítulo que em *Raça de gigantes* dedica à influência do clima e da nutrição sobre o desenvolvimento eugênico dos paulistas. De modo geral, em toda

parte onde vingou a agricultura, dominou no Brasil escravocrata o latifúndio, sistema que viria privar a população colonial do suprimento equilibrado e constante de alimentação sadia e fresca. Muito da inferioridade física do brasileiro, em geral atribuída toda à raça, ou vaga e muçulmanamente ao clima, deriva-se do mau aproveitamento dos nossos recursos naturais de nutrição. Os quais sem serem dos mais ricos, teriam dado para um regime alimentar mais variado e sadio que o seguido pelos primeiros colonos e por seus descendentes, dentro da organização latifundiária e escravocrata.

É ilusão supor-se a sociedade colonial, na sua maioria, uma sociedade de gente bem-alimentada. Quanto à quantidade, eram-no em geral os extremos: os brancos das casas-grandes e os negros das senzalas. Os grandes proprietários de terras e os pretos seus escravos. Estes porque precisavam de comida que desse para os fazer suportar o duro trabalho da bagaceira.

Sucedia, porém, que os plantadores de cana, “como o de que vivem é somente do que granjeiam com tais escravos” (os de Guiné), não ocupavam quase os seus negros – “a nenhum deles” – em coisa que não fosse tocante “à lavoura que professam.”⁹⁶ Daí, conclui o autor dos *Diálogos das grandezas do Brasil*, que escreveu suas notas nos princípios do século XVII, “resulta a carestia e falta destas coisas.”⁹⁷

Adversas ao trigo as condições de clima e de solo quase que só insistiram em cultivá-lo os padres da S. J. para o preparo de hóstias. E a farinha de mandioca usada em lugar do trigo, abandonam os plantadores de cana a sua cultura aos caboclos instáveis. Daí: pela ausência quase completa do trigo entre os nossos recursos ou possibilidades naturais de nutrição, o rebaixamento do padrão alimentar do colonizador português; pela instabilidade na cultura da mandioca abandonada aos índios – agricultores irregulares – a conseqüente instabilidade do nosso regime de alimentação. Ao que deve acrescentar-se a falta de carne fresca, de leite e de ovos, e até de legumes, em várias das zonas de colonização agrária e escravocrata; talvez em todas elas com a só exceção, e essa mesma relativa, do planalto paulista.

De modo que, admitida a influência da dieta – influência talvez exagerada por certos autores modernos⁹⁸ – sobre o desenvolvimento físico e econômico das populações, temos que reconhecer ter sido o regime alimentar do brasileiro, dentro da organização agrária e

escravocrata que em grande parte presidiu a nossa formação, dos mais deficientes e instáveis. Por ele possivelmente se explicarão importantes diferenças somáticas e psíquicas entre o europeu e o brasileiro, atribuídas exclusivamente à miscigenação e ao clima.

É certo que, deslocando-se a responsabilidade do clima ou da miscigenação para a dieta na acentuação de tais diferenças, não se tem inocentado de todo o primeiro: afinal dele, e das qualidades químicas do solo, é que depende em grande parte o regime alimentar seguido pela população. Que condições, senão as físicas e químicas, de solo e de clima, determinam o caráter da vegetação espontânea e as possibilidades da agrícola, e através desse caráter e dessas possibilidades, o caráter e as possibilidades do homem?

No caso da sociedade brasileira o que se deu foi acentuar-se, pela pressão de uma influência econômico-social – a monocultura – a deficiência das fontes naturais de nutrição que a policultura teria talvez atenuado ou mesmo corrigido e suprido, através do esforço agrícola regular e sistemático. Muitas daquelas fontes foram por assim dizer pervertidas, outras estancadas pela monocultura, pelo regime escravocrata e latifundiário, que em vez de desenvolvê-las, abafou-as, secando-lhes a espontaneidade e a frescura. Nada perturba mais o equilíbrio da natureza que a monocultura, principalmente quando é de fora a planta que vem dominar a região – nota o professor Konrad Guenther.⁹⁹ Exatamente o caso brasileiro.

Na formação da nossa sociedade, o mau regime alimentar decorrente da monocultura, por um lado, e por outro da inadaptação ao clima,¹⁰⁰ agiu sobre o desenvolvimento físico e sobre a eficiência econômica do brasileiro no mesmo mau sentido do clima deprimente e do solo quimicamente pobre. A mesma economia latifundiária e escravocrata que tornou possível o desenvolvimento econômico do Brasil, sua relativa estabilidade em contraste com as turbulências nos países vizinhos, envenenou-o e perverteu-o nas suas fontes de nutrição e de vida.

Melhor alimentados, repetimos, eram na sociedade escravocrata os extremos: os brancos das casas-grandes e os negros das senzalas. Natural que dos escravos descendam elementos dos mais fortes e sadios da nossa população. Os atletas, os capoeiras, os cabras, os marujos. E que da população média, livre mas miserável, provenham muitos dos piores elementos; dos mais débeis e incapazes. É que

sobre eles principalmente é que têm agido, aproveitando-se da sua fraqueza de gente mal-alimentada, a anemia palúdica, o beribéri, as verminoses, a sífilis, a bouba. E quando toda essa quase inútil população de caboclos e brancarões, mais valiosa como material clínico do que como força econômica, se apresenta no estado de miséria física e de inércia improdutiva em que a surpreenderam Miguel Pereira e Belisário Pena, os que lamentam não sermos puros de raça nem o Brasil região de clima temperado o que logo descobrem naquela miséria e naquela inércia é o resultado dos coitos para sempre danados, de brancos com pretas, de portuguesas com índias. É da raça a inércia ou a indolência. Ou então é do clima, que só serve para o negro. E sentenciam-se de morte o brasileiro porque é mestiço e o Brasil porque está em grande parte em zona de clima quente.

Do que pouco ou nenhum caso tem feito essa sociologia, mais alarmada com as manchas da mestiçagem do que com as da sífilis, mais preocupada com os efeitos do clima do que com os de causas sociais suscetíveis de controle ou retificação, e da influência que sobre as populações mestiças, principalmente as livres, terão exercido não só a escassez de alimentação, devida à monocultura e ao regime do trabalho escravo, como a pobreza química dos alimentos tradicionais que elas, ou antes, que todos os brasileiros, com uma ou outra exceção regional, há mais de três séculos consomem, é da irregularidade no suprimento e da má higiene na conservação e na distribuição de grande parte desses gêneros alimentícios. São populações ainda hoje, ou melhor, hoje mais do que nos tempos coloniais, pessimamente nutridas. Entre caboclos do Norte as pesquisas de Araújo Lima fizeram-no concluir que a maior parte desse elemento – liricamente considerado pelos ingênuos a grande reserva de vitalidade brasileira – vive reduzida a um “estado de inferioridade orgânica [...] às vezes de falência declarada.” O caboclo, escreve esse higienista, “anula o seu valor econômico e social numa insuficiência nutritiva que, secundada pelo alcoolismo e pela dupla ação distrófica do impaludismo e das verminoses, tem de ser reconhecida como um dos fatores de sua inferioridade física e intelectual.”¹⁰¹

E não só terá sido afetada pela má ou insuficiente alimentação a grande massa de gente livre, mas miserável, como também aqueles extremos da nossa população – as grandes famílias proprietárias e os escravos das senzalas – em que Couty foi encontrar, na falta de “povo”,

as únicas realidades sociais no Brasil.¹⁰² Senhores e escravos que se consideramos bem-alimentados – em certo sentido estes melhor que aqueles¹⁰³ – é apenas em relação aos matutos, caipiras, caboclos, agregados e sertanejos pobres – os seis milhões de inúteis do cálculo de Couty para uma população de doze, o vácuo enorme que lhe pareceu haver no Brasil entre os senhores das casas-grandes e os negros das senzalas. “*La situation fonctionnelle de cette population peut se résumer d’un mot: le Brésil n’a pas de peuple*”, escreveu Couty.¹⁰⁴ Palavras que Joaquim Nabuco repetiria dois anos depois do cientista francês: “São milhões”, escrevia Nabuco em 1883, “que se acham nessa condição intermédia, que não é o escravo, mas também não é o cidadão...” Párias inúteis vivendo em choças de palha, dormindo em rede ou estrado, a vasilha de água e a panela seus únicos utensílios, sua alimentação a farinha com bacalhau ou charque; e “a viola suspensa ao lado da imagem.”¹⁰⁵

Os próprios senhores de engenho dos tempos coloniais que, através das crônicas de Cardim e de Soares, nos habituamos a imaginar uns regalões no meio de rica variedade de frutas maduras, verduras frescas e lombos de excelente carne de boi, gente de mesa farta comendo como uns desadorados – eles, suas famílias, seus aderentes, seus amigos, seus hóspedes; os próprios senhores de engenho de Pernambuco e da Bahia nutriam-se deficientemente: carne de boi má e só uma vez ou outra, os frutos poucos e bichados, os legumes raros. A abundância ou excelência de víveres que se surpreendesse seria por exceção e não geral entre aqueles grandes proprietários.

Grande parte de sua alimentação davam-se eles ao luxo tolo de mandar vir de Portugal e das ilhas; do que resultava consumirem víveres nem sempre bem conservados: carne, cereais e até frutos secos, depreciados nos seus princípios nutritivos, quando não deteriorados pelo mau acondicionamento ou pelas circunstâncias do transporte irregular e moroso. Por mais esquisito que pareça, faltavam à mesa da nossa aristocracia colonial legumes frescos, carne verde e leite. Daí, certamente, muitas das doenças do aparelho digestivo,¹⁰⁶ comuns na época e por muito doutor caturra atribuídas aos “maus ares”.

Pelo antagonismo que cedo se definiu no Brasil entre a grande lavoura, ou melhor, a monocultura absorvente do litoral, e a pecuária, por sua vez exclusivista, dos sertões, uma se afastando da outra quanto possível, viu-se a população agrícola, mesmo a rica, a opulenta,

senhora de léguas de terra, privada do suprimento regular e constante de alimentos frescos. Cowan tem razão quando apresenta o desenvolvimento histórico da maior parte dos povos condicionado pelo antagonismo entre a atividade nômade e a agrícola.¹⁰⁷ No Brasil esse antagonismo atuou, desde os primeiros tempos, sobre a formação social do brasileiro: em uns pontos favoravelmente; nesse da alimentação, desfavoravelmente.

Da Bahia, tão típica da agricultura latifundiária por um lado, e da pecuária absorvente por outro, que uma imensa parte de suas terras chegou a pertencer quase toda a duas únicas famílias, a do Senhor da Torre e a do mestre-de-campo Antônio Guedes de Brito, a primeira com “260 léguas de terra pelo rio de São Francisco acima à mão direita indo para o sul” e “indo do dito rio para o norte [...] 80 léguas”; a segunda com “160 léguas [...] desde o morro dos Chapéus até à nascente do rio das Velhas”,¹⁰⁸ da Bahia latifundiária sabe-se que os grandes proprietários de terra, a fim de não padecerem danos nas duas lavouras – a de açúcar ou a de tabaco – evitavam nos vastos domínios agrícolas os animais domésticos, sendo “as ovelhas e as cabras consideradas como criaturas inúteis”,¹⁰⁹ os porcos difíceis por se tornarem monteses com o abandono, o gado vacum insuficiente para o “serviço dos engenhos, gastos dos açougues e fornecimento dos navios.”¹¹⁰

Na zona agrícola tamanho foi sempre o descuido por outra lavoura exceto a da cana-de-açúcar ou a do tabaco, que a Bahia, com todo o seu fasto, chegou no século XVIII a sofrer de “extraordinária falta de farinhas”, pelo que de 1788 em diante mandaram os governadores da capitania incluir nas datas de terra a cláusula de que ficava o proprietário obrigado a plantar “mil covas de mandioca por cada escravo que possuísse empregado na cultura da terra.”¹¹¹ Uma espécie de provisão tomada pelo conde de Nassau com relação aos senhores de engenho e aos lavradores de Pernambuco no século XVII.¹¹²

É certo que o padre Fernão Cardim, nos seus *Tratados*, está sempre a falar da fartura de carne, de aves e até verduras e de frutas com que foi recebido por toda parte no Brasil do século XVI, entre os homens ricos e os colégios de padres.¹¹³

Mas de Cardim deve-se tomar em consideração o seu caráter de padre visitador, recebido nos engenhos e colégios com festas e jantares excepcionais. Era um personagem a quem todo agrado que fizes-

sem os colonos era pouco: a boa impressão que lhe causassem a mesa farta e os leitos macios dos grandes senhores de escravos talvez atenuasse a péssima, da vida dissoluta que todos eles levavam nos engenhos de açúcar: “os peccados que se cometem nelles [nos engenhos] não tem conta: quasi todos andam amancebados por causa das muitas occasiões; bem cheio de peccados vai esse doce por que tanto fazem; grande é a paciência de Deus que tanto sofre”.¹¹⁴

Pelos grandes jantares e banquetes, por essa ostentação de hospitalidade e de fartura não se há de fazer idéia exata da alimentação entre os grandes proprietários; muito menos da comum, entre o grosso dos moradores. Comentando a descrição de um jantar colonial em Boston no século XVIII – um jantar de dia de festa com pudim de ameixa, carne de porco, galinha, toucinho, bife, carne de carneiro, peru assado, molho grosso, bolos, pastéis, queijos etc. (todo um excesso de proteína de origem animal) – o professor Percy Goldthwait Stiles, de Harvard, observa muito sensatamente que semelhante fartura talvez não fosse típica do regime alimentar entre os colonos da Nova Inglaterra; do ordinário, do comum, do de todo dia. Que as festas gastronômicas entre eles talvez se compensassem com os jejuns.¹¹⁵ O que parece poder aplicar-se, com literal exatidão, aos banquetes coloniais no Brasil intermeados decerto por muita parcimônia alimentar, quando não pelos jejuns e pelas abstinências mandadas observar pela Santa Igreja. Desta a sombra matriarcal se projetava então muito mais dominadora e poderosa sobre a vida íntima e doméstica dos fiéis do que hoje.

Impossível concluir dos banquetes que o padre Cardim descreve, e a que alude Soares, que fosse sempre de fartura o passadio dos colonos; forte e variada sua alimentação; que o Brasil dos primeiros séculos coloniais fosse o tal “país de Cocagne” da insinuação um tanto literária de Capistrano de Abreu.¹¹⁶ É ainda no próprio Cardim que vamos recolher este depoimento de um flagrante realismo: no Colégio da Bahia “nunca falta um copinho de vinho de Portugal, sem o qual não se sustenta bem a natureza por a terra ser desleixada e os mantimentos fracos.”¹¹⁷ Note-se de passagem que nesse mesmo vinho de Portugal os puritanos da Nova Inglaterra afogavam a sua tristeza.¹¹⁸

País de Cocagne coisa nenhuma: terra de alimentação incerta e vida difícil é que foi o Brasil dos três séculos coloniais. A sombra da monocultura esterilizando tudo. Os grandes senhores rurais sempre

endividados. As saúvas, as enchentes, as secas dificultando ao grosso da população o suprimento de víveres.

O luxo asiático, que muitos imaginam generalizado ao norte açucareiro, circunscreveu-se a famílias privilegiadas de Pernambuco e da Bahia. E este mesmo um luxo mórbido, doentio, incompleto. Excesso em umas coisas, e esse excesso à custa de dívidas;¹¹⁹ deficiências em outras. Palanquins forrados de seda, mas telha-vã nas casas-grandes e bichos caindo na cama dos moradores.

No Pará no século XVII “as famílias de alguns homens nobres” não podem vir à cidade pelas festas de Natal (1661) “por causa de suas filhas donzelas não terem que vestir para irem ouvir missa.”¹²⁰ Recorda João Lúcio de Azevedo que exprobrando Antônio Vieira à Câmara do Pará não haver na cidade açougue, nem ribeira, ouvira em resposta ser impossível o remédio “como impossível era haver pagamento pelo sustento ordinário.” E acrescenta: “A alimentação trivial, de caça e pescado, abundante nos primeiros tempos rarefez-se à proporção que o número de habitantes aumentava [...]. As terras, sem amanhã nem inteligente cultura, perdiam a primitiva fertilidade e os moradores retiravam-se, passando para outras estâncias suas casas e lavouras”.¹²¹ Do Maranhão é o padre Vieira quem salienta não haver, no seu tempo, em todo o Estado, “açougue, nem ribeira, nem horta, nem tendas onde se vendessem as cousas usuais para o comer ordinário.”¹²² De todo o Brasil é o padre Anchieta quem informa andarem os colonos do século XVI, mesmo “os mais ricos e honrosos” e os missionários, de pé descalço, à maneira dos índios;¹²³ costume que parece ter-se prolongado ao século XVII e aos próprios fidalgos olindenses – os tais dos leitos de seda para a hospedagem dos padres-visitadores e dos talheres de prata para os banquetes de dia de festa. Seus tecidos finos seriam talvez para as grandes ocasiões. Por uma cena que Maria Graham presenciou em Pernambuco dos princípios do século XIX¹²⁴ parece igualmente ter prevalecido entre nossos fidalgos de garfo de prata... para inglês ver (mas inglês raramente se deixa iludir por aparências douradas ou prateadas) o gosto de comer regaladamente com a mão. Nem esqueçamos este formidável contraste nos senhores de engenho: a cavalo grandes fidalgos de estribo de prata, mas em casa uns franciscanos, descalços, de chambre de chita e às vezes só de ceroulas. Quanto às grandes damas coloniais, ricas sedas e um luxo de tetéias e jóias na igreja, mas na intimidade, de

cabeção, saia de baixo, chinelo sem meias.¹²⁵ Efeito em parte do clima, esse vestuário tão à fresca; mas também expressão do franciscanismo colonial, no trajar como no comer de muito fidalgo, dos dias comuns.

A própria Salvador da Bahia, quando cidade dos vice-reis, habitada por muito ricoço português e da terra, cheia de fidalgos e de frades, notabilizou-se pela péssima e deficiente alimentação. Tudo faltava: carne fresca de boi, aves, leite, legumes, frutas; e o que aparecia era da pior qualidade ou quase em estado de putrefação. Fartura só a de doce, geléias e pastéis fabricados pelas freiras nos conventos: era com que se arredondava a gordura dos frades e das sinhá-donas.

Má nos engenhos e péssima nas cidades: tal a alimentação da sociedade brasileira nos séculos XVI, XVII e XVIII. Nas cidades, péssima e escassa. O bispo de Tucumã, tendo visitado o Brasil no século XVII, observou que nas cidades “mandava comprar um frangão, quatro ovos e um peixe e nada lhe traziam, porque nada se achava na praça nem no açougue”; tinha que recorrer às casas particulares dos ricos.¹²⁶ As cartas do padre Nóbrega falam-nos da “falta de mantimentos”¹²⁷ e Anchieta refere nas suas que em Pernambuco não havia matadouro na vila, precisando os padres do colégio de criar algumas cabeças de bois e vacas para sustento seu e dos meninos: “se assim não o fizessem, não teria o que comer”. E acrescenta: “Todos sustentam-se mediocrementemente ainda que com trabalho por as cousas valerem mui caras, e tresdobro do que em Portugal”.¹²⁸ Da carne de vaca informa não ser gorda: “não muito gorda por não ser a terra fértil de pastos.”¹²⁹ E quanto a legumes: “da terra ha muito poucos”. É ainda do padre Anchieta a informação: “Alguns ricos comem pão de farinha de trigo de Portugal, maxime em Pernambuco e Bahia, e de Portugal também lhes vem vinho, azeite, vinagre, azeitona, queijo, conserva e outras cousas de comer”.¹³⁰

Era uma dieta, a da Bahia dos vice-reis, com os seus fidalgos e burgueses ricos vestidos sempre de seda de Gênova, de linhos e algodão da Holanda e da Inglaterra e até de tecidos de ouro importados de Paris e de Lião; era uma dieta, a deles, em que na falta de carne verde se abusava de peixe, variando-se apenas o regime ictiófago com carnes salgadas e queijos-do-reino, importados da Europa juntamente com outros artigos de alimentação.¹³¹ “Não se vê carneiro e raro é o gado bovino que preste”, informava sobre a Bahia o abade

Reynal.¹³² Nem carne de vaca nem de carneiro nem mesmo de galinha. Nem frutas nem legumes; que legumes eram raros na terra e frutos quase que só chegavam à mesa já bichados ou então tirados verdes para escaparem à gana dos passarinhos, dos tapurus e dos insetos. A carne que se encontrava era magra, de gado vindo de longe, dos sertões, sem pastos que o refizessem da penosa viagem. Porque as grandes lavouras de açúcar ou de tabaco não se deixavam manchar de pastos para os bois descidos dos sertões e destinados ao corte. Bois e vacas que não fossem os de serviço eram como se fossem animais danados para os latifundiários.

Vacas leiteiras sabe-se que havia poucas nos engenhos coloniais, quase não se fabricando neles nem queijos nem manteiga, nem se comendo, senão uma vez por outra, carne de boi. Isto, explica Capistrano de Abreu, “pela dificuldade de criar reses em lugares impróprios à sua propagação.” Dificuldade que reduziu este gado ao estritamente necessário ao serviço agrícola.¹³³ Era a sombra da monocultura projetando-se por léguas e léguas em volta das fábricas de açúcar e a tudo esterilizando ou sufocando, menos os canaviais e os homens e bois a seu serviço.

Não só na Bahia, em Pernambuco e no Maranhão como em Sergipe del-Rei e no Rio de Janeiro verificou-se com maior ou menor intensidade, através do período colonial, o fenômeno, tão perturbador da eugenia brasileira, da escassez de víveres frescos, quer animais quer vegetais. Mas talvez em nenhum ponto tão agudamente como em Pernambuco.¹³⁴ Nessa capitania por excelência açucareira e latifundiária, onde ao findar o século XVIII e principiar o XIX, calculava-se a melhor terra agrícola, vizinha do mar, no domínio de oito ou dez senhores de engenho para duzentos vizinhos – “entre duzentos vizinhos, oito ou dez proprietários” que de ordinário só permitiam aos rendeiros “plantar canna para ficarem com a meação”¹³⁵ – a carestia de mantimentos de primeira necessidade se faz sentir às vezes angustiosamente entre os habitantes. Debalde tentara o conde de Nassau no século XVII dar jeito a semelhante desequilíbrio na vida econômica da grande capitania açucareira. E como na Bahia e em Pernambuco, também no Rio de Janeiro o gado não chegou nunca para “o consumo dos açougues e serviço dos engenhos”,¹³⁶ evitando-se a sua presença nas plantações de cana e mesmo a sua proximidade; e tanto quanto naquelas capitânicas do Norte estiveram sempre as terras no Rio de Janeiro concentradas nas mãos de

poucos: grandes latifundiários plantadores de cana – inclusive os frades do mosteiro de São Bento. Sob semelhante regime de monocultura, de latifúndio e de trabalho escravo não desfrutou nunca a população da abundância de cereais e legumes verdes.

De modo que a nutrição da família colonial brasileira, a dos engenhos e notadamente a das cidades, surpreende-nos pela sua má qualidade: pela pobreza evidente de proteínas de origem animal¹³⁷ e possível de albuminóides em geral; pela falta de vitaminas; pela de cálcio e de outros sais minerais; e, por outro lado, pela riqueza certa de toxinas. O brasileiro de boa estirpe rural dificilmente poderá, como o inglês, voltar-se para o longo passado de família na certeza de dez ou doze gerações de avós bem-alimentados de bifesteque e legumes, de leite e ovos, de aveia e frutas a lhe assegurarem de longe o desenvolvimento eugênico, a saúde sólida, a robustez física, tão difíceis de ser perturbadas ou afetadas por outras influências sociais quando predomina a da higiene de nutrição.

Se a quantidade e a composição dos alimentos não determinam sozinhas como querem os extremistas – os que tudo crêem poder explicar pela dieta¹³⁸ – as diferenças de morfologia e de psicologia, o grau de capacidade econômica e de resistência às doenças entre as sociedades humanas, sua importância é entretanto considerável, como o vão revelando pesquisas e inquéritos nesse sentido. Já se tenta hoje retificar a antropogeografia dos que, esquecendo os regimes alimentares, tudo atribuem aos fatores raça e clima; nesse movimento de retificação deve ser incluída a sociedade brasileira, exemplo de que tanto se servem os alarmistas da mistura de raças ou da malignidade dos trópicos a favor da sua tese de degeneração do homem por efeito do clima ou da miscigenação. É uma sociedade, a brasileira, que a indagação histórica revela ter sido em larga fase do seu desenvolvimento, mesmo entre as classes abastadas, um dos povos modernos mais desprestigiados na sua eugenia e mais comprometidos na sua capacidade econômica pela deficiência de alimento. Aliás, a indagação levada mais longe, aos antecedentes do colonizador europeu do Brasil, mesmo dos colonos de prol, revela-nos no peninsular dos séculos XV e XVI, como adiante veremos, um povo profundamente perturbado no seu vigor físico e na sua higiene por um pernicioso conjunto de influências econômicas e sociais. Uma delas, de natureza religiosa: o abuso dos jejuns.

Pode-se generalizar sobre as fontes e o regime de nutrição do brasileiro: as fontes – vegetação e águas – ressentem-se da pobreza química do solo, exíguo, em larga extensão, de cálcio;¹³⁹ o regime, quando não peca pela deficiência em qualidade tanto quanto em quantidade, ressentem-se sempre da falta de equilíbrio.¹⁴⁰ Esta última situação, geral: inclui as classes abastadas. A deficiência pela qualidade e pela quantidade é e tem sido desde o primeiro século o estado de parcimônia alimentar de grande parte da população. Parcimônia às vezes disfarçada pela ilusão da fartura que dá a farinha de mandioca¹⁴¹ intumescida pela água.

A pobreza de cálcio do solo brasileiro escapa quase de todo ao controle social ou à retificação pelo homem; as outras duas causas, porém, encontram explicação na história social e econômica do brasileiro – na monocultura, no regime de trabalho escravo, no latifúndio, responsáveis pelo reduzido consumo de leite, ovos e vegetais entre grande parte da população brasileira.¹⁴² São suscetíveis de correção ou de controle.

Se excetuamos da nossa generalização sobre a deficiência alimentar na formação brasileira as populações paulistas, é por terem atuado sobre elas condições um tanto diversas das predominantes no Rio de Janeiro e ao Norte: geológicas e meteorológicas, favorecendo o esforço agrícola generalizado e até a cultura, embora medíocre, do trigo; de provável superioridade de composição química do solo, dando em resultado maior riqueza dos produtos destinados à alimentação; sociais e econômicas, da parte dos primeiros povoadores, que não sendo gente das mesmas tradições e tendências rurais nem dos mesmos recursos pecuniários dos colonizadores de Pernambuco, mas na maior parte ferreiros, carpinteiros, alfaiates, pedreiros, tecelões, entregaram-se antes à vida semi-rural e gregária que à latifundiária e de monocultura; e ainda econômicas, por ter prevalecido no planalto paulista a concentração das duas atividades, a agrícola e a pastoril,¹⁴³ em vez da divisão quase balcânica em esforços separados e por assim dizer inimigos, que condicionou o desenvolvimento da Bahia, do Maranhão, de Pernambuco, do Rio de Janeiro.

As generalizações do professor Oliveira Vianna, que nos pintou com tão bonitas cores uma população paulista de grandes proprietários e opulentos fidalgos rústicos, têm sido retificadas naqueles seus falsos dourados e azuis, por investigadores mais realistas e melhor

documentados que o ilustre sociólogo das *Populações meridionais do Brasil*: Afonso de E. Taunay,¹⁴⁴ Alfredo Ellis Júnior,¹⁴⁵ Paulo Prado,¹⁴⁶ e Alcântara Machado.¹⁴⁷ Baseados nesses autores e na documentação riquíssima mandada publicar por Washington Luís,¹⁴⁸ é que divergimos do conceito de ter sido a formação paulista latifundiária e aristocrática tanto quanto a das capitâneas açucareiras do Norte. Ao contrário: não obstante as profundas perturbações do bandeirismo, foi talvez a que se processou com mais equilíbrio. Principalmente no tocante ao sistema de alimentação.

“Muito equilibrada, além de farta, teria sido a nutrição nos primeiros séculos, quanto aos seus elementos químicos”, escreve da alimentação dos povoadores paulistas Alfredo Ellis Júnior, que, para afirmá-lo, baseia-se em informações dos *Inventários e testamentos*; “pois”, acrescenta, “não só tinham eles em abundância a proteína da carne de seus rebanhos de bovinos como também lhes sobrava a carne de porco, que é rica em matérias gordurosas de grande valor, o que os fazia carnívoros, além de copiosa variedade na alimentação cerealífera, como o trigo, a mandioca, o milho, o feijão etc., cujas plantações semeavam às redondezas paulistanas e que contêm elevada percentagem de hidrocarbonatos, muito ricos em calorias.” É ainda Alfredo Ellis Júnior que lembra esta observação de Martius sobre as populações paulistas: que o caráter das doenças em São Paulo diferia consideravelmente das condições patológicas observadas no Rio de Janeiro.¹⁴⁹ Martius atribui o fato à diferença de clima – fator que estava então em moda exaltar-se – e, vagamente, a diferenças de constituição dos habitantes. Fosse mais longe no diagnóstico e chegaria sem dúvida a importante causa ou fato social determinante daquela diferença de condições patológicas entre populações tão próximas. Essa causa, a diferença nos dois sistemas de nutrição. Um, o deficiente, de populações sufocadas no seu desenvolvimento eugênico e econômico pela monocultura; o outro, equilibrado, em virtude da maior divisão de terras e melhor coordenação de atividades – a agrícola e a pastoril – entre os paulistas.¹⁵⁰ Destes a saúde econômica se transmitiria mais tarde aos mineiros; os quais, passada a fase turbulenta do ouro e dos diamantes, se aquietariam na gente mais estável, mais equilibrada e, talvez, melhor nutrida do Brasil.

Creemos poder-se afirmar que na formação do brasileiro – considerada sob o ponto de vista da nutrição – a influência mais salutar

tem sido a do africano: quer através dos valiosos alimentos, principalmente vegetais, que por seu intermédio vieram-nos da África, quer através do seu regime alimentar, melhor equilibrado do que o do branco – pelo menos aqui, durante a escravidão. Dizemos aqui, como escravo, porque bem ou mal os senhores de engenho tiveram no Brasil o seu arremedo de taylorismo, procurando obter do escravo negro, comprado caro, o máximo de esforço útil e não simplesmente o máximo de rendimento.

Da energia africana ao seu serviço cedo aprenderam muitos dos grandes proprietários que, abusada ou esticada, rendia menos que bem conservada: daí passarem a explorar o escravo no objetivo do maior rendimento mas sem prejuízo da sua normalidade de eficiência. A eficiência estava no interesse do senhor conservar no negro – seu capital, sua máquina de trabalho, alguma coisa de si mesmo: de onde a alimentação farta e reparadora que Peckolt observou dispensarem os senhores aos escravos no Brasil.¹⁵¹ A alimentação do negro nos engenhos brasileiros podia não ser nenhum primor de culinária; mas faltar nunca faltava. E sua abundância de milho, toucinho e feijão recomenda-a como regime apropriado ao duro esforço exigido do escravo agrícola.

O escravo negro no Brasil parece-nos ter sido, com todas as deficiências do seu regime alimentar, o elemento melhor nutrido em nossa sociedade patriarcal, e dele parece que numerosos descendentes conservaram bons hábitos alimentares, explicando-se em grande parte pelo fator *dieta* – repetimos – serem em geral de ascendência africana muitas das melhores expressões de vigor ou de beleza física em nosso país: as mulatas, as baianas, as crioulas, as quadraronas, as oitavanas,¹⁵² os cabras de engenho,¹⁵³ os fuzileiros navais,¹⁵⁴ os capoeiras, os capangas, os atletas, os estivadores no Recife e em Salvador, muitos dos jagunços dos sertões baianos e dos cangaceiros do Nordeste. A exaltação lírica que se faz entre nós do caboclo, isto é, do indígena tanto quanto do índio civilizado ou do mestiço de índio com branco, no qual alguns querem enxergar o expoente mais puro da capacidade física, da beleza e até da resistência moral da sub-raça brasileira,¹⁵⁵ não corresponde senão superficialmente à realidade. Nesse ponto já o mestre ilustre que é o professor Roquette-Pinto insinuou a necessidade de retificar-se Euclides da Cunha, nem sempre justo nas suas generalizações. Muito do que Euclides exaltou como valor da raça indígena, ou da sub-raça formada pela união do branco com o

índio, são virtudes providas antes da mistura das três raças que da do índio com o branco; ou tanto do negro quanto do índio ou do português. “A mestiçagem”, diz Roquette-Pinto, “deu o jagunço: o jagunço não é mameluco, filho de índio e branco. Euclides estudou-o na Bahia; Bahia e Minas são os dois estados da União em que mais se espalhou o africano”.¹⁵⁶

Salienta mais o antropólogo brasileiro que “é grave erro acreditar que no grande sertão central e na baixada amazônica o sertanejo seja só caboclo”. “Tanto nas chapadas do Nordeste como nos seringais”, acrescenta, “há *cafuzos* ou *caborés*, representantes de uma parte de sangue africano.” E sublinha o fato de muito negro ter deixado o litoral ou a zona açucareira para ir se aquilombar no sertão: “Muitos escravos fugiam para se aquilombar nas matas, nas vizinhanças de tribos índias. A fuga das mulheres era mais difícil; de sorte que o rapto das índias foi largamente praticado pelos pretos quilombolas”.¹⁵⁷

Já no seu estudo *Rondônia*¹⁵⁸ Roquette-Pinto publicara interessante documentação por ele desencantada do arquivo do Instituto Histórico Brasileiro sobre os caborés da serra do Norte, em pleno Brasil central: híbridos de negros fugidos das minas com mulheres índias por eles raptadas. Os raptos a que se entregaram por toda parte os negros aquilombados não foram apenas de “sabinas pretas [...] pelos engenhos”, como diz Ulisses Brandão,¹⁵⁹ mas também, e principalmente, de caboclas. Gastão Cruls, viajando há anos pelo baixo Cuminá, deu com vários remanescentes de antigos mucambos ou quilombos, isto é, de negros fugidos de engenhos e de fazendas. “Aliás”, escreve ele, “quase todos os rios da Amazônia tiveram desses refúgios de escravos e até no alto Içá, Crevaux foi surprestar a choça de uma preta velha.”¹⁶⁰ Por onde se vê que até mesmo onde se supõe conservar-se mais puro o sangue ameríndio ou o híbrido de português com índio chegou o africano: ao coração mesmo da Amazônia, à serra do Norte e aos sertões.

A suposta imunidade absoluta do sertanejo do sangue ou da influência africana não resiste a exame demorado. Se são numerosos os brancos puros em certas zonas sertanejas, em outras se fazem notar resíduos africanos. Um estudo interessantíssimo a fazer seria a localização de redutos de antigos escravos que teriam borrado de preto, hoje empalidecido, muita região central do Brasil. Essas concentrações de negros puros correspondem necessariamente a manchas

negróides no seio de populações afastadas dos centros de escravaria. Escasseavam entre os escravos fugidos as mulheres de sua cor, recorrendo eles, para suprir a falta, “ao rapto das índias” ou caboclas de povoados e aldeamentos próximos: teriam assim espalhado o seu sangue por muita zona considerada depois virgem de influência negra. Aliás os movimentos, sertões adentro ou rio Amazonas acima, de negros fugidos, representam quase arrojo igual ao dos bandeirantes paulistas ou dos povoadores cearenses.

Brancarana, ou então mestiça de branco com índio, e, em menor proporção, mistura de três raças, a maior parte da população livre que correspondeu, em nossa organização escravocrata, ao “*poor white trash*” nas colônias inglesas da América, sobre esse elemento relativamente pouco carregado de influência ou colorido africano, é que a anemia palúdica, o beribéri,¹⁶¹ as verminoses exerceram a sua maior ação devastadora, só depois do descalabro da abolição estendida com igual intensidade aos negros e pardos já agora desamparados da assistência patriarcal das casas-grandes e privados do regime alimentar das senzalas. Os escravos negros gozaram sobre os caboclos e brancarões livres da vantagem de condições de vida antes conservadoras que desprestigiadoras da sua eugenia: puderam resistir melhor às influências patogênicas, sociais e do meio físico e perpetuar-se assim em descendências, mais sadias e vigorosas.

Da ação da sífilis já não se poderá dizer o mesmo; que esta foi a doença por excelência das casas-grandes e das senzalas. A que o filho do senhor de engenho contraía quase brincando entre negras e mulatas ao desvirginar-se precocemente aos doze ou aos treze anos. Pouco depois dessa idade já o menino era donzelão. Ridicularizado por não conhecer mulher e levado na troça por não ter marca de sífilis no corpo. A marca da sífilis, notou Martius que o brasileiro a ostentava como quem ostentasse uma ferida de guerra;¹⁶² e cinqüenta anos depois de Martius um observador francês, Emile Béringer, negando ao clima do norte do Brasil influência preponderante na morbidade da região, salientava a importância verdadeiramente trágica da sífilis: “A sífilis produz grandes estragos. A maior parte dos habitantes não a consideram como uma moléstia vergonhosa e não têm grande cuidado. Independentemente de sua influência sobre o desenvolvimento de numerosas afecções especiais, fornece um contingente de dez falecimentos sobre mil”¹⁶³.

À vantagem da miscigenação correspondeu no Brasil a desvantagem tremenda da sifilização. Começaram juntas, uma a formar o brasileiro – talvez o tipo ideal do homem moderno para os trópicos, europeu com sangue negro ou índio a avivar-lhe a energia; outra, a deformá-lo. Daí certa confusão de responsabilidades; atribuindo muitos à miscigenação o que tem sido obra principalmente da sifilização; responsabilizando-se a raça negra ou a ameríndia ou mesmo a portuguesa, cada uma das quais, pura ou sem cruzamento, está cansada de produzir exemplares admiráveis de beleza e de robustez física, pelo “feito” e pelo “bisonho”¹⁶⁴ das nossas populações mestiças mais afetadas de sífilis ou mais roídas de verminose.

De todas as influências sociais talvez a sífilis tenha sido, depois da má nutrição, a mais deformadora da plástica e a mais depauperadora da energia econômica do mestiço brasileiro. Sua ação começou ao mesmo tempo que a da miscigenação; vem, segundo parece, das primeiras uniões de europeus, desgarrados à-toa pelas nossas praias, com as índias que iam elas próprias oferecer-se ao amplexo sexual dos brancos. “A tara étnica inicial” de que fala Azevedo Amaral foi antes tara sífilítica inicial.

Costuma dizer-se que a civilização e a sifilização andam juntas: o Brasil, entretanto, parece ter-se sifilizado antes de se haver civilizado. Os primeiros europeus aqui chegados desapareceram na massa indígena quase sem deixar sobre ela outro traço europeizante além das manchas de mestiçagem e de sífilis. Não civilizaram: há, entretanto, indícios de terem sifilizado a população aborígine que os absorveu.

Precisamente sob o duplo ponto de vista da miscigenação e da sifilização é que nos parece ter sido importantíssima a primeira fase de povoamento. Sob o ponto de vista da miscigenação foram aqueles povoadores à-toa que prepararam o campo para o único processo de colonização que teria sido possível no Brasil: o da formação, pela poligamia – já que era escasso o número de europeus – de uma sociedade híbrida. Dos Diogos Álvares, dos Joões Ramalhos, um tanto impropriamente de Jerônimo de Albuquerque (que já pertence a outra fase de povoamento) escreveu Paulo Prado que “proliferaram largamente, como que indicando a solução para o problema da colonização e formação da raça no nosso país.”¹⁶⁵ Do seu contato com a população ameríndia resultaram, na verdade, as primeiras camadas de mestiçagem formando porventura pontos mais fáceis à penetração

da segunda leva de gente européia. Quando os povoadores regulares aqui chegaram, já foram encontrando sobre o pardo avermelhado da massa indígena aquelas manchas de gente mais clara. Ainda que sem definida caracterização européia, esses mestiços, quase pelo puro fato da cor mais próxima da dos brancos e por um ou outro traço de cultura moral ou material já adquirido dos pais europeus, devem ter sido um como calço ou forro de carne amortecendo para colonos portugueses ainda virgens de experiências exóticas – e os havia de certo numerosos, vindos do Norte – o choque violento de contato com criaturas inteiramente diversas do tipo europeu.

Muitos dos primeiros povoadores não fizeram senão dissolver-se no meio da população nativa. Raros os “verdadeiros régulos”¹⁶⁶ de que fala Paulo Prado: os grandes patriarcas brancos que, sozinhos no meio dos índios, conseguiram em parte sujeitar à sua vontade de europeus bandos consideráveis de gente nativa.

Mesmo aqueles, porém, que desaparecem no escuro da vida indígena sem deixar nome, impõem-se, pelas evidentes conseqüências de sua ação procriadora e sifilizadora, à atenção de quem se ocupe da história genética da sociedade brasileira. Bem ou mal, neles é que madrugou essa sociedade. Deles se contaminou a formação brasileira de alguns dos seus vícios mais persistentes e característicos: taras étnicas, diria Azevedo Amaral; sociais, preferimos dizer.

A sifilização do Brasil resultou, ao que parece, dos primeiros encontros, alguns fortuitos, de praia, de europeus com índias. Não só de portugueses como de franceses e espanhóis. Mas principalmente de portugueses e franceses. Degredados, cristãos-novos, traficantes normandos de madeira de tinta que aqui ficavam, deixados pelos seus para irem se acamaradando com os indígenas; e que acabavam muitas vezes tomando gosto pela vida desregrada no meio de mulher fácil e à sombra de cajueiros e araçazeiros.

Oscar da Silva Araújo, a quem se devem indagações valiosas sobre o aparecimento da sífilis no Brasil, liga-o principalmente ao contato dos indígenas com os franceses. “No século XVI”, recorda o cientista brasileiro, “surgiu na França a grande epidemia de sífilis; nas crônicas dos contrabandistas dessa época vêem-se referências à existência de doenças venéreas entre eles, dizimando, muitas vezes, as populações. É de presumir que os aventureiros franceses que comerciavam com os nossos indígenas estivessem também infectados e que

tenham sido os introdutores e primeiros propagadores dessa doença entre eles.”¹⁶⁷

Menos infectados não deviam estar os portugueses, gente ainda mais móvel e sensual que os franceses. “O mal que assolou o Velho Mundo em fins do século XV”, observa em outro dos seus trabalhos Oscar da Silva Araújo, “propagou-se no Oriente, tendo sido para aí levado pelos portugueses. As investigações de Okamura, Dohi e Susuky no Japão e na China, e as de Jolly e outros na Índia, demonstram que a sífilis apareceu nesses países somente depois que eles se puseram em relações com os europeus. Na Índia apareceu depois da chegada de Vasco da Gama em 1498, tendo ele saído de Portugal em 1497. Gaspar Correia, nas *Lendas da Índia*, refere que “em Cacotorá, no ano de 1507, a gente começou a adoecer de maus ares e de mau comer e principalmente com a conversação com as mulheres, de que morriam.”¹⁶⁸ Recorda ainda Oscar da Silva Araújo que “Engelbert Koempfer, citado por Astruc, assegura que o termo japonês *manbakkassam*, com a sua significação literal *doença dos portugueses*, é aquele com que no Japão se designa a sífilis. E ainda nos nossos dias – acrescenta – em muitos países do Oriente *mal português* é sinônimo de lues. Nos idiomas indiano, japonês e chinês não há nomes indígenas para a doença.”¹⁶⁹

Ainda que vários tropicalistas, alguns deles com estudos especializados sobre o Brasil, como Sigaud, dêem a sífilis como autóctone,¹⁷⁰ as evidências reunidas por Oscar da Silva Araújo fazem-nos chegar a conclusão diversa. “Os viajantes médicos”, lembra ainda o autor brasileiro, “que nos últimos tempos estudaram as doenças dos nossos índios ainda não mesclados com civilizados e entre eles os Drs. Roquette-Pinto, Murilo de Campos e Olímpio da Fonseca Filho, nunca observaram a sífilis entre esses indígenas, não obstante terem assinalado a existência de várias dermatoses.” Acresce que: “os primeiros viajantes e escritores que se referem ao clima e às doenças do Brasil nunca assinalaram a existência desse mal entre os silvícolas que até então viviam isolados e não tinham tido contato com os europeus [...]”.¹⁷¹ De igual parecer é outro investigador ilustre, o professor Pirajá da Silva, que julga a lepra e a sífilis “introduzidas no Brasil pelos colonos europeus e africanos.”¹⁷² O que parece é ter havido muita confusão de *pian* ou mal boubático com a sífilis.

O intercurso sexual entre o conquistador europeu e a mulher índia não foi apenas perturbado pela sífilis e por doenças européias de fácil contágio venéreo; verificou-se – o que depois se tornaria extensivo às relações dos senhores com as escravas negras – em circunstâncias desfavoráveis à mulher. Uma espécie de sadismo do branco e de masoquismo da índia ou da negra terá predominado nas relações sexuais como nas sociais do europeu com as mulheres das raças submetidas ao seu domínio. O furor femeeiro do português se terá exercido sobre vítimas nem sempre confraternizantes no gozo; ainda que se saiba de casos de pura confraternização do sadismo do conquistador branco com o masoquismo da mulher indígena ou da negra. Isso quanto ao sadismo de homem para mulher – não raro precedido pelo de senhor para moleque. Através da submissão do moleque, seu companheiro de brinquedos e expressivamente chamado *leva-pancadas*, iniciou-se muitas vezes o menino branco no amor físico.

Quase que do moleque *leva-pancadas* se pode dizer que desempenhou entre as grandes famílias escravocratas do Brasil as mesmas funções de paciente do senhor moço que na organização patrícia do Império Romano o escravo púbere escolhido para companheiro do menino aristocrata: espécie de vítima, ao mesmo tempo que camarada de brinquedos, em que se exerciam os “*premiers élans génésiques*” do filho-família.¹⁷³

Moll salienta que a primeira direção tomada pelo impulso sexual na criança – sadismo, masoquismo, bestialidade ou fetichismo – depende em grande parte de oportunidade ou chance, isto é, de influências externas sociais.¹⁷⁴ Mais do que de predisposição ou de perversão inata.

Refere-se o autor de *The sexual life of the child* ao período de “indiferenciação sexual” – que segundo Penta e Max Dessoir¹⁷⁵ todo indivíduo atravessa – como particularmente sensível àquelas influências. Nesse período é que sobre o filho de família escravocrata no Brasil agiam influências sociais – a sua condição de senhor cercado de escravos e animais dóceis – induzindo-o à bestialidade e ao sadismo. Este, mesmo dessexualizado depois, não raro guardava em várias manifestações da vida ou da atividade social do indivíduo, aquele “*sexual undertone*”, que segundo Pfister, “*is never lacking to wellmarked sadistic pleasure*”.¹⁷⁶ Transforma-se o sadismo do menino e do adolescente no gosto de mandar dar surra, de mandar arrancar dente de negro ladrão de cana, de mandar brigar na sua presença capoeiras,

galos e canários – tantas vezes manifestado pelo senhor de engenho quando homem feito; no gosto de mando violento ou perverso que explodia nele ou no filho bacharel quando no exercício de posição elevada, política ou de administração pública; ou no simples e puro gosto de mando, característico de todo brasileiro nascido ou criado em casa-grande de engenho. Gosto que tanto se encontra, refinado em um senso grave de autoridade e de dever, em um D. Vital, como abrutalhado em rude autoritarismo em um Floriano Peixoto.

Resultado da ação persistente desse sadismo, de conquistador sobre conquistado, de senhor sobre escravo, parece-nos o fato, ligado naturalmente à circunstância econômica da nossa formação patriarcal, da mulher ser tantas vezes no Brasil vítima inerme do domínio ou do abuso do homem;¹⁷⁷ criatura reprimida sexual e socialmente dentro da sombra do pai ou do marido. Não convém, entretanto, esquecer-se o sadismo da mulher, quando grande senhora, sobre os escravos, principalmente sobre as mulatas; com relação a estas, por ciúme ou inveja sexual.

Mas esse sadismo de senhor e o correspondente masoquismo de escravo, excedendo a esfera da vida sexual e doméstica, têm-se feito sentir através da nossa formação, em campo mais largo: social e político. Cremos surpreendê-los em nossa vida política, onde o mandonismo tem sempre encontrado vítimas em quem exercer-se com requintes às vezes sádicos; certas vezes deixando até nostalgias logo transformadas em cultos cívicos, como o do chamado marechal-de-ferro. A nossa tradição revolucionária, liberal, demagógica, é antes aparente e limitada a focos de fácil profilaxia política: no íntimo, o que o grosso do que se pode chamar “povo brasileiro” ainda goza é a pressão sobre ele de um governo másculo e corajosamente autocrático. Mesmo em sinceras expressões individuais – não de todo invulgares nesta espécie de Rússia americana que é o Brasil¹⁷⁸ – de mística revolucionária, de messianismo, de identificação do redentor com a massa a redimir pelo sacrifício de vida ou de liberdade pessoal, sente-se o laivo ou o resíduo masoquista: menos a vontade de reformar ou corrigir determinados vícios de organização política ou econômica que o puro gosto de sofrer, de ser vítima, ou de sacrificar-se.

Por outro lado, a tradição conservadora no Brasil sempre se tem sustentado do sadismo do mando, disfarçado em “princípio de Autoridade” ou “defesa da Ordem”. Entre essas duas místicas – a da Or-

dem e a da Liberdade, a da Autoridade e a da Democracia – é que se vem equilibrando entre nós a vida política, precocemente saída do regime de senhores e escravos. Na verdade, o equilíbrio continua a ser entre as realidades tradicionais e profundas: sadistas e masoquistas, senhores e escravos, doutores e analfabetos, indivíduos de cultura predominantemente europeia e outros de cultura principalmente africana e ameríndia. E não sem certas vantagens, as de uma dualidade não de todo prejudicial à nossa cultura em formação, enriquecida de um lado pela espontaneidade, pelo frescor de imaginação e emoção do grande número e, de outro lado, pelo contato, através das elites, com a ciência, com a técnica e com o pensamento adiantado da Europa. Talvez em parte alguma se esteja verificando com igual liberalidade o encontro, a intercomunicação e até a fusão harmoniosa de tradições diversas, ou antes, antagônicas, de cultura, como no Brasil. É verdade que o vácuo entre os dois extremos ainda é enorme; e deficiente a muitos respeito a intercomunicação entre duas tradições de cultura. Mas não se pode acusar de rígido, nem de falta de mobilidade vertical – como diria Sorokin – o regime brasileiro, em vários sentidos sociais um dos mais democráticos, flexíveis e plásticos.

Uma circunstância significativa resta-nos destacar na formação brasileira: a de não se ter processado no puro sentido da europeização. Em vez de dura e seca, rangendo do esforço de adaptar-se a condições inteiramente estranhas, a cultura europeia se pôs em contato com a indígena, amaciada pelo óleo da mediação africana. O próprio sistema jesuítico – talvez a mais eficiente força de europeização técnica e de cultura moral e intelectual, a agir sobre as populações indígenas; o próprio sistema jesuítico, no que logrou maior êxito no Brasil dos primeiros séculos foi na parte mística, devocional e festiva do culto católico. Na cristianização dos caboclos pela música, pelo canto, pela liturgia, pelas profissões, festas, danças religiosas, mistérios, comédias; pela distribuição de verônicas com agnus-dei, que os caboclos penduravam no pescoço, de cordões, de fitas e rosários; pela adoração de relíquias do Santo Lenho e de cabeças das Onze Mil Virgens. Elementos, muitos desses, embora a serviço da obra de europeização e de cristianização, impregnados de influência animística ou fetichista vinda talvez da África.

Porque os próprios *Exercícios espirituais* parece que assimilaram Loyola de originais africanos; são, pelo menos, produtos do mes-

mo clima místico ou religioso que as manifestações do voluptuoso misticismo dos árabes. O céu jesuítico, como o purgatório ou o inferno, cujas delícias ou horrores o devoto que pratique os *Exercícios* acabará vendo, sentindo-lhes o cheiro e o gosto, ouvindo-lhes os cantos de gozo ou os ai-jesus de desespero – esse céu, esse purgatório e esse inferno ao alcance dos sentidos por meio daquela técnica admirável, aproxima-os o estudo comparado das religiões de antigos sistemas de mística muçulmana. Um livro sobre as origens da Companhia de Jesus, o de Hermann Müller, conclui, talvez precipitadamente, pela imitação da técnica muçulmana por Santo Inácio de Loyola. E Chamberlain, na sua interpretação, toda em termos de raça – e esta a nórdica – da cultura religiosa da Europa moderna, repudia em absoluto Santo Inácio de Loyola por enxergar no seu sistema qualidades antieuropeias de imaginação, de sentimento e de técnica de misticismo. Ou, no seu entender, de antimisticismo. Chamberlain não sente no sistema de Loyola nenhum perfume místico: para ele os *Exercícios* resumem-se num “método grosseiramente mecânico, arranjado com suprema arte para excitar o indivíduo [...]”.¹⁷⁹

A possível origem africana – Chamberlain considera-a definitivamente provada – do sistema jesuítico nos parece importantíssima na explicação da formação cultural da sociedade brasileira: mesmo onde essa formação dá a idéia de ter sido mais rigidamente europeia – a catequese jesuítica – teria recebido a influência amolecedora da África. A mediação africana no Brasil aproximou os extremos, que sem ela dificilmente se teriam entendido tão bem, da cultura europeia e da cultura ameríndia, estranhas e antagônicas em muitas das suas tendências.

Considerada de modo geral, a formação brasileira tem sido, na verdade, como já salientamos às primeiras páginas deste ensaio, um processo de equilíbrio de antagonismos. Antagonismos de economia e de cultura. A cultura europeia e a indígena. A europeia e a africana. A africana e a indígena. A economia agrária e a pastoril. A agrária e a mineira. O católico e o herege. O jesuíta e o fazendeiro. O bandeirante e o senhor de engenho. O paulista e o emboaba. O pernambucano e o mascate. O grande proprietário e o pária. O bacharel e o analfabeto. Mas predominando sobre todos os antagonismos, o mais geral e o mais profundo: o senhor e o escravo.

É verdade que agindo sempre, entre tantos antagonismos contun-
dentes, amortecendo-lhes o choque ou harmonizando-os, condições
de confraternização e de mobilidade social peculiares ao Brasil: a
miscigenação, a dispersão da herança, a fácil e freqüente mudança de
profissão e de residência, o fácil e freqüente acesso a cargos e a
elevadas posições políticas e sociais de mestiços e de filhos naturais,
o cristianismo lírico à portuguesa, a tolerância moral, a hospitalidade
a estrangeiros, a intercomunicação entre as diferentes zonas do país.
Esta, menos por facilidades técnicas do que pelas físicas: a ausência
de um sistema de montanhas ou de rios verdadeiramente perturbador
da unidade brasileira ou da reciprocidade cultural e econômica entre
os extremos geográficos.

Notas ao Capítulo I

1. Em Portugal, como adiante veremos, mais através da burguesia marítima, que ali cedo se arredondou em força dominadora, do que pela vontade ou ação da nobreza rural. Esta, após a morte de D. Fernando em 1383, chegou a inclinar-se à reunião de Portugal com Castela, contra o que levantou-se a burguesia, escolhendo para ocupar o trono o mestre de Avis. Os partidários do mestre de Avis, diz-nos Antônio Sérgio (*A sketch of the history of Portugal*, Lisboa, 1928) que eram "a minoria mas tinham a seu favor [...] o dinheiro da classe média."
2. Na Beira Baixa abundam "as localizações da raça pequena, dolicocefala, do tipo de Muges", como no Alentejo predominam "altas estaturas talvez pela influência de uma raça árabe, mesaticéfala", e no Algarve como em outros pontos do litoral português se encontram representantes numerosos de um "tipo semito-fenício de estatura mediana" (A. A. Mendes Correia, *Os criminosos portugueses*, Lisboa, 1914). Veja-se também Fonseca Cardoso, "Antropologia portuguesa", em *Notas sobre Portugal*, Lisboa, 1908. No Concelho de Alcácer do Sal são numerosas as famílias mulatas, segundo informa Leite de Vasconcelos (cit. por Mendes Correia, *Os povos primitivos da Lusitânia*, Porto, 1924).
3. Rafael Altamira na sua *Filosofia de la historia y teoria de la civilización* (Madri, 1915) observa que as influências recíprocas se operam "entre pueblos enemigos a quienes separan odios" e cita precisamente o exemplo dos muçulmanos e dos cristãos; "los cuales no obstante sus guerras continuas se influyeron mutuamente en alto grado."
4. Freeman salienta "the general law by which, in almost all periods, either the masters of Spain have borne rule in Africa or the masters of Africa have borne rule in Spain" (E. A. Freeman, *Historical geography of Europe*, Londres, 1882). Mas é principalmente em Portugal que se tem verificado essa alternativa de domínio continental, de constante ajustamento e reajustamento de valores de cultura e preponderâncias de raça.
5. Segundo a pesquisa craniométrica e osteométrica de Paula e Oliveira. Dois outros antropólogos portugueses, Silva Bastos e Fonseca Cardoso, encontraram nas regiões montanhosas de Beira Alta, Trás-os-Montes, Beira Baixa "em estado de relativa pureza os representantes da raça dolicocefala de Muges (tipo Beaumes-Chaudes) que constitui," diz Mendes Correia, "o fundo antropológico do povo português". (Vejam-se Mendes Correia, *Os criminosos portugueses*, e Fonseca Cardoso, loc. cit.; também os trabalhos de Costa Ferreira, "La capacité du crâne chez les Portugais", *Bulletins*

et Mémoires de la Société d'Anthropologie de Paris, série V, vol. IV, e Ferraz de Macedo, *Bosquejos de antropologia criminal*, Lisboa, 1900.

6. Conde Hermann de Keyserling, "Portugal" (trad. do alemão por Herta Oppenheimer e Osório de Oliveira), em *Descobrimento*, nº 2, Lisboa, 1931.
7. Alexandre Herculano, *História de Portugal*, Lisboa, 1853.
8. Mendes Correia, *Os povos primitivos da Lusitânia*, cit.
9. A incapacidade de tomar resoluções prontas, que Teófilo Braga responsabiliza pela "falta de iniciativa" no português (*O povo português*, Lisboa, 1885).
10. Ferraz de Macedo, op. cit.
11. Opinião de Antônio Arroio, "O povo português", em *Notas sobre Portugal*, Lisboa, 1908. Entretanto lê-se no próprio Eça, após a descrição de Gonçalo:
"Assim todo completo, com o bem, com o mal, sabem vocês quem ele me lembra? ...
– Quem?
– Portugal!"
12. Eça de Queirós, *A ilustre casa de Ramires*, Porto, 1904. O autor menciona outros característicos. Em relação com a nossa idéia (vejam-se *O mundo que o português criou*, Rio de Janeiro, 1940 e *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*, Recife, 1940) de que o português sempre uniu ao espírito de aventura o de precaução, rotina, segurança, utilidade, não nos devemos esquecer de que modernos historiadores do direito e do comércio marítimos atribuem aos portugueses a invenção dos seguros marítimos, criados – destaca o Sr. Jaime Cortesão – "na longa prática do tráfego por mar a distância, durante os séculos XIII e XIV e consagrados pela legislação de Dom Fernando [...] ("Tradição", em *Cartas à mocidade*, Lisboa, 1940, p. 71). Jaime Cortesão, a propósito dessa e de outras antecipações dos portugueses na solução dos problemas técnicos e de organização social, insurge-se contra "uma falsa história em que [os portugueses] entramos apenas com o nosso valor, definindo-se por ela o português dos descobrimentos como um tipo aventureiro e de impulsivo, tutelado na sua ignorância pela ciência estrangeira" (p. 73). Palavras hoje inglesas, mas derivadas da língua portuguesa, como *curreal*, *cuspidor*, *molasses*, *cruzado*, *albatroz* (veja-se nosso *Brazil: an interpretation*, Nova Iorque, 1945) indicam que a influência portuguesa sobre a cultura ocidental se faz sentir na zona da técnica (inclusive a rural-pastoril).
13. Desconhecemos em que elementos se apóia Waldo Frank para escrever: "*El português es mas europeo que el español: posee un linaje semítico más debil, un linaje gótico más fuerte*" ("La selva", em *Sur*, Buenos Aires, nº 1, 1931).

Pensamos exatamente o contrário: que o português sendo mais cosmopolita que o espanhol, é entretanto dos dois talvez o menos gótico e o mais semita, o menos europeu e o mais africano: em

todo o caso o menos definidamente uma coisa ou outra. O mais vago e impreciso, como expressão de caráter continental europeu. O mais extra-europeu. O mais atlântico.

14. Aubrey F. G. Bell, *Portugal of the portuguese*, Londres, 1915. O autor, cujas observações sobre o lirismo no caráter português coincidem com as de Miguel de Unamuno (*Por tierras de Portugal y España*, Madri, 1911) e as de ensaístas mais novos, salienta outros contrastes.
15. Fonseca Cardoso verificou antropológicamente a presença do elemento semito-fenício em populações atuais de Portugal (Fonseca Cardoso, loc. cit.) e o professor Mendes Correia, destacando o papel etnogênico dos judeus na formação portuguesa, diz que sua importância já seria grande na época visigótica (*Raça e nacionalidade*, Porto, 1919). Sob o ponto de vista da história social, o estudo definitivo sobre a infiltração israelita em Portugal é o de João Lúcio de Azevedo: *História dos cristãos-novos portugueses* (Lisboa, 1915).
16. D. G. Dalgado no seu estudo *The climate of Portugal* (Lisboa, 1914) destaca o fato de os portugueses se aclimarem em várias partes do mundo melhor que quase todos os outros europeus (“*acclimatize themselves in various parts of the world better than almost all the other european races*”). Talvez — é opinião de muitos recolhida por Dalgado — por serem um povo em cuja formação a raça semita entrou com forte contingente (“*the great admixture of the people of the country with the semitic race*”). Emile Béringer nos seus *Estudos sobre o clima e a mortalidade da capital de Pernambuco* (trad. de Manuel Duarte Pereira — Pernambuco, 1891) escreve sobre o assunto: “a raça portuguesa parece dotada de um temperamento que lhe permite adaptar-se mais facilmente que outras raças a climas diferentes do da mãe-pátria. Atribui-se esta qualidade não só ao cruzamento dos portugueses com os israelitas que se domiciliaram em Portugal depois de sua expulsão, e que possuem uma notável aptidão para aclimação, como também à influência persistente de sangue negro, que foi largamente propagado em Portugal na época em que, no próprio país, se fazia um importante tráfico de escravos”. E Hermann Wätjen em *Das Judentum und die Anfänge der modernen Kolonisation* (apud *Das Holländische Kolonialreich in Brasilien*, Gota, 1921) salienta que a raiva dos holandeses contra os judeus em Pernambuco (raiva que quase se aguçou em anti-semitismo) era em parte devida ao fato dos israelitas se aclimarem com espantosa facilidade enquanto os flamengos custavam a adaptar-se à vida nos trópicos.

Já em 1901 escrevia com exagero apoloético um homem de ciência paulista, Luís Pereira Barreto: “O que a observação científica dos nossos dias nos ensina é que nenhuma raça no mundo iguala a portuguesa como aptidão para se adaptar a todas as condições imagináveis da existência terrestre. É a raça privilegiada, é a única que teve o dom de anular a seu favor as mais inclementes influências climáticas: o aclimamento universal é o seu apanágio. O português, é o preferido, no serviço das baleeiras norte-americanas e, nesse posto, o vemos impertérrito arrostar os frios glaciais das costas da Islândia. Na zona tórrida, a mais mortífera da África, o encontramos sempre a prumo, robusto, inabalável, jovial e altaneiro. Lá onde nenhuma raça medra, o português prospera. Lá onde os soberbos colossos louros, os belos Apolos do Norte, ruem por terra, derretendo-se

como cera mole ao calor de uma temperatura média anual de 28°, o português campeia impondo e implanta duradoura prole". ("O século XX sob o ponto de vista brasileiro", *O Estado de S. Paulo*, 23 de abril de 1901). Páginas de igual fervor apologético, embora escritas de ponto de vista diferente do de Pereira Barreto, sobre "o elemento português na demografia do Brasil" são as da memória apresentada com esse título ao Congresso Luso-Brasileiro de História em Lisboa, 1940, por outro homem de ciência, este português, o professor A. A. Mendes Correia, cujos pendores etnocêntricos no sentido da exaltação do "português branco" coincidem com os do sociólogo brasileiro Oliveira Viana e com os do romancista Afrânio Peixoto. Uma apresentação mais sobriamente científica de aspectos interessantes do mesmo assunto é oferecida pelo professor tenente-coronel-médico Alberto C. Germano da Silva Correia em seus trabalhos "Les lusos descendants de l'inde portugaise", Goa, 1928, e "Os lusos descendentes de Angola – Contribuição para o seu estudo antropológico", *Memória*, 3º Congresso Colonial Nacional, 1930.

O fato da área amazônica no Brasil permanecer ainda quase sem colonização parece indicar que o português, ao contrário da afirmativa enfática de Pereira Barreto, não tem o dom de, por disposições puramente étnicas, "anular a seu favor as mais inclementes influências climáticas." Essa área provavelmente só será colonizada plenamente com o desenvolvimento e barateamento da técnica de ar condicionado e de outras formas de domínio do clima pelo homem civilizado, ainda que não deva ser esquecida nunca a importância, na valorização de áreas do tipo da amazônica, dos motivos e valores espirituais que animem os colonizadores. Importância destacada pelos mais modernos estudiosos do assunto como S. F. Markham em *Climate and the energy of nations*, Londres, 1944.

17. Impossível precisar qual fosse a reduzida população portuguesa nos séculos XV e XVI. Computam-na de modo diverso os historiadores. Talvez no século XV não passasse de 1.010.000 do cálculo de Rebelo Silva (*Memória sobre a população e agricultura de Portugal desde a fundação da monarquia até 1865*, Lisboa, 1868). Dos escritores mais aproximados da época consultem-se sobre o assunto Manuel de Severim de Faria, *Notícias de Portugal*, Lisboa, 1655, e Duarte Nunes de Leão, *Descrição geral do reino de Portugal*, 1610. Entre os modernos, vejamos os cálculos de Adrien Balbi, *Essai statistique sur le Portugal*, Paris, 1822; Gama Barros, *História da administração pública em Portugal nos séculos XV e XVI*, Lisboa, 1896; Costa Lobo, *A história da sociedade em Portugal, no século XV*, Lisboa, 1904; Oliveira Martins, *A história de Portugal*, Porto, 1882; J. Lúcio de Azevedo, "Organização econômica", em *História de Portugal*, 27, II; J. J. Soares de Barros, "Memórias sobre as causas da diferente população de Portugal em diferentes tempos da monarquia portuguesa", em *Memórias econômicas da Academia Real das Ciências*, 2ª ed., Lisboa, 1885.

Faz algum tempo, escreveu o professor Everett V. Stonequist a propósito das relações dos portugueses e espanhóis com as gentes de cor na América que "it is to be noted that the Spanish and Portuguese had already experienced prolonged contact with African Peoples and were

themselves of the brunette Caucasian type" ("Race, mixture and the mulatto", em *Race relations and the race problem*, organizado por Edgar T. Thompson, Durham, 1939, p. 248), pontos acentuados no presente ensaio desde 1933. O professor Stonequist admite a possibilidade do português ter se revelado no Brasil portador ainda menos vigoroso que o espanhol de "consciência de raça" (trabalho cit., p. 249, nota). Essa possibilidade não é admitida por todos os estudiosos do assunto. O professor Sílvio Zavala, por exemplo, em seus ensaios sobre a colonização espanhola do México, mostra-se inclinado a considerar os espanhóis tão liberais quanto os portugueses em suas atitudes para com as gentes de cor, tendo mesmo impugnado as afirmativas ou sugestões que se fazem a respeito no presente ensaio. "Permita se nos sugerir" – escreveu o ilustre historiador mexicano a propósito do presente ensaio – "incidentalmente que es necesario hacer una revisión de los conceptos que emite el A. en varios lugares sobre la colonización española, de la qual parece tener una idea tan somera como discutible" ("Casa-grande & senzala" etc., *Revista de História de América*, nº 15, dezembro, 1942, p. 1942). Igual objeção às generalizações feitas no presente ensaio sobre o colonizador português em confronto com o espanhol, em suas relações com os indígenas da América, é levantada pelo professor Lewis Hanke que, entretanto, reconhece: "Sea lo que fuere, parece cierto que el colonizador portugués poseía mayor espíritu cosmopolita y mayor plasticidad social que ningún otro europeo en América" (Gilberto Freyre – *Vida y obra – Bibliografía, antología*, Nova Iorque, 1939).

Sobre esse aspecto da ação do colonizador espanhol na América – suas relações com os indígenas – vejamos os trabalhos do mesmo professor Hanke, *The first social experiments in America – A study in the development of spanish indian policy in the sixteenth century*, Cambridge, 1935, e *Cuerpo de documentos del siglo XVI*, México, 1943; Rómulo D. Carbia, *História de la leyenda negra hispano-americana*, Buenos Aires, s.d.; Arthur Helps, *The spanish conquest in America and its relations to the history of slavery and the government of colonies*, Londres, 1900-1905; Robert Ricard, *Études et documents pour l'histoire missionnaire de l'Espagne et Portugal*, Paris, 1931; Sílvio Zavala e María Castelo, *Fuentes para la historia del trabajo en Nueva España*, México, 1939-1941, e Sílvio Zavala, *New viewpoints on the spanish colonization of America*, Filadélfia, 1943.

18. Permitia aos portugueses tão grande mobilidade a quase perfeição que, para a época, atingira em Portugal a técnica de transporte marítimo. Perfeição e abundância de veículos. "Em compensação do exíguo material humano", nota Carlos Malheiros Dias, "Portugal possuía como nenhum outro país nos primeiros decênios do século XVI, abundantes veículos de transporte marítimo" (*História da colonização portuguesa do Brasil*, Introdução, Lisboa, 1934, vol. I).

Se é certo que, oficialmente, as embarcações vindas da Índia para Lisboa ou idas de Lisboa para a Índia, durante os séculos XVI e XVII, não tocavam – ou não deviam tocar – no Brasil, parece que de fato, e sob pretextos vários, foi constante esse contato. Aliás, foi o mesmo regularizado em 1672, quando afinal o governo metropolitano reconheceu sua conveniência ou necessidade. Indicam-

no documentos do século XVII com relação às “naus da Índia”, alguns dos quais incluídos nas coleções de portarias, cartas, leis, provisões, alvarás etc., publicadas pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Portaria datada da Bahia, em 9 de julho de 1672, nos dá notícia não só de socorro a soldados vindos no galeão *São Pedro de Rates* “que indo para Índia arribou nesta Bahia”, como do “donativo do dote de paz consignado por Sua Alteza às despesas das naus da Índia que indo, ou vindo tomarem este porto” (*Biblioteca Nacional, documentos históricos, portarias e cartas dos governadores-gerais e governo interno*, vol. VIII da série VI dos *Documentos da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 1929, p. 95). A existência de tal donativo parece indicar que não era raro o contato de naus da Índia com o Brasil. Pela portaria de 1^a de julho de 1674, relativa ao galeão *Nossa Senhora do Rosário, São Caetano e São Francisco Xavier* “arribado a este porto” [Bahia], tendo partido de Portugal para a Bahia, vê-se que se exigia do capitão de nau assim arribada dar conta “das causas que teve para não seguir viagem” (*Documentos*, cit., p. 193). Também que os representantes do governo metropolitano no Brasil se serviam de tais naus no interesse geral do Império (p. 201). São esses contatos, que parecem ter sido freqüentes, que explicam o fato de terem a vida, os costumes e a arquitetura no Brasil colonial recebido constante influência direta do Oriente, acusada pelo uso, generalizado entre a gente de prol, de palanquins, bangüês, chapéus-de-sol, leques da China com figuras de seda estofada e caras de marfim, sedas, colchas da Índia, porcelana, chá etc., e ainda hoje atestada pelos antigos leões de louça de feito oriental – ou, especificamente, chinês – que guardam, com expressão ameaçadora e zangada, os portões de velhas casas e o frontão da igreja do convento de São Francisco do Recife. Atestada também pelas sobrevivências de porcelanas e caixas de sândalo, artigos que, segundo tradições brasileiras de família, foram comuns no nosso país durante o período colonial. Um cronista nos fala dos últimos anos desse período como tempos em que, no Recife, as famílias burguesas, estiradas em compridas esteiras de pipiri, ceavam à calçada ou à porta da rua, em “pratos de verdadeira louça da China, sarapintados de várias cores”, que “produziam um magnífico efeito à luz da lua” (F. P. do Amaral, *Escavações – Fatos da história de Pernambuco*, Recife, 1889, p. 279).

Note-se, ainda, que segundo documentos do século XVII, há indícios de capitães das naus vindas da Índia para Lisboa (naus que arribavam em portos do Brasil mas logo conseguiam, ao que parece, regularizar sua situação comercial no interesse não só do Império, como de particulares) daqui terem partido com artigos produzidos no Brasil em troca dos quais é possível que, irregularmente, deixassem objetos do Oriente. Por portaria de 12 de março de 1673 se vê que “porquanto veiu arribada a este porto a nau caravella vindo da Índia para Lisboa, e me representar o capitão Simão de Souza de Tavora que era conveniente levasse alguma carga de assucares de particulares para poder ir com mais segurança. O provedor-mor da Fazenda Real deste Estado mande lançar pelos mercadores cento e vinte caixas de açúcar [...]” (*Documentos*, cit., p. 151). Ainda na citada coleção de documentos se lê a transcrição de uma carta do Príncipe, datada de Lisboa de 8 de março de 1672, a Afonso Furtado de Mendonça, referente às naus da Índia, da qual transcrevemos este trecho: “Eu o Príncipe vos envio muito saudar. Por ter resoluta (como tereis entendido da provisão que com esta se vos remete) que as

embarcações da Índia que partirem da Índia para este reino venham tomar a Bahia para melhor segurança de sua viagem [...]” (*Documentos*, cit., p. 93). Por aí se vê que houve em 1672, da parte do governo metropolitano, medida no sentido de regularizar o contato das naus da Índia com o Brasil no interesse geral do Império Português. Por outro lado, não é preciso dispor alguém de excessiva imaginação histórica para entrever irregularidades, ligadas ao contato das naus da Índia e da Angola com o Brasil, semelhantes – embora em escala muito menor – às que se verificaram na própria Índia, durante a época de domínio português no Oriente, e em ligação com o comércio de especiarias. Dessas próprias irregularidades, porém, parece ter resultado considerável riqueza de intercurso de valores culturais entre as várias partes do Império lusitano, particularmente favorável ao Brasil. Semelhante vantagem talvez não tivesse se verificado se as leis portuguesas de regulamentação do mesmo intercurso – leis que visavam o interesse exclusivo dos reis mercadores – tivessem sido rigidamente executadas com prejuízo da intercomunicação entre várias colônias portuguesas e do enriquecimento recíproco de sua cultura comum. Sobre aspectos gerais do assunto leiam-se: Girolamo Priuli, *I Diarii*, Città di Castello, 1911; Bolonha, 1933; J. Lúcio de Azevedo, *Épocas de Portugal econômico*, Lisboa, 1929; Charles de Lannoy, *Histoire de l'expansion de peuples européens*, Bruxelas, 1907; Francisco Antônio Correia, *História econômica de Portugal*, Lisboa, 1929, e *Documentos históricos do arquivo municipal, Atas da Câmara, 1625-1641*, vol. I, Prefeitura Municipal do Salvador, Bahia, s. d.

Veja-se mais sobre o assunto Alexander Marchant, “Colonial Brasil as a way station for the portuguese India Fleets”, *The Geographical Review*, Nova Iorque, nº 3, vol. 31, julho de 1941. O autor desse interessante artigo sustenta que entre 1500 e 1730 somente “cerca de vinte naus da Índia tocaram no Brasil”, desgarradas das respectivas esquadras, sob circunstâncias extraordinárias. O que parece é que só “sob circunstâncias extraordinárias”, nunca oficial ou regularmente, deviam as mesmas naus tocar no Brasil; mas que entre a lei – visando assegurar privilégios de grupo metropolitano – ou a normalidade oficial e a prática, a distância foi lusitanamente grande. Assim o número de naus da Índia, aparentemente “desgarradas”, a se refugiarem em portos brasileiros teria sido considerável; e, segundo indícios ou sugestões dos próprios documentos oficiais, em vez de simplesmente arribadas, aqui teriam tocado por interesse no comércio de açúcar. Açúcar possivelmente trocado por objetos orientais. De onde a abundância dos mesmos na região brasileira do açúcar durante o período colonial.

19. Roy Nash em *The conquest of Brazil* (Nova Iorque, 1926) salienta o fato do colonizador do Brasil ter, antes do seu domínio imperial sobre as raças de cor, experimentado, por sua vez, o domínio de um povo de pele escura, superior aos hispano-godos em organização e em técnica. “*Under such conditions*” escreve Nash, “*it would be deemed an honor for the white to marry or mate with governing class, the brown man, instead of the reverse.*” Ruediger Bilden (“Brasil, laboratory of civilization”, em *Nation*, Nova Iorque, 16, CXXVIII, janeiro, 1929) põe igualmente em destaque o fato das relações dos portugueses com povos de cor se terem iniciado em circunstâncias desfavoráveis aos brancos. Refere-se, é claro, à fase histórica.

20. Luís Chaves, *Lendas de Portugal*, Porto, 1924.
21. "É o vermelho [...] que o povo português vê em tudo que é maravilhoso: desde os trajos românticos das mouras-encantadas [...]" (Luís Chaves, *Páginas folclóricas*, Lisboa, 1920).
22. Às mouras-encantadas se atribui em Portugal como salienta Leite de Vasconcelos (*Tradições populares de Portugal*, Porto, 1882) "o papel de divindade das águas". É vulgar a crença, segundo se lê nesse e em outros trabalhos do eminente investigador e nos de Consiglieri Pedroso (*Contos populares portugueses*) e Luís Chaves (*Lendas de Portugal*), de que as mouras-encantadas aparecem quase sempre junto às fontes e a pentear-se: às vezes com "penteados de ouro". Comum é também a crença de que as mouras não só andam vestidas de encarnado como aproximam-se de quem lhes mostre um "lenço vermelho" ou "cousas vermelhas" (Leite de Vasconcelos, op. cit.). Circunstâncias todas essas que parecem confirmar ser a crença nas mouras-encantadas uma expressão de misticismo sexual ou erótico, espécie de culto da mulher de cor ou da Vênus fosca entre os portugueses.
23. Talvez entre os indígenas do Brasil, a cor erótica por excelência, além de mística e profilática. Sobre o assunto, de que adiante trataremos com mais detalhes, veja-se o estudo do professor Rafael Karsten, *The civilization of the South American Indians, with special reference to magic and religion*, Nova Iorque, 1926.
24. "Penteiam-se as mulheres muitas vezes", notou Ives D'Evreux entre as índias do Brasil (*Voyage au nord du Brésil*). Quanto à frequência dos banhos entre as índias, salientaram-na quase todos os observadores dos costumes indígenas nos séculos XVI e XVII. Entre outros, Pero Vaz de Caminha, companheiro de Pedralves, na sua carta escrita em 1^o de maio de 1500, em Manuel Aires de Casal, *Corografia brasílica*, 2^a edição, tomo I, Rio de Janeiro, 1833, p. 10.
25. Madison Grant, *The passing of the great race*, Nova Iorque, 1916.
26. "Viagem a Portugal dos cavaleiros Trom e Lippomani" (1580), trad. de Alexandre Herculano, *Opúsculos*, Lisboa, 1897.
27. Este adágio vem registrado por H. Handermann na sua *História do Brasil* (trad.), Rio de Janeiro, 1931.
28. J. W. Gregory, *The menace of color*, Filadélfia, 1925.
29. Já Quatrefaces mencionara alguns casos notáveis de aclimatibilidade: dos franceses na Córsega, dos fugitivos do Edito de Nantes na Colônia do Cabo. E Hintze, em estudo feito entre descendentes dos povoadores brancos da ilha de Sabá, colonizada em 1640, não encontrou nessa população pura, sem mestiços, efeitos de degeneração (A. Balfour, "Sojourners in the tropics", *The lancet*, vol. I, 1923, p. 1.329). Mas nenhum caso tão impressionante como o dos holandeses em Kissav, citado por Gregory.

30. Karl Sapper, apud Oliveira Viana, *Raça e assimilação*, São Paulo, 1932.
31. Griffith Taylor, *Environment and race*, Oxford, 1926.
32. Benjamin Kidd, *The control of the tropics*, Londres, 1898. Sobre o assunto vejam-se também John W. Gregory, "Inter-racial problems and white colonization in the tropics", *Report of the British Association for the Advancement of Science*, Toronto, 1924; Edgar Sydenstricker, *Health and environment*, Nova Iorque, 1933; A. Grenfell Price, *White settlers in the tropics*, Nova Iorque, 1939; S. E. Markham, *Climate and the energy of nations*, Londres, Nova Iorque, Toronto, 1944.
33. Mayo Smith, *Statistics and sociology*, Nova Iorque, 1907. Um amigo nos chama a atenção para as pesquisas de A. Osório de Almeida sobre "o metabolismo basal do homem tropical de raça branca", cujos primeiros resultados foram publicados em 1919, no *Journal de Physiologie et de Pathologie Générale*. Osório verificou em dez indivíduos brancos residentes no Rio de Janeiro que o seu metabolismo basal era inferior aos padrões europeus e americanos. O mesmo verificou, posteriormente, em negros, também residentes no Rio de Janeiro. Baseado nessas pesquisas o notável cientista brasileiro considera "essa redução como um fator fundamental da aclimação nos países quentes", acreditando que "a aclimação consiste essencialmente na modificação lenta e progressiva do metabolismo basal, até a sua fixação em um valor compatível com as novas condições de clima em que se acha o indivíduo". "A teoria de aclimação de A. Osório de Almeida", escreve O. B. de Couto e Silva, "vem esclarecer muitos pontos até agora completamente obscuros. Assim se explica a inferioridade em que se encontra o europeu para lutar contra o clima tropical" (O. B. de Couto e Silva, "Sobre a lei de Rubner-Richet", tese para livre-docência, Rio de Janeiro, 1926). O assunto é daqueles que têm sido notavelmente enriquecidos nos últimos anos, com trabalhos e pesquisas científicas.
34. As palavras *horizontal* e *vertical* não vêm aqui empregadas no puro e restrito sentido sociológico que lhes atribui o professor Pitirim Sorokin (*Social mobility*, Nova Iorque, 1927). Quanto à atividade vertical dos pernambucanos, referimo-nos menos à mudança de atividade econômica, seguida de social e política, do conceito de Sorokin, do que à concentração regional de esforço no estabelecimento da agricultura da cana e da indústria do açúcar, na consolidação da sociedade escravocrata e agrária, na expulsão dos holandeses perturbadores desse esforço e desse processo de aristocratização. Isto em contraste com a atividade paulista, ou antes, com a mobilidade horizontal, como diria Sorokin, dos caçadores de escravos e de ouro, dos fundadores de fazenda de criar nos sertões e dos missionários. Note-se, porém, que no sentido particular da terminologia de Sorokin, a sociedade colonial brasileira foi móbil tanto no sentido horizontal como no vertical. Neste, pelas mudanças, às vezes bruscas, que aqui se operaram, principalmente no sul, na posição ou escala econômica e social do indivíduo. O velho ditado parece indicar o fenômeno: "Pai taverneiro, filho cavaleiro, neto indigente." É que no Brasil, mesmo onde a colonização foi mais aristocrática como em Pernambuco, o patriarcalismo nunca foi absoluto, nem o podia ser com "a quase geral

transmissão parcelada das heranças e domínios” a que se referiu Sílvio Romero em carta a Ed. Demmolins (*Provocações e debates*, Porto, 1916). As exceções, como a do morgadio dos Pais Barreto, no Cabo, em Pernambuco, foram raras.

35. Acerca da atividade colonizadora dos puritanos ingleses nos trópicos, veja-se A. P. Newton, *The colonizing activities of the english puritans*, New Haven, 1914. Vejam-se também Albert Galloway Keller, *Colonization: a study of the founding of new societies*, Boston, Nova Iorque, 1908 e Herbert I. Priestley, *The coming of the white man*, Nova Iorque, 1929.
36. E. Huntington, *Civilization and climate*, New Haven, 1915. “*Poor white trash*” quer dizer “brancos degenerados”. Sobre “*poor white*” em relação com a colonização e o desenvolvimento social do sul dos Estados Unidos veja-se *Culture in the south* (organizado por W. T. Couch), Chapel Hill, 1935, especialmente Capítulo XX. Veja-se também a obra em cinco volumes que reúne o resultado das pesquisas da Comissão Carnegie sobre o mesmo problema na África do Sul: *The poor white problem in South Africa*, Stellenbosch, 1935.
37. Em um desses recifes, perto de Olinda, é que um francês escreveu a frase amarga recolhida por Sebastião da Rocha Pita: “*Le monde va de pi ampis*” (*sic*). Veja-se Rocha Pita, *História da América portuguesa*, Lisboa, 1730. Sobre a atividade dos franceses no Brasil no século XVI, leia-se o livro de Paul Gaffarel, *Histoire du Brésil Français ou seizième siècle*, Paris, 1878.
38. C. Keller, *Madagascar, Mauritius and other east african islands*, Londres, 1901.
39. Ellen Churchill Semple, *Influences of geographic environment*, Nova Iorque, 1911.
40. Semple, op. cit. Gregory, entretanto, dá os colonos alemães, desde 1847 estabelecidos no sul do Brasil, como provando a aclimatibilidade dos europeus nos trópicos (J. W. Gregory, op. cit.). Sobre a aclimatibilidade dos europeus nos trópicos, veja-se o notável livro de A. G. Price, *White settlers in the tropics*, cit.; F. V. Adams, *The conquest of the tropics*, Nova Iorque, 1914; Alleyne Ireland, *Tropical colonization, an introduction to the study of the subject*, Nova Iorque, Londres, 1899; Aldo Castellani, *Climate and acclimatization*, Londres, s.d.
41. Semple, op. cit.
42. Semple, op. cit.
43. Os antigos acreditavam que as doenças viessem todas de “miasmas” e de “ventos” — crença que se prolongou na das doenças tropicais atribuídas ao clima, sem mais discriminação. Não há dúvida que, indiretamente, várias doenças se associam às condições de clima — a malária, entre outras. Como generaliza o professor Carl Kelsey em *The physical basis of society* (Nova Iorque, Londres, 1928), “*bacterial diseases are likely to be more numerous in the warmer and moister regions of the earth and to be least in evidence in high mountain countries and polar regions*”. Dalgado (op. cit.) nas suas pesquisas sobre os efeitos do clima na população portuguesa verificou

que na região quente (Sul) preponderavam a diarreia, a enterite etc., correspondendo a maior morbidade nessa zona que na do Norte aos resultados gerais de investigações de Adolphe Quetelet (*Physique sociale*, Bruxelas, 1869), relativas ao norte e ao sul da Europa. Reconhecida a influência patológica do clima quente acusada pelas estatísticas de doenças, crimes e suicídios, e pelas de eficiência econômica e capacidade de trabalho (vejam-se E. Huntington, *Civilization and climate*; Huntington e Williams, *Business geography*; Robert de Courcy Ward, *Climate considered especially in relation to man*, Nova Iorque, 1908; Edwin Grant Dexter, *Weather influences*, Nova Iorque, 1904), é preciso não exagerar tal influência, como é tendência dos que confundem a ação do clima *per se* com a de causas sociais e econômicas – pobreza, miséria, ignorância, sífilis, ineficiência de defesa sanitária. Defesa sanitária não só do homem (contra os germes que o ataquem diretamente) como de suas fontes, animais e vegetais, de nutrição e de água potável. Semple insiste (op. cit.) em que se discriminem com rigor os efeitos diretos do clima dos indiretos, os transitórios dos permanentes, os fisiológicos dos psicológicos. Ao seu ver vários dos efeitos diretos ainda se acham imperfeitamente demonstrados. Reconhece entretanto que o clima modifica nos indivíduos muitos processos fisiológicos e afeta neles a imunidade a certas doenças e a suscetibilidade a outras, a energia, a capacidade de esforço, continuado ou apenas intermitente, determinando-lhes, portanto, a eficiência como agentes econômicos e políticos. De modo geral, as conclusões de Julius Hann, *Handbuch der Klimatologie*, Stuttgart, 1897; de E. Huntington, *Civilization and climate*; de Griffith Taylor, *Environment and race*; de Robert de Courcy Ward, *Climate considered especially in relation to man*; de M. R. Thorpe e colaboradores, *Organic adaptation to environment*, Nova Iorque, 1918; de Jean Brunhes, *La géographie humaine*, Paris, 1912; de Robert Russel, *Atmosphere in relation to human life and health*, Smithsonian Institution, *misc. collection*, vol. 39. Com relação ao clima nas suas influências sobre a vida brasileira, veja-se a *Bibliografia do clima brasileiro*, Rio de Janeiro, 1929, de Tancredo de Barros Paiva, onde vêm indicados os principais trabalhos nacionais e estrangeiros.

44. Huntington e Williams, op. cit.

45. Dexter, op. cit.

A influência, em geral aceita, do clima quente ou da temperatura alta sobre os crimes contra as pessoas foi posta em dúvida pelo professor Todd, que os atribui ao maior contato do indivíduo com o indivíduo, permitido por aquele clima ou por aquela temperatura. A causa direta, diz ele, é social.

46. "[...] *diseases attack some races more than others. Whether this is due to some original quality of the body or to some immunity acquired by long contact with the disease involved is disputed.*" (Kelsey, op. cit.)

47. Ward, op. cit.

48. "As primeiras cartas dos jesuítas falam em procições motivadas pelas secas ou enchentes. O padre Manuel da Nóbrega refere-se a uma na qual saiu o povo "pedindo chuva pela grande seca que

havia, de maneira que secavam os mantimentos”, *Cartas do Brasil (1549-1560)*, Rio de Janeiro, 1931, p. 182.

49. “Já observara Alberto Torres em *O problema nacional brasileiro* (Rio de Janeiro, 1914): “Os Estados Unidos e, em grande parte, a Argentina são países de terras semelhantes, senão iguais, às terras que habitavam os colonizadores europeus. O clima e a natureza do solo não diferem do clima e do solo da mãe-pátria [...]. A colonização é uma mudança ordinária de casa velha para casa nova”. O professor Konrad Guenther, em *Das Antlitz Brasiliens* (Leipzig, 1927), salienta o fato da semelhança de vegetação entre a América do Norte e a Europa.
50. Veja-se a correspondência do padre Nóbrega, *Cartas do Brasil (1549-1560)*, cit.
51. Ernest Ludlow Bogart, *The economic history of the United States*, Nova Iorque, 1913.
52. Oliveira Martins, op. cit.
53. Robert Southey, *History of Brazil*, cit.
54. No sul, onde aliás já se encontravam, prosperando, à custa do próprio esforço, povoadores; do tipo de Ramalho e do bacharel de Cananéia, com grande progênie mestiça e centenas de escravos ao seu serviço, a colônia de São Vicente foi oficialmente fundada em 1532, como mais tarde a da Bahia, a expensas da Coroa, “que corra com todas as despesas da armada e da instalação ao contrário do que sucederia nas restantes capitânias, cuja colonização se processou exclusivamente a expensas dos donatários” (Carlos Malheiros Dias, “O regime feudal dos donatários anteriormente à instituição do governo-geral”, *História da colonização portuguesa do Brasil*, III). Foi em Pernambuco que o primeiro século de colonização mais vivo esplendeu o espírito de iniciativa particular, de esforço individual dos moradores. O que faz crer que estes foram, entre os portugueses vindos para o Brasil no século XVI, os mais capazes economicamente. A gente de melhores recursos e aptidões para a colonização agrária.
55. Edward J. Payne, *History of european colonies*, Londres, 1878. Veja-se também de Edward J. Payne, *History of the new world called America*, Oxford, 1892-1899.

Parece-nos inegável a importância da família patriarcal ou parapatriarcal como unidade colonizadora no Brasil. É certo que o fato dessa importância, antes qualitativa que quantitativa, não exclui o fato, igualmente importante, de entre grande parte da população do Brasil patriarcal “a escravidão, a instabilidade e segurança econômicas” terem dificultado a “constituição da família, na sua expressão integral, em bases sólidas e estáveis”, como salientam os Srs. Caio Prado Júnior (*Formação do Brasil contemporâneo – Colônia*, São Paulo, 1942) e Nelson Werneck Sodré (*Formação da sociedade brasileira*, Rio de Janeiro, 1944). Mas o elemento decisivo na formação e na caracterização da sociedade que aqui começou a formar-se desde o século XVI foi, decerto, o da minoria portuguesa e, depois, de origem portuguesa, em particular ou européia, em geral, que as circunstâncias tornaram aristocrática e até feudal em suas relações com os demais

elementos da população. Estes, sempre que lhe foi possível a ascensão, os estilos de vida que procuraram imitar foram os daquela minoria influente: inclusive sua constituição de família ou seu familismo. Dos próprios padres, vigários e frades sabe-se que muitos, quando prósperos, em vez de apenas simbolicamente paternais, tornaram-se desde cedo, no Brasil, fundadores e pais de famílias reais, cuidando delas – embora não fossem, para os moralistas, famílias em sua “expressão integral” – com o maior zelo e tornando-se rivais dos senhores das casas-grandes como povoadores, colonizadores e dominadores da América portuguesa através da família ou do familismo. Expressão nítida desse familismo nos parece a generalização, no Brasil patriarcal – hoje a desintegrar-se – tanto entre gente moradora de casas de pedra e cal como entre moradores de casas de taipa, de barro e de palha, isto é, entre todas, ou quase todas, as camadas da população, do sentimento de honra do homem com relação à mulher (esposa ou companheira) e às filhas moças. Sentimento a que se devem numerosos crimes. “Não mui raro é um drama passionai”, escreve Alfredo Brandão referindo-se à significação das muitas cruces pretas que “de quando em quando” se encontram “numa dobra do caminho, no meio da mata ou num vale engargantado entre montanhas alpestres” de qualquer região brasileira de formação agrário-patriarcal (“A vida no engenho”, *Viçosa de Alagoas*, Recife, 1914, p. 226).

Em ligação com o assunto devemos recordar de que o familismo no Brasil compreendeu não só o patriarcado dominante – e formalmente ortodoxo do ponto de vista católico-romano – como outras formas de família: parapatriarcais, semipatriarcais e mesmo antipatriarcais. É claro que o observador que se colocar do ponto de vista de moral estritamente católico-romana terá de desprezar as formas antipatriarcais que floresceram então no Brasil como organizações de família. Mas o mesmo não poderá ser feito pelo estudioso de assunto cujo ponto de vista for antes o sociológico que o ético ou jurídico condicionado por esta ou aquela filosofia moral ou do direito. E do ponto de vista sociológico, temos que reconhecer o fato de que desde os dias coloniais vêm se mantendo no Brasil, e condicionando sua formação, formas de organizações de famílias extrapatriarcais, extracatólicas que o sociólogo não tem, entretanto, o direito de confundir com prostituição ou promiscuidade. Várias delas parecem ter aqui se desenvolvido como resultado de influência africana, isto é, como reflexos, em nossa sociedade compósita, de sistemas morais e religiosos diversos do lusitano-católico mas de modo nenhum imorais para grande número de seus praticantes. É possibilidade admitida pelos estudiosos mais sérios do assunto como o professor René Ribeiro em seu “On the *amaziado* relationship, and other aspects of the family in Recife (Brazil)”, *American Sociological Review*, nº 1, vol. X, fevereiro, 1945. Sobre o assunto vejam-se também E. F. Frazier, “The negro in Bahia, Brazil: a problem in method”, *American Sociological Review*, VIII, ago., 1943, e Donald Pierson, *Negroes in Brazil*, Chicago, 1942.

Idêntica fora a nossa conclusão diante de formas de união de sexos e organização de família por nós encontradas em nossos estudos da sociedade patriarcal do Brasil em zonas social e geograficamente marginais da mesma sociedade. Uma dessas formas, a descrita pelo missionário capuchinho frei Plácido de Messina e por ele observada em 1842 em Riacho de Navio (Pernambuco):

"neste lugar demorei-me pela primeira vez vinte dias, pregando, confessando, baptizando e cresmando hum crescido numero de meninos; casei a infinitos que vivião na mais escandalosa mancebia; mediante o Divino auxilio consegui extirpar os muitos abusos que entre aquelles povos havião sendo hum dos mais repugnantes a troca mutua que os casados fazião de suas mulheres em prova do mais subido grau de honra a que denominavão 'despique', fazendo que cada hum delles restituisse a que conservava em seu poder ao seu legitimo marido e finalmente obrigando-se a seguir huma vida verdadeiramente christã e observar as maximas saudaveis que ligão os homens em sociedade e que os tornão obedientes ás leis, ao imperador, aos seus delegados e a todas as authoridades legalmente constituídas" (Officio de frei Placido de Messina ao presidente de Pernambuco barão da Boa Vista, datado de 26 de novembro de 1842, dando conta da missão de que fora encarregado no interior da província, manuscrito no arquivo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano). No "despique" parece que se refletia influência, deformada, de costume ou instituição indígena ligada a deveres de hospitalidade. Ao nosso ver seria erro considerá-lo "promiscuidade" ou "prostituição", como tendem a fazê-lo os estudiosos da formação social do Brasil inclinados a considerar mínima, na mesma formação, a influência do familismo quer patriarcal, quer extra ou antipatriarcal.

56. Paul Leroy-Beaulieu, *De la colonization chez les peuples modernes*, Paris, 1891. Sobre o assunto, destacaremos aqui, como fundamental, a obra que nos foi recomendada pelo nosso colega do curso de verão de 1939 na Universidade de Michigan, o professor Leo Waibel: *Die Europaeische Eroberung nach Kolonisation Amerikas*, Stuttgart, vol. I, 1930; vols. II e III, 1937, Stuttgart, de George Friederici. Vejam-se também A. Zimmermann, *Die Europaeischen Kolonien*, Berlim, 1896-1903; Charles de Lannoy, *Histoire de l'expansion des peuples européens*, Bruxelas, 1907; Francisco Antônio Correia, *História econômica de Portugal*, Lisboa, 1929; Jaime Cortesão, "A cartografia do açúcar e o seu significado histórico", *Brasil Açucareiro*, nº I, vol. XXV, jan. 1945; Imre Ferenzi, *International migrations*, Nova Iorque, 1929-1931; A. P. Newton, *The great age of discovery*, Londres, 1932; Edgar Prestage, *The portuguese pioneers*, Londres, 1934; Carl Conrad Eckardt, *The papacy and world affairs as reflected in the secularization of politics*, Chicago, 1937.
57. Em livro sobre o desenvolvimento econômico e social do Brasil, cujo primeiro manuscrito nos foi franqueado à leitura. Acerca do processo sociológico da expansão brasileira para o oeste, o Sr. Sérgio Buarque de Holanda já publicou interessante trabalho: *Monções*, Rio de Janeiro, 1945. Sobre o assunto, veja-se também *Marcha para oeste*, de Cassiano Ricardo, Rio de Janeiro, 1939.
58. Azevedo Amaral, *Ensaios brasileiros*, Rio de Janeiro, 1930.
59. Azevedo Amaral, op. cit.
60. *História da colonização portuguesa do Brasil*, Introdução, III, p. 315.
61. Morais Sarmento, *Dom Pedro I e sua época*, Porto, 1924.

62. *Ordenações Filipinas*, L. V, tit. III.
63. Mendes Correia, *A nova antropologia criminal*, Porto, 1931.
64. Gama Barros, op. cit., II. Trecho citado por Mendes Correia, op. cit.
65. Mendes Correia, op. cit. No estudo do ilustre antropólogo vêm citados outros coitos privilegiados. Monforte de Rio Livre, Segura, Nondal, Marvão, Miranda, Penha, Garcia e Caminha, que foi “couto de marítimos fugidos”.
66. Carta de Duarte Coelho a el-Rei em *História da colonização portuguesa do Brasil*, cit.
67. *Jornal de Timon*. Obras de João Francisco Lisboa, ed. de Luís Carlos Pereira de Castro e Dr. A. Henriques Leal, São Luís do Maranhão, 1864.
68. Paulo Prado, *Retrato do Brasil*, São Paulo, 1928.
69. Paulo Prado, op. cit.
70. Paulo Prado, op. cit.
71. Roy Nash, *The conquest of Brazil*, cit.
72. O clericalismo dos padres da Companhia foi logo colidindo com a oligarquia que se formara em Pernambuco em torno da figura de Duarte Coelho e da do seu cunhado, o patriarca Jerônimo de Albuquerque. Colidindo também com o patriarcalismo de Ramalho.
73. Manuel Bonfim, *O Brasil na América*, Rio de Janeiro, 1929.
74. Oliveira Viana, *Evolução do povo brasileiro*, São Paulo, 1933. Em um dos estudos críticos publicados em seu livro *Cobra de vidro* (São Paulo, 1944), o Sr. Sérgio Buarque de Holanda diz a respeito do autor do presente ensaio, isto é, dos seus pontos de vista com relação à colonização agrária do Brasil pelos portugueses: “Quando o autor [de *Casa-grande & senzala*] critica, por exemplo o Sr. Sérgio Milliet, pela afirmação de que o português colonizador não se afeiçoa muito ao trabalho da terra, penso que a razão está com o Sr. Sérgio Milliet, não com o Sr. Gilberto Freyre” (“Panlusismo”, *Cobra de vidro*, p. 74).

Cremos que a “afirmação” a que se refere o Sr. Sérgio Buarque de Holanda é a sugestão feita em nota ao trabalho *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*, Recife, 1940, p. 82: “Ao autor não parece que o desapego ao ‘trabalho duro e lento da terra’, da parte do colonizador português, tenha sido completo no Brasil nem que, estabelecido (como fato) esse desapego absoluto, esteja provado o nenhum gosto do colonizador português do Brasil pelo trabalho lento, rotineiro, construtor. Esse gosto existiu ao lado do espírito de aventura. E a explicação ‘racial’ – no sentido biológico de ‘racial’ – não parece ao autor explicação adequada, nem a esse, nem a nenhum fato de natureza principalmente social e cultural”. Sobre o assunto veja-se também nosso *Continente e ilha* (conferência lida em Porto Alegre em 1940), Rio de Janeiro, 1943. A verdade é que apresen-

tando, no presente ensaio – que data de 1933 – o português como o primeiro, entre os colonizadores modernos, a deslocar a base da colonização tropical da pura “extração de riqueza mineral, vegetal ou animal: para a de ‘criação local de riqueza’ sempre tivemos o cuidado de acentuar que riqueza, a criada por eles no Brasil, à custa de trabalho escravo: tocada, portanto, daquela perversão de instinto econômico que cedo desviou o português da atividade de produzir valores para a de explorá-los, transportá-los ou adquiri-los” (p. 104-105). E mais: “muitos dos colonos que aqui se tornaram grandes proprietários rurais não tinham pela terra nenhum amor nem gosto pela sua cultura” (p. 116).

A relação do desamor do português (ainda em Portugal e principalmente no Brasil) pela terra, pela lavoura e pelo trabalho agrícola (tal como esse trabalho tem sido estimado em outros países) com o sistema econômico e industrial da escravidão, parece-nos evidente. Dessa relação apercebeu-se, embora vagamente, C. A. Taunay ao observar, no começo do século XIX, que devido ao pequeno número de colonos portugueses dispostos, no Brasil, aos “ofícios manuaes, não só da mineração e agricultura, mas quasi de todas as profissões, bem como do serviço urbano” estes ofícios e serviços passaram a ser desempenhados e prestados por escravos “resultando dalli hum inveterado costume, huma opinião quasi invencível, de o desdouro do trabalho manual particularmente do campo [...]”, *Manual do agricultor brasileiro*, Rio de Janeiro, 1839, p. 125-126). Quase o mesmo vinha sucedendo, segundo o mesmo observador, com emigrantes de outros países, admitidos no Brasil desde 1808: “Vem negociantes, artistas, feitores, officiaes de officio, chefes de estabelecimentos, mas nenhuns ou bem poucos jornaleiros para agricultura, a mineração e outros rudes serviços manuaes” (p. 127). Não tinha assim a presença desses outros europeus produzido, até mil oitocentos e trinta e tantos, “resultados extensivos para modificar o systema de produção.” C. A. Taunay, entretanto, admitia o relativo sucesso na lavoura de alguns grupos de colonos europeus introduzidos no Brasil pelo governo português e depois pelo brasileiro e aqui localizados – destaquemos o fato, desprezado por aquele observador – em áreas menos oprimidas ou menos influenciadas diretamente pelo sistema de produção e de trabalho dominante, que era o escravocrata. Deixa C. A. Taunay de salientar outro fato significativo: o de que os açorianos – tanto em sua terra de origem como nas suas áreas principais de colonização no Brasil, homens mais livres que outros portugueses da influência do trabalho escravo – foram na América bons colonos de tipo agrário e pastoril, em cujos descendentes se desenvolveria maior amor à terra e ao trabalho e à vida de campo que na maioria dos descendentes de grandes senhores de escravos por um lado, e de escravos, por outro.

Ainda a respeito do critério sob o qual temos procurado desde 1933, neste ensaio e em outros trabalhos, estudar o processo e as condições da colonização portuguesa do Brasil, por tanto tempo e ainda hoje objeto de generalizações que coincidiam em apresentar o colonizador lusitano como incapaz de iniciativa ou esforço agrícola – vejam-se os estudos de Péricles Madureira de Pinho, *Fundamentos da organização corporativa das profissões rurais*, Rio de Janeiro, 1941; Vítor Viana, *Formação econômica do Brasil*, Rio de Janeiro, 1922; Almir de Andrade, *Formação da*

sociologia brasileira, Rio de Janeiro, 1941; Luís Sousa Gomes, *A evolução econômica do Brasil e seus principais fatores*, Rio de Janeiro, 1941; Afonso Arinos de Melo Franco, *Síntese da história econômica do Brasil*, Rio de Janeiro, 1938. Referindo-se à divergência entre nosso critério e o de outros autores que se têm ocupado do assunto, inclusive o Sr. Sérgio Buarque de Holanda, escreve o Sr. P. Madureira de Pinho: "Quer nos parecer aliás que a divergência nada tem de essencial e apenas o que pretende Gilberto Freyre é ressaltar que não foi absoluto o desapego do português às lavouras" (*Fundamentos da organização corporativa das profissões rurais*, cit., p. 9). Tanto não foi "absoluto" que os portugueses fundaram no Brasil, sobre base principalmente agrária, a maior civilização moderna nos trópicos, tornando-se também lavradores notáveis em outras partes da América.

Quanto ao Sr. Luís Sousa Gomes, concorda com Vítor Viana em que os portugueses e seus descendentes no Brasil "desanimados da riqueza fácil" tiveram de "tratar da exploração da cultura da terra e da extração de madeiras. Lentamente evoluiu a colonização nos primeiros tempos, mas já nos meados do século XVIII Adam Smith podia dizer que o Brasil, com os seus 600.000 habitantes, era a colônia mais populosa da América. É que os aventureiros, os que aqui vinham tentar fortuna nas pedras preciosas e no ouro, penetravam no sertão profundamente e iam, sem o querer, colonizando." Baseado principalmente em Vítor Viana, pensa o Sr. Luís Sousa Gomes que o português no Brasil "venceu pelo trabalho e pela tenacidade" (*A evolução econômica do Brasil e seus principais fatores*, cit., p. 8-9). Pode-se admitir que o português no Brasil fez agricultura como Mr. Jourdain fazia prosa; mas a verdade é que desenvolveu-se aqui com ele e com o negro e a mulher índia como elementos auxiliares, uma organização agrária considerável.

75. Carta de Américo Vespúcio, cit. por Capistrano de Abreu, *O descobrimento do Brasil*, Rio de Janeiro, 1922.
76. "[...] terra [...] muyto chea de grandes arvedos de ponta a ponta [...] agoas [...] muytas infindas" (Carta de Pero ou Pedro Vaz de Caminha, publicada por Manuel Aires de Casal, *Corografia brasílica*, 2ª ed., Rio de Janeiro, 1845, tomo I, p. 10).
77. Alberto Rangel, *Rumos e perspectivas*, Rio de Janeiro, 1914.

Em seu *O homem e o brejo* (Rio de Janeiro, 1945), o Sr. Alberto Ribeiro Lamego escreve, em interessantes páginas de caracterização da paisagem e da formação social da subárea campista: "Nada de pequenos rios [...]. O que temos em Campos é uma vasta planície de aluviões alagadiços" (p. 161). Tenho escrito em página anterior, a propósito da importância que reconhece terem sido os rios pequenos na formação social do norte (área do açúcar), de acordo com sugestão aparecida neste ensaio (1933) e em nosso *Nordeste* (Rio de Janeiro, 1937, p. 45) e que mereceu a atenção e a aprovação do geógrafo Pierre Monbeig: "Nisto sobretudo é que a civilização açucareira do Norte difere da campista [...]. Toda a formação deste grande núcleo meridional se deu exatamente sobre a planície baixa e marginal a um grande rio" (p. 160). Foi assim Campos uma das manchas de exceção no mapa que talvez se possa traçar, do Brasil, para indicar as relações da organi-

zação agrário-patriarcal com os rios grandes e com os pequenos. Ao nosso ver, nessas relações avultam como valores os rios pequenos ou médios, em contraste com os grandes ou enormes. Esse contraste pode ser bem observado na Bahia entre o rio São Francisco – rio grande e quase hostil à organização agrária e patriarcal – e os rios médios e pequenos, junto aos quais melhor se desenvolveu ali, como em outras partes do Brasil, a mesma organização. Uma viva impressão desse contraste nos é transmitida, sem preocupações de generalização científica mas com grande conhecimento direto das subáreas baianas, por Durval Vieira de Aguiar em suas *Descrições práticas da província da Bahia*, Bahia, 1888; e com critério a um tempo científico e prático é a mesma situação descrita e analisada por Teodoro Sampaio em trabalho baseado em notas de 1879 e publicado pela primeira vez em livro sob o título *O rio São Francisco e a chapada Diamantina*, na Bahia, em 1938. Reconhece aí o engenheiro Sampaio no rio São Francisco “um oásis no deserto” pelo refúgio oferecido às populações assoladas pelas secas dos sertões da Bahia ao Ceará, de Pernambuco ao Piauí. Mas assim resume suas observações sobre o estilo de vida da maior parte da população que conheceu em 1879, instalada precariamente às margens do grande rio: “Não se vê agricultura alguma nem trabalho permanente [...]. As habitações constroem-se aqui pequenas e baixas, à falta de madeira, empregando-se por essa razão, até o mandacaru, cujo tronco mais grosso fornece um tabuado branco aproveitado para portas e para o pobre mobiliamento que se usa. As casas voltam-se todas para as estradas onde o comércio é freqüente e não raro deixam o rio distante por causa das enchentes” (p. 68). A mesma precariedade observa-se no gênero de economia e no tipo de habitação que até hoje aparece às margens do Amazonas e dos seus afluentes. Essa precariedade ninguém a retratou melhor que Euclides da Cunha ao fixar os característicos do caucheiro: “Neste viver oscilante ele dá a tudo quanto pratica, na terra que devasta e desama, um caráter provisório – desde a casa que constrói em dez dias para durar cinco anos, às mais afetuosas ligações que às vezes duram anos e ele destrói num dia” (“Amazônia”, *À margem da história*, Porto, 1909, p. 95). À agricultura instalada às margens dos rios pequenos – que foi principalmente a das casas-grandes – foi possível no Brasil desenvolver condições de relativa permanência.

Antepondo a generalização científica a essas considerações de ordem prática, é que Alberto Rangel escreve nas vigorosas páginas do seu ensaio “Aspectos gerais do Brasil” (*Rumos e perspectivas*, São Paulo, 1934) que “a vastíssima região do nordeste brasileiro não oferece de valor, sob o ponto de vista hidrográfico, senão as lagoas e as lagunas de Pochi e Maceió, estas os depósitos inesgotáveis e gordos do marisco sururu, o São Francisco, que é o vice-rei da potamografia brasileira, e o fronteiro e raso Parnaíba” (p. 170). Alberto Rangel apenas refere-se de raspão aos “bravos riachos” do Brasil oriental (p. 171), sem se fixar na importância dos rios pequenos ou médios, junto aos quais desenvolveram-se canais, engenhos de açúcar e casas-grandes que, com todos os seus defeitos de organização econômica ou social, foram a base menos precária da economia da sociedade e da cultura brasileiras do século XVI ao XIX; a principal condição para o desenvolvimento de característicos nacionais ou gerais no Brasil. Este foi durante o mesmo perío-

do expandido ou alargado pelos bandeirantes através dos rios grandes do centro, assim como por vaqueiros e aventureiros, através dos rios grandes do Nordeste e dos igarapés amazônicos. Esforço admirável, o desses expansionistas, que criou, entretanto, para o brasileiro, os problemas de desajustamento, entre a área econômica e a área política, assinalados por J. F. Normano (*Brazil, a study of economic types*, Chapel Hill, 1935) e posteriormente pelo então coronel Inácio José Veríssimo ("Problemas do reagrupamento das nossas populações", *Política*, São Paulo, nº 2, 1945). São problemas que só hoje vamos procurando estudar e cuja solução parece exigir, entre várias outras providências, a substituição, no tempo e no espaço, não só da antiga casa-grande, civilizadora mas hoje arcaica, como da palhoça, do mucambo ou do barracão do seringueiro, por um tipo de casa pequena ou média que adotando características desenvolvidos por essas habitações pioneiras em séculos de adaptação de residência de homem agrário ou apenas aventureiro, ao meio tropical e subtropical, contribua com outros elementos de cultura já brasileira para a extensão da área econômica do Brasil, até corresponder à sua área política.

78. Pedro Dantas, "Perspectivas", *Revista Nova*, São Paulo, nº 4, 1931. Sobre o assunto vejam-se também J. F. Normano, *Brazil, a study of economic types*, Chapel Hill, 1935 e Isaiah Bowman, *The pioneer fringe*, Nova Iorque, 1931. A respeito de paisagens pioneiras do Brasil que representam um como ajustamento da fronteira econômica à fronteira geográfica vejam-se "A paisagem do núcleo colonial Barão de Antonina" e outros estudos incluídos na obra do professor Pierre Monbeig, *Ensaio de geografia humana brasileira*, São Paulo, 1940.
79. São Paulo foi provavelmente o núcleo brasileiro de população mais colorida pelo sangue semita. Não tendo chegado até lá os tentáculos do Santo Ofício, que entretanto se fixaram ameaçadoramente sobre a Bahia e Pernambuco, só faltando mesmo armar as fogueiras, a essa circunstância costumava em conversa atribuir Capistrano de Abreu (segundo nos informa Paulo Prado, seu íntimo e constante amigo) o fato de se ter tornado São Paulo o ponto preferido dos cristãos-novos. "De fato nenhum outro sítio povoado do território colonial oferecia melhor acolhida para a imigração judia", escreve Paulo Prado em *Paulística* (2ª ed., Rio de Janeiro, 1934). E acrescenta: "Em São Paulo não os perseguia esse formidável instrumento da Inquisição, que nunca chegou à capitania do Sul". Sobre a infiltração israelita no Brasil, leia-se o ensaio de Solidônio Leite Filho, *Os judeus no Brasil*, Rio de Janeiro, 1923. Sobre o assunto veja-se também o quase desconhecido *Essai historique sur la Colonie de Surinan [...] le tout redigé sur des pièces authentiques y joustes & mis en Ordre par les Regens & Représentans de la dite Nation Juive Portugaise, à Paramaribo, 1788*, onde se diz que "ces Juifs donc rencontrant au Brésil leurs frères [...] ceux du Brésil étoient la plupart dei gens de condition & très versés dans le commerce & l'agriculture [...]."
80. Alberto Torres, *O problema nacional brasileiro*, cit. Veja-se também do mesmo autor *A organização nacional*, Rio de Janeiro, 1914.

81. Azevedo Amaral, *Ensaio brasileiro*, cit.
82. Horace Say, *Histoire des relations commerciales entre la France et le Brésil*, Paris, 1839.
83. M. Bonfim, *O Brasil na história*, Rio de Janeiro, 1931.
84. Bonfim baseia-se para contradizer a afirmativa de Euclides da Cunha em documentos paulistas (testamentos, inventários, sesmarias etc.) da grande e valiosa massa mandada publicar pelo antigo presidente do Estado de São Paulo, Sr. Washington Luís, e que serviu ao professor Alcântara Machado para organizar um tão interessante livro, o seu *Vida e morte do bandeirante* (São Paulo, 1930), como a Afonso Taunay para o estudo definitivo das bandeiras. Documentos pernambucanos por nós minuciosamente examinados na seção de manuscritos da Biblioteca Pública do Estado e na Coleção do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, confirmam a contradita de Manuel Bonfim. Referimo-nos aos livros de *Sesmarias*, onde vêm registradas concessões de terras pernambucanas a paulistas por haverem colaborado com os nossos nas "campanhas contra os negros levantados dos Palmares." O caso de João Pais de Mendonça Arraide e do seu pai Cristóvão de Mendonça Arraide ("Registro de sesmarias e datas de terras", 1689-1730, manuscrito na Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco) e o de Pascoal Leite de Mendonça, "Capitão de Infantaria dos Paulistas", a quem o capitão-general de Pernambuco concede em 1702 "tres leguas de terra em quadra das conquistadas a Palmares" onde foi "o Engenho de Cristóvão Dias na ribeira de Setuba" (coleção de manuscritos do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano)
85. O padre Simão de Vasconcelos na sua *Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil, e do que obraram seus filhos nesta parte do novo mundo*, 2ª ed., Rio de Janeiro, 1864, p. 41, diz do padre Leonardo Nunes que era tal a pressa com que corria os lugares "que vieram a pôr-lhe por nome na língua do Brasil, Abaré bebé", isto é, "padre que voa". E na introdução à mesma crônica escreve o cônego Fernandes Pinheiro dos primeiros missionários que dar-se-ia terem "resolvido o problema da ubiqüidade". Varnhagen observa que viajando continuamente os missionários foram "estabelecendo mais freqüências de notícias e relações de umas vilas para outras."
- Pode-se generalizar de todos os missionários no Brasil que eram padres que voavam. Alguns deles é certo que viajando de rede, às costas dos índios: estes é que voavam.
86. Para João Ribeiro, que vê sempre tão claro os fatos e tendências do nosso desenvolvimento histórico, no Brasil o "particularismo local distingue-se [...] pelo espírito superior de unionismo [...]" (*História do Brasil*, curso superior, Rio de Janeiro, 1900). Aliás, como mostra Manuel Bonfim, o próprio Euclides da Cunha se contradiz na idéia de ser o Brasil "agrupamentos desquitados entre si" quando salienta em *Os sertões* a importância do sertanejo — o mesmo das raias setentrionais de Minas a Goiás, ao Piauí, aos extremos do Maranhão, e Ceará, pelo Ocidente e Norte, e às serranias das lavras baianas a leste.

87. H. M. Stephens, *The story of Portugal*, Nova Iorque, 1891. Para conhecimento mais profundo do assunto, veja-se o trabalho de H. Schäffer, *Geschichte von Portugal*, Hamburgo, 1836-1854, do qual existe tradução portuguesa.
88. H. Handelmann, *História do Brasil* (trad.), Rio de Janeiro, 1931.
89. Oliveira Lima, "A nova Lusitânia", em *História da colonização portuguesa do Brasil*, cit., II, p. 297.
Não nos parece que a gente de origem anglo-saxônica, dominante na formação dos Estados Unidos, tenha revelado, ou revele hoje, as mesmas disposições confraternizantes que o português, no Brasil, em relação com emigrantes de outras origens e com suas respectivas culturas. Pelo menos com relação aos negros e aos judeus – e suas respectivas culturas, excetuado o aspecto ostensivamente religioso – a atitude portuguesa no Brasil parece-nos ter sido, desde o início da colonização, mais largamente confraternizante que a dos anglo-americanos. Entre estes só recentemente o pluralismo de cultura vem sendo admitido, pelos indivíduos e grupos de visão mais larga e idéias mais avançadas, ao lado do verdadeiro americanismo, por muito tempo rigidamente unionista. Um dos mais autorizados estudiosos do assunto pergunta em ensaio sociológico: "May it not be that in our zeal to make the many 'one', we have given undue emphasis to the oneness of American life and culture and have failed to recognize or appreciate adequately the contributions of the 'many'?" (Francis J. Brown, "The contribution of the immigrant", em *Our racial and national minorities*, org. por Francis J. Brown e Joseph Slabey Roucek, Nova Iorque, 1937, p. 758). O que entre os anglo-americanos é teoria recente ("a new theory", como salienta o professor E. George Payne na mesma obra, em estudo sob o título "Education and cultural pluralism") na América portuguesa é velha prática na qual se revela há séculos que a xenofobia nunca foi traço saliente do caráter português. Sobre o assunto veja-se nosso *O mundo que o português criou*, Rio de Janeiro, 1940.
90. Veja-se Ritter von Schäffer, *Brasilien als Unabbaengiges Reich*, Altona, 1824. Essa como quarentena de hereges é referida e comentada por Tristão de Ataíde: "Em 1813 indagava-se das crenças religiosas e do passaporte. Hoje indaga-se do passaporte, das bagagens, das crenças políticas, dos costumes privados, do estado de saúde" (*Estudos*, 1ª série, Rio de Janeiro, 1927). Sobre os frades e padres que velavam nos portos pela ortodoxia católica da colônia, às vezes com uma suavidade que falta aos modernos inspetores de saúde e funcionários de polícia de imigração, ver ainda "Certain notes of the voyage to Brazil with the Minion of London [...] in the year 1580 written by Thomas Grigs Purser of the same ship", em *The principal navigations voyages traffiques & discoveries of the english nation* [...] by Richard Hakluyt, Londres, 1927, vol. VIII, p. 13-44.
91. Pedro de Azevedo, "Os primeiros donatários", *História da colonização portuguesa do Brasil*, cit., III, p. 194.
92. No Brasil o incrédulo Fustel de Coulanges, ainda mais do que na França – desde a Revolução dividida em duas, a negra e a vermelha – se sentiria no dever de ser católico por nacionalismo.

Aliás, foi a atitude de Oliveira Lima, que na falta de um ideal religioso mais ardente, declarou-se uma vez “católico histórico”.

93. Isto sem contarmos os numerosos colonos de outras partes da península Ibérica aqui logo confundidos com os de origem portuguesa. Entre outros, os Buenos, Camargo, Aguirre, Lara y Ordones, Freyre, Bonilha. Nem os colonos de origem hebréia, incorporados à comunhão católica.
94. Sílvio Romero, op. cit.
95. Alfredo Ellis Júnior, *Raça de gigantes*, São Paulo, 1926.
96. *Diálogos das grandezas do Brasil*, Rio de Janeiro, 1930, p. 33. Em sugestivo trabalho (*Novos ensaios*, 2ª série, Recife, 1945), João Peretti salienta que Brandônio, nos *Diálogos das grandezas do Brasil*, já sugeria, no século XVI, o desenvolvimento da riqueza açucareira do Brasil “ao modo dos mercadores de Holanda, que se constituíam à sua própria custa e despesa, em sociedade, metendo uns mais, outros menos, segundo o muito ou pouco dinheiro com que se acham”, isto é, acentua João Peretti, por meio de “uma organização econômica mesmo independente do Estado” (p. 86). Essa organização de algum modo parece ter existido no Brasil, formada por negociantes judeus, explicando-se talvez pelas vantagens que ela trazia aos plantadores de cana o fato de ter havido em Pernambuco, no século XVI, a “abundância de judeus” constatada por Rodolfo Garcia (“Introdução”, *Primeira visitação do Santo Ofício em Pernambuco*), João Peretti e outros estudiosos da economia brasileira durante aquele século e “uma maior tolerância por parte dos zeladores das crenças católicas do que em outras partes do Brasil” (João Peretti, op. cit., p. 29).
Deve-se notar que para João Peretti, o Bento Teixeira, autor da *Prosopopéia* – o primeiro poema composto no Brasil e que teria sido uma expressão da vida de lazer e de refinamento cedo criada no país pela economia açucareira – “não é o mesmo Bento Teixeira envolvido nas *Denúncias*” (*Barléu e outros ensaios*, Recife, 1941, e *Novos ensaios*, 2ª série, Recife, 1945).
97. Refere-se o cronista (op. cit.) a frutas, legumes e carne de boi.
98. F. P. Armitage, *Diet and race*, Londres, 1922; E. V. McCollum e Nina Simmonds, *The newer knowledge of nutrition – The use of foods for the preservation of vitality and health*, Nova Iorque, 1929.
99. Guenther, *Das Antlitz Brasiliens*, cit.
100. Em interessante artigo, “Fundamentos científicos da alimentação racional nos climas quentes”, *Brasil Médico*, Rio de Janeiro, ano XIX, nº 40, ocupou-se completamente do assunto o médico Sinval Lins. Segundo ele, o brasileiro permanece no seu regime de alimentação um inadaptado ao clima. “Abusa de doces [...] em pleno verão, quando tudo o convida a defender-se do calor, abusa de pratos gordurosos e por vezes também de bebidas alcoólicas [...] abusa de líquidos às refeições sem reparar que quanto mais bebe mais sua [...] gosta de comidas adubadas [...] quase não usa legumes.” “As conseqüências de tantos erros”, acrescenta o higienista, “já se vêm

fazendo sentir há muito tempo. Nossos dentes são fracos e vivem cariados; por falta de cálcio, isto é, de vegetais [...]” Sofrem ainda “a pele, os rins, o estômago.” Sinval Lins destaca a “preguiça pós-prandial” do brasileiro, atribuindo-lhe, tanto quanto à “auto-intoxicação resultante do abuso de azotados o da prisão de ventre tão banal entre nós por falta de vegetais e de frutas na alimentação [...]”, “a fadiga de que tanta gente se queixa no nosso meio.” Fadiga pela qual, ao seu ver, se tem injustamente responsabilizado o clima. Também o Dr. Araújo Lima, estudando o regime alimentar das populações do extremo-norte do Brasil, insiste na importância do fator alimentação na interpretação da “indolência lendária e desabonadora dos homens destas paragens” (J. F. de Araújo Lima, “Ligeira contribuição do estudo do problema alimentar das populações rurais do Amazonas”, *Boletim Sanitário*, ano 2, nº 4, Rio de Janeiro, 1923).

101. J. F. de Araújo Lima, “Ligeira contribuição ao estudo do problema alimentar das populações rurais do Amazonas”, *Boletim Sanitário*, ano 2, nº 4, Rio de Janeiro, 1923. Essa observação, relativa ao caboclo do extremo-norte, pode-se generalizar, com uma ou outra restrição regional, ao brasileiro pobre das demais zonas rurais. Em certas regiões do baixo Amazonas, Araújo Lima foi encontrar os trabalhadores de grandes plantações de algodão alimentando-se exclusivamente de um singelo mingau de arroz comido de manhã. “Um xibé, cuja base é a farinha-d’água, tão pobre em vitaminas, constitui muitas vezes o alimento exclusivo dum homem nas 24 horas.”

Já Azevedo Pimentel surpreendera quase que as mesmas condições entre os habitantes do Brasil central: maior que a ação devastadora das moléstias sifilíticas e venéreas, só a dos “desequilíbrios ou perversões de nutrição orgânica” devida a “impróprias e pouco nutrientes substâncias alimentares.” Quem deu relevo à situação das nossas populações rurais. Mal-alimentadas e ainda por cima vítimas fáceis de uma série macabra de doenças – impaludismo, beribéri, ancilostomíase, disenteria, lepra, sífilis – foi Miguel Pereira, logo ratificado por Belisário Pena. Com relação às populações rurais e sertanejas da Paraíba depõe o Sr. José Américo de Almeida: “A miséria orgânica determinada pela carestia da vida e insuficiência da alimentação é o campo preparado que vai sendo invadido pelos meios ordinários de infecção” (*A Paraíba e seus problemas*, Paraíba, 1924). Sobre o assunto vejam-se ainda: as respostas ao inquérito realizado em 1778 pelo Senado do Rio de Janeiro sobre o clima e a salubridade da mesma cidade (*Anais Brasilienses de Medicina*, ano II, nº 5, vol. 2); *Discurso* na sessão solene aniversária da Academia Imperial de Medicina de 30 de julho de 1847 por Roberto Jorge Haddock Lobo, Rio de Janeiro, 1848; J. F. X. Sigaud, *Du climat et des maladies du Brésil*, Paris, 1844; Alp. Rendu, *Études topographiques, médicales et agronomiques sur le Brésil*, Paris, 1848; J. B. A. Imbert, *Ensaio higiênico e médico sobre o clima do Rio de Janeiro e o regime alimentar de seus habitantes*, Rio de Janeiro, 1837; *Discurso sobre as moléstias que mais afligem a classe pobre do Rio de Janeiro* [...] por José Martins da Cruz Jobim, Rio de Janeiro, 1837; Azevedo Pimentel, *Subsídios para o estudo da higiene do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1890; Azevedo Pimentel, *O Brasil Central*, Rio de Janeiro, 1907; Louis Couty, “L’alimentation au Brésil et dans les pays voisins”, *Revue d’Hygiène de Paris*, 1881;

Eduardo Magalhães, *Higiene alimentar*, Rio de Janeiro, 1908; Alfredo Antônio de Andrade, "Alimentos brasileiros", *Anais da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*, vol. VI, 1922; Alberto da Cunha, "Higiene alimentar", *Arquivos de Higiene*, Rio de Janeiro, nº 11; Manuel Querino, *A arte culinária na Bahia*, 1928; Theodoro Peckolt, *História das plantas alimentares e de gozo do Brasil*, Rio de Janeiro, 1871; e as seguintes teses de concursos ou doutoramento: Antônio José de Sousa, *Do régimen das classes pobres e dos escravos na cidade do Rio de Janeiro em seus alimentos e bebidas*, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1851; José Maria Regadas, *Do régimen das classes abastadas no Rio de Janeiro*, 1852; José Rodrigues de Lima Duarte, *Ensaio sobre a higiene da escravatura no Brasil*, Rio de Janeiro, 1849; Antônio Correia de Sousa Costa, *Qual a alimentação de que vive a classe pobre do Rio de Janeiro e sua influência sobre a mesma classe?* Rio de Janeiro, 1865; Francisco Fernandes Padilha, *Qual o régimen das classes pobres do Rio de Janeiro?* Rio de Janeiro, 1842; Francisco Antônio dos Santos Sousa, *Alimentação na Bahia*, Faculdade de Medicina da Bahia, 1909; Renato Sousa Lopes, *Regime alimentar nos climas tropicais*, Rio de Janeiro, 1909.

São cada dia mais numerosos os trabalhos brasileiros sobre o problema da alimentação entre nós, destacando-se os dos médicos Silva Melo, Sinval Lins, Josué de Castro, Rui Coutinho, Paula e Sousa, Couto e Silva, Peregrino Júnior, Dante Costa. A bibliografia acima, apresentada na primeira edição deste ensaio, tem sido largamente transcrita e citada por alguns desses autores.

102. Louis Couty, *L'esclavage au Brésil*, Paris, 1881, p. 87. Opinião também do mais claro dos nossos pensadores políticos, o professor Gilberto Amado, no estudo que, do ponto de vista político, faz da nossa sociedade escravocrata: "As instituições políticas e o meio social do Brasil", em *Grão de areia*, Rio de Janeiro, 1919. Aliás, já no século XVIII escrevia Morgado de Mateus: "Nesta terra não ha povo, e por isso não ha quem sirva ao estado; excepto muito poucos mulatos que uzão seos officios, todos os mais são senhores ou escravos que servem aquelles senhores" (Paulo Prado, *Paulística*, 2ª ed., Rio de Janeiro, 1934).
103. Theodoro Peckolt, na sua *História das plantas alimentares e de gozo do Brasil*, I, Rio de Janeiro, 1871, chega a considerar o trabalhador europeu da época "menos bem alimentado" que o escravo brasileiro. "Assim o escravo no Brasil e o trabalhador da roça em geral", escreve ele, "recebe uma alimentação boa e nutritiva introduzida desde tempos antigos pela experiencia e não por calculo scientifico [...]." Refere-se ao trabalhador sob o regime patriarcal: operário que estava no interesse do proprietário suprir de boa alimentação.
104. Louis Couty, op. cit., p. 87.
105. Joaquim Nabuco, *O abolicionismo*, Londres, 1883. Herbert S. Smith fala-nos também dessa classe intermédia de párias inúteis que encontrou em suas viagens pelo interior do Brasil nos fins do século XIX (*Do Rio de Janeiro a Cuiabá*, São Paulo-Caieiras-Rio de Janeiro, 1922). Atribui a miséria e a incapacidade econômica desses matutos ao fato de serem mestiços de índios e de

negros, esquecido de que se viajasse, no seu próprio país, pelo velho sul escravocrata e pelas montanhas de Kentucky e das Carolinas, haveria de encontrar o mesmo detrito humano. Porém gente branca: os "poor white".

106. Alguém nos escreve de São Paulo considerando "asneira" o emprego da expressão "sistema" (ver edições anteriores), em vez de "aparelho" digestivo e citando-nos como autoridade máxima no assunto o autor de conhecida *Zoologia elementar*. De fato é convencional dizer-se em português "aparelho digestivo"; e em face dessa convenção não hesitamos em substituir "sistema" – expressão empregada nas edições anteriores – por "aparelho". Entretanto, cremos que o mais que se pode dizer contra a expressão "sistema digestivo" é que seja um anglicismo: em inglês diz-se "digestive system", e não "apparel" – incluindo-se em sistema digestivo "every organ, function and process concerned with the utilization of food-stuffs etc." (*The Encyclopaedia Britannica*, 11ª ed., Cambridge, 1910, vol. 8, p. 263). De modo que a idéia de "sistema" não implica "conjunto de órgãos de estrutura homogênea", senão pelo uso convencional que se vem fazendo da palavra entre nós para distingui-la de "aparelho". De acordo com suas raízes gregas "sistema" significa todo conjunto de órgãos ou partes essenciais ao desempenho de alguma função ou funções particulares (Webster) ou toda "reunião das partes de um todo" (Quicherat). Do francês é que parece ter passado ao português a convenção de chamar-se "aparelho" ao sistema digestivo, exato como é que o francês designa por "appareil" [...] "assemblage d'organes qui concourent à une même fonction." Daí nos parecer haver no mínimo lastimável exagero na qualificação da expressão "sistema digestivo" como "asneira".
107. Andrew Reid Cowan, *Master clues in world history*, Londres, 1914.
108. André João Antonil, *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, p. 264, com um estudo biobibliográfico por Afonso de E. Taunay, São Paulo-Rio de Janeiro, 1923.
109. "Afim de que os agricultores não padeçam damno nas suas lavouras por toda a parte são poucos os animais domesticos", informa Manuel Aires de Casal na sua já citada *Corografia brasílica*, II, p. 89. Em *extracto sobre os engenbos de assucar e sobre o metodo já então praticado da fartura deste sal essencial, tirado da obra riqueza e opulencia do Brasil para se combinar com os novos metodos que agora se propõem debaixo dos auspicios de S. Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor por fr. José Mariano Velloso* (Lisboa, 1800), as cabras são destacadas entre os inimigos da cana: "as cabras, tanto que a canna começa a apparecer fora da terra, a vão envestir". Pelo que os proprietários de canaviais se viam às vezes obrigados a matar "porcos, cabras e bois, que outros não trarão de advertir e guardar nos pastos cercados ou em parte remota [...] "(p. 47).
110. Manuel Aires de Casal, op. cit., II, p. 119. Casal atribui o fato à circunstância dos pastos não serem geralmente bons e haver "na maior parte [...] falta d'água". Mas sem deixar de atinar com a causa social: "afim de que os agricultores não padeçam damno nas suas lavouras". Capistrano

diz, referindo-se ao afastamento do gado, que era porque “cumpria defender os canaviais e outras plantações de seus ataques” (*Diálogos das grandezas do Brasil*, p. 13, Introdução de Capistrano de Abreu e Notas de Rodolfo Garcia, edição da Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, 1930).

111. “Fragmentos de uma memoria sobre as sesmarias da Bahia” (cópia de um manuscrito que parece ter sido da biblioteca do falecido marquês de Aguiar e talvez de sua pena) ... em *Livro das terras ou collecção da lei, regulamentos e ordens expedidas a respeito desta materia até ao presente* [...], 2ª ed., Rio de Janeiro, 1860, p. 24.
112. Hermann Wätjen, op. cit. Entre os documentos existentes no Arquivo Real de Haia e relativos ao Brasil, publicados na *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, nº 33, Recife, 1887, acham-se vários editais nesse sentido. Aliás já no século XVI encontramos evidências de intervenção do governo no sentido de regularizar a lavoura de mantimentos sacrificada pela do açúcar. Nas *Atas da Câmara de São Paulo (1562-1601)* encontrou Taunay uma requisição do governador-geral do Brasil de oitocentos alqueires de farinha destinados a Pernambuco; capitania que, por ser a mais açucareira, seria também a mais exposta à carestia ou escassez de mantimentos locais. A requisição era, porém, superior à capacidade dos paulistas: fornecida toda aquela farinha a Pernambuco, eles é que ficariam em penúria. “Decidiu a Câmara”, escreve Taunay, “apregoar para o conhecimento de todos os moradores da vila e termo, uma postura em que ficavam intimados a fazer farinha, em obediência a uma provisão do capitão-mor e do ouvidor da capitania de São Vicente. Tudo sob a ameaça de cinquenta cruzados de multa e dois anos de degredo para as paragens inóspitas do Estreito de Magalhães. Tal solicitude pelo aprovisionamento de farinha bem mostra quanto era irregular a produção da lavoura” (Afonso de E. Taunay, *São Paulo nos Primeiros Tempos, 1554-1601*, Tours, 1920).
113. Fernão Cardim, *Tratados da terra e gente do Brasil*, Introdução e Notas de Batista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, Rio de Janeiro, 1925.

A afirmativa do Sr. A. Marchant (*Do escambo à escravidão* (trad.), São Paulo, 1943, p. 183), com referência à capital da Bahia em 1580, de que “os cidadãos eram bem aprovisionados por esses produtos locais”, isto é, frutas e verduras, baseia-se principalmente em informação de Cardim que se refere à presença de “legumes da terra e de Portugal: berinjelas, alfaces, abóboras, rabãos e outros legumes e hortaliças” (*Tratados da terra e gente do Brasil*, cit., p. 289). Se houve então abundância desses e de outros produtos destinados à alimentação, parece que foi por um curto período durante o qual os primeiros colonos da Bahia puderam combinar com a grande lavoura tropical, inimiga da policultura, seu velho gosto pela horticultura. No princípio do século XVII, Salvador padeceria — é verdade que concorrendo então para a escassez de alimentos a situação de guerra no Norte — de falta até de farinha de mandioca, como o indicam documentos recentemente publicados (*Documentos históricos do Arquivo Municipal — Atas da Câmara — 1625-1641*, Salvador, 1944, páginas 399, 401 e outras). Desde então o testemunho dos cronistas e viajantes é no sentido de que a alimentação

em Salvador foi difícil e com os preços dos alimentos geralmente altos. Do próprio Cardim, aliás, deve-se ter em conta – insistamos neste ponto – seu caráter de “padre-visitador”, excepcionalmente bem recebido nas cidades e engenhos, do mesmo modo que com relação aos tratados de Pero de Magalhães Gandavo devemos nos recordar, com o arguto Capistrano de Abreu, que eram de certo modo propaganda para induzir europeus a virem para o Brasil como colonos. Lendo-se o mais objetivo Gabriel Soares de Sousa vê-se que na fase anterior à monocultura absorvente, fase ainda de conciliação da grande lavoura – o açúcar – com o gosto tradicional dos portugueses pela horticultura e a que já nos referimos, parecem ter sido excepcionais as plantações como a de João Nogueira francamente policultoras, com roças de mantimentos, porcos e rebanhos de gado. É que a terra de sua propriedade era pobre demais para a cultura da cana e nela os rios eram pequenos demais para tocar engenhos. (Vejam-se Gabriel Soares de Sousa, *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, p. 148 e o resumo das suas informações sobre este ponto e interessantes comentários a esse respeito e a respeito das relações das plantações monocultoras e imperialistas ou expansionistas – dados os altos preços do açúcar – com plantações ou roças de mantimentos – na maioria nas mãos de índios – apresentados por Alexandre Marchant no seu citado *Do escambo à escravidão*, p. 140-142.) (Do mesmo autor, leia-se “Feudal and capitalistic elements in the portuguese settlement of Brazil”, *The Hispanic American Historical Review*, XXII, 1942, p. 493-512.) Sobre o processo de sucessão ecológica da policultura e da pequena lavoura pela monocultura e pela grande propriedade, quando favoráveis a estas as condições de comércio, veja-se o excelente estudo do professor Andrew W. Lind, *An island community, ecological succession in Hawaii*, Chicago, 1938, especialmente o Capítulo VII – “The plantation and capital investment”, em que repele a sugestão de ser sempre a grande plantação, pelo seu caráter paternalista, pré-capitalista, para acentuar “its equally important functions as a scheme for the organization and investment of capital” (p. 157), em áreas como o Havai. Aliás acentua o mesmo autor não ter correspondido a grande plantação no Havai à generalização de Keller sobre as grandes plantações como sistema: tenderem à devastação do solo e dos homens (Albert G. Keller, *Colonization*, Boston-Nova Iorque, 1908, p. 10). O que o professor Lind atribui a vários fatos, inclusive o de alguns engenhos do Havai terem sido fundados e desenvolvidos por missionários protestantes, cujo interesse na terra não era só econômico e cuja ação antes criadora que devastadora da terra e dos homens pode ser comparada – acrescentemos – com a de alguns dos frades ou religiosos senhores de engenho no Brasil (beneditinos, jesuítas etc.), dados a experiências de interesse agrônomo e social, às quais se entregaram também senhores patriarcais do tipo de Manuel (Minô) Cavalcanti de Albuquerque. Nas mãos de tais senhores de engenho, o sistema de grande plantação desenvolveu alguns dos característicos do paternalismo mais favoráveis à comunidade. No Brasil pode-se, porém, afirmar que nas áreas mais características o sistema da grande plantação foi, desde os primeiros anos de colonização, misto: pré-capitalista e capitalista, feudal e comercial. E também: criador de valores ao mesmo tempo que devastador do solo e dos homens.

Do ponto de vista da alimentação, estudiosos modernos do assunto, interessados em preparar, baseados em inquéritos regionais, um mapa da alimentação no Brasil, e também Josué de Castro,

confirmam o que neste ensaio se diz desde 1933 sobre as relações entre o sistema feudal-capitalista de plantação e a paisagem. Segundo o professor Josué de Castro, no Nordeste, “a monocultura intempéstiva de cana, destruindo quase que inteiramente o revestimento florestal da região, subvertendo por completo o equilíbrio ecológico da paisagem e entravando todas as tentativas de cultivo de outras plantas alimentares no lugar, constituiu-se degradante da alimentação regional [...]” “No Nordeste do Brasil os hábitos alimentares prejudiciais à saúde foram consequência quase que exclusiva da monocultura e do latifundismo” (“Áreas alimentares do Brasil”, *Resenha Clínico-Científica*, São Paulo, ano XIV, nº 4, abril de 1945, p. 155). Sobre o assunto veja-se também nosso *Nordeste*, Rio de Janeiro, 1937. Aí, e em outros dos nossos trabalhos, já se encontra esse critério de interpretação da situação alimentar do Brasil não só no Nordeste agrário como em outras subáreas de monocultura.

Não nos esqueçamos, a propósito de áreas e subáreas, ou regiões e sub-regiões, de que a influência do patriarcado monocultor e escravocrata que teve seus centros mais intensos e de vida mais constante e longa em Pernambuco, na Bahia e no Rio de Janeiro foi, no Norte, até a subárea amazônica, no Sul, até o Rio Grande do Sul e, no Centro, até Mato Grosso. Constituiu assim aquele sistema – talvez o de maior influência na fixação de características nacionais e gerais no Brasil – um sistema ou complexo transregional e não apenas regional, como supõem alguns pesquisadores de história ou de sociologia da gente brasileira. Formou uma constelação de áreas ou subáreas ou uma espécie de supra-área de cultura, original em sua configuração e em sua extensão, e não apenas correspondente à área ou região geográfica a que é geralmente associada: o Nordeste ou o Norte agrário do Brasil. Sobre a presença de características sociais e de cultura – inclusive a própria arquitetura doméstica – senão idênticos, semelhantes aos que se encontram no Nordeste agrário, monocultor e por muito tempo escravocrata, em áreas geograficamente afastadas e diferentes do mesmo Nordeste, vejam-se os estudos de caráter sociológico ou parassociológico de José Veríssimo e do professor Artur Reis sobre a Amazônia; de Dante de Laytano, Atoz Damasceno Ferreira, Emani Correia, Tales de Azevedo sobre o Rio Grande do Sul, Augusto de Lima Júnior e M. de Barros Latif sobre Minas, José de Mesquita sobre Mato Grosso. Sobre a área rio-grandense-do-sul, veja-se, do ponto de vista mais sociologicamente objetivo sob que pode ser constatada a presença daquela influência, ou daquela coincidência de expressões sociais e de traços de cultura, em meios diferentes em várias de suas condições físicas e em vários dos elementos de sua composição étnica, nosso pequeno trabalho acerca do sobrado no Rio Grande do Sul (*Problemas brasileiros de antropologia*, Rio de Janeiro, 1943). Também Tales de Azevedo, *Gauúchos – Notas de antropologia social*, Bahia, 1943; Dante de Laytano, “O português dos Açores na consolidação moral do domínio lusitano no extremo sul do Brasil”, *Revista do Ensino*, Porto Alegre, nº 15-18, nov. 1940-fev. 1941; Atoz Damasceno, *Imagens sentimentais da cidade*, Porto Alegre, 1940; Emani Correia, “A arquitetura do Rio Grande do Sul”, *Lanterna Verde*, Rio de Janeiro, julho, 1944.

115. Percy Goldthwait Stiles, *Nutritional physiology*, Filadélfia e Boston, 1931.

Em interessante artigo ("Folclore do açúcar", XVII, *Brasil Açucareiro*, vol. XXV, nº 3, março, 1945) Joaquim Ribeiro escreve: "aqui convém denunciar um erro de apreciação de Gilberto Freyre. Ele pinta a cozinha dos senhores de engenho como regalada e opulenta. A verdade porém é que é uma cozinha relativamente pobre. A alimentação popular nos engenhos ainda é pior. O lavrador de cana passa vida miserável de subnutrido".

Evidentemente o distinto crítico não leu o que sobre o assunto e sobre as relações da alimentação com a monocultura se diz neste ensaio desde 1933. Tampouco nega o autor do presente ensaio aqui ou em qualquer outro trabalho que tenha havido influência holandesa sobre a cozinha brasileira. Apenas tem salientado que dessa influência resta ou sobrevive muito pouco. De positivo parece que só o brote. Quanto à interpretação do requeijão nordestino como possível "adaptação sertaneja da indústria pecuária holandesa", sugerida por Joaquim Ribeiro e José Honório Rodrigues no seu *Civilização holandesa no Brasil*, São Paulo, 1940, é realmente "hipótese a estudar". Sobre o assunto vejam-se também: F. C. Hoehne, *Botânica e agricultura no Brasil no século XVI*, São Paulo, 1937; Josué de Castro, *A alimentação brasileira à luz da geografia humana*, São Paulo, 1937; A. J. de Sampaio, *A alimentação sertaneja e do interior da Amazônia*, São Paulo, 1944.

116. Capistrano de Abreu, *Tratados da terra e gente do Brasil*, apenso, p. 433.
117. Cardim, op. cit., pág. 290.
118. Stiles, op. cit.
119. Cardim, op. cit., pág. 334.
120. Bernardo Pereira Berredo, apud J. Lúcio de Azevedo, *Os jesuítas no Grão-Pará*, 2ª ed., Coimbra, 1930.
121. J. Lúcio de Azevedo, op. cit.
122. Padre Antônio Vieira, apud J. Lúcio de Azevedo, op. cit.
123. *Informações e fragmentos históricos do padre Joseph de Anchieta, S. J., 1584-1586*, Rio de Janeiro, 1886, p. 47.
124. Maria Graham, *Journal*, cit., p. 119.
125. Sobre o desmazelo no traje doméstico da nossa gente colonial, mesmo a ilustre, leiam-se James Henderson, *A history of the Brazil*, Londres, 1821; John Luccock, *Notes on Rio de Janeiro and the southern parts of Brazil*, Londres, 1820. O último já foi publicado no Brasil.
126. *História do Brasil*, por frei Vicente do Salvador, ed. revista por Capistrano de Abreu, São Paulo e Rio de Janeiro, 1918, p. 16-17.
127. Nóbrega, *Cartas*, cit., p. 162.

128. "Informações e fragmentos históricos do padre Joseph de Anchieta, S. J. (1584-1586)", em *Materiais e Achegas para a História e Geografia por Ordem do Ministério da Fazenda*, Rio de Janeiro, nº 1, 1886, p. 34.
129. Anchieta, *Informações*, cit., p. 50.
130. Anchieta, *Informações*, cit., p. 41.
131. "Il y a quantité de Boeufs, de Cochons, de Mountons, de Volailles & de Gibier; mais tout y est extrêmement cber. La Flote qui y vient tous les ans de Portugal apporte des vins, des farines, de l'huile, du fromage [...]", informa a *Relation du voyage autour du monde de Mr. de Gemmes au Détroit de Magellan par le Sr. Froger*, Amsterdã, 1699, p. 81. Veja-se também de Gentil de La Barbinais, *Nouveau voyage autour du Monde*, Paris, 1728-1729.
- Ainda sobre a falta de carne e mantimentos na Bahia do século XVII, vejamos os documentos às páginas 250, 315, 401, 447 em *Documentos Históricos do Arquivo Municipal – Atas da Câmara, 1625-1641*, vol. I, Prefeitura Municipal do Salvador, Bahia, s.d. Por um desses documentos – "Sobre os obrigados do assougue da cidade para darem carne" – se vê que em 1636 os oficiais da Câmara da cidade de Salvador "mandaram vir perante sy a Simam Alvares, e Domingos da Costa a quem estam a cargo os Curais do Conselho para os obrigarem a dar carne ao assougue da Cidade por haverem muitos mezes que nam havia carne nelle [...]" (p. 315).
132. "On n'y voit point de moutons; la volaille y est rare & le boeuf mauvais. Les formis y désolent, comme dans le reste de la colonie, le fruit et les légumes. D'un autre coté les vins, les farines, tous les vivres qu'on apporte d'Europe, n'arrivent pas toujours bien conservés. Ce qui a échappé à la corruption est d'une cbereté prodigieuse" (*Histoire philosophique et politique des établissements & du commerce des européens dans les deux indes*, III, à Genève, 1775, p. 91).
133. Capistrano de Abreu, *Introdução aos Diálogos das grandezas do Brasil*, cit.
134. Um documento do século XVI, quase desconhecido no Brasil – "A discourse of the west Indies and south sea written by Lopes Vaz a Portugal borne in the citie of Elvas continued unto the yere 1587, etc." – incluído em *The principal navigations voyages traffiques & Discoveries of the english nation [...]* by Richard Hakluyt, Londres, 1927, VIII, p. 172, informa sobre o Pernambuco do século XVI, opulento de engenhos de açúcar: "[...] yet are they in great want of victuals that come either from Portugal or from some places upon the coast of Brazil". A carestia era até de farinha: "da qual ordinariamente há carestia", diz-nos Manuel Aires de Casal, op. cit. Sobre a formação social do Rio de Janeiro, vejamos Alberto Lamego, *A terra goitacá*, Rio de Janeiro, 1913-1925 e Alberto Lamego Filho, *A planície do solar e da senzala*, Rio de Janeiro, 1934.
135. Manuel Aires de Casal, op. cit., II, p. 146.
136. Manuel Aires de Casal, op. cit., II, p. 45.

137. Proteína de origem animal, de alto valor biológico, ou "proteína de primeira classe", para distinguir da de origem vegetal, que é de "segunda classe". Sobre o critério mais moderno na classificação de proteínas veja-se o *Report of Committee on Nutrition*, de E. K. Le Fleming e outros, *Supp. to The British Medical Journal*, 1933, vol. II.
138. E. V. McCollum e Nina Simmonds no seu trabalho *The newer knowledge of nutrition* (Nova Iorque, 1929) opõem ao critério de Huntington o da dieta: por ele explicam, entre outros fatos atribuídos à influência do clima ou da raça, a diferença que em poucas gerações operou-se entre ingleses do mesmo plantel: os que emigraram da Geórgia nos fins do século XVIII, uns para o Canadá, outros para as ilhas Bahamas. Estes degeneraram; aqueles conservaram-se vigorosos. A dieta dos primeiros: leite, vegetais, carne, trigo em abundância. A dos outros uma espécie de dieta brasileira.
139. Em estudo sobre o valor nutritivo dos alimentos brasileiros, Alfredo Antônio de Andrade salienta que o cálcio "difunde-se exíguo no solo brasileiro, para concentrar-se em depósitos riquíssimos por determinados pontos do território." As plantas "não o encerram comumente em teor muito alto." Quase uma sentença de morte em face do apurado pelas pesquisas modernas: que "em torno do cálcio gira a defesa orgânica, máxime a resistência às causas infectuosas e às doenças discrásicas e dele dependem todos os fenômenos subordinados à atividade dos músculos, nervos e glândulas, presa a suas proporções com os iônios, sódio, potássio e magnésio. Infelizmente essa escassez se dá, por igual, em nossas águas [...]" (Alfredo Antônio de Andrade, *Alimentos brasileiros*, cit.). É duvidoso que o cálcio na água tem a importância que lhe atribui Andrade. Pelo menos, os resultados de pesquisas realizadas entre os habitantes dos Alpes, em uma região em que a água de beber é particularmente rica em cálcio, são em sentido contrário ao de sua opinião. O raquitismo foi aí encontrado do mesmo modo que em regiões relativamente pobres em cálcio. É o que nos indica A. F. Hesse, *Rickets, including osteomalacia and tetany*, Henry Kimpton, Londres, 1930, p. 51, apud Rui Coutinho, *Valor social da alimentação*, São Paulo, 1935.
140. Antônio Martins de Azevedo Pimentel, *Subsídios para o estudo da bigiene do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1890.
141. A farinha – alimento hidrocarbonado, com proteína de segunda classe e pobre de vitaminas e de sais minerais – é considerada por vários especialistas em assuntos de nutrição alimento de fraco valor. Mesmo quando ingerida seca – observava pitorescamente em 1909 um estudioso do regime de alimentação na Bahia – "duplicando de volume, distende fortemente as paredes do estômago [...]" podendo dar lugar a "fermentações anormais". Além do que, pela "existência de fibras lenhosas da raiz de mandioca", contribui para "a formação de bolos fecais endurecidos, constituindo verdadeiros fecalomas, capazes de resistirem às mais fortes lavagens e aos mais enérgicos purgativos...", Francisco Antônio dos Santos Sousa, *Alimentação na Bahia*, tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia, 1909. Já houve no Brasil uma espécie de exaltação mística da

farinha de mandioca, em parte baseada em conclusões parece que precipitadas de pesquisadores paulistas. Pesquisas realizadas posteriormente pelo Dr. Antenor Machado no Instituto de Química Agrícola do Ministério da Agricultura indicam que a farinha de mandioca comum não contém vitamina B e a farinha de rapa possui apenas vestígios da mesma vitamina.

142. Inteiramente errado, ao nosso ver, o Sr. Josué de Castro no seu trabalho *O problema fisiológico da alimentação brasileira*, Recife, 1933 – no qual chega, aliás, do ponto de vista fisiológico e através da técnica mais recente na sua especialidade, às mesmas conclusões gerais que o Autor deste ensaio, pelo critério sociológico e pela sondagem dos antecedentes sociais do brasileiro, isto é, “muitas das conseqüências mórbidas incriminadas aos efeitos desfavoráveis do nosso clima são o resultado do pouco caso dado aos problemas básicos do regime alimentar” – quando considera os alimentos ricos de hidratos de carbono os “de aquisição mais barata pela sua abundância natural, num país agrícola como o nosso.” “A alimentação intuitiva, habitual, das classes pobres, trabalhadoras”, acrescenta, “está sob este ponto, de acordo com os fundamentos fisiológicos.” Procuramos indicar neste ensaio justamente o contrário: que a monocultura sempre dificultou entre nós a cultura de vegetais destinados à alimentação. Do que ainda hoje se sente o efeito na dieta do brasileiro – na do rico e especialmente na do pobre. Nesta o legume entra raramente; uma fruta ou outra, a rapadura ou o mel de furo, um peixinho fresco ou a carne de caça, quebra, quando Deus é servido, a rigidez do regime alimentar do brasileiro pobre: farinha, charque e bacalhau. O próprio feijão já é luxo. E a farinha tem faltado várias vezes. Nos tempos coloniais sucederam-se *crises de farinha* que também têm se verificado no período da independência.
143. Diz Anchieta na sua “Informação da província do Brasil para nosso padre” (1585, p. 45), que em Piratininga a terra era “de grandes campos, fertilíssima de muitos pastos e gados”, “abastada de muitos mantimentos”, informação que coincide com outro depoimento, quincentista como o de Anchieta, transcrito pelo professor Taunay em *Non ducor, duco* (São Paulo, 1924): o do padre Baltasar Fernandes, que escrevera de Piratininga em 1569 “haver muito pasto dos campos [...] que são de quem os quer”, além de “bom mantimento” e “muito gado vaccum”.
144. É já das mais vastas a obra, que se poderia classificar de profundo realismo histórico, do professor Afonso de E. Taunay. A ele somos todos devedores de importantes revisões e retificações na história social e econômica do nosso país. Na sua obra avulta o estudo definitivo das bandeiras paulistas – *História geral das bandeiras paulistas*, São Paulo, 1924-1929 – que é talvez a investigação histórica especializada mais séria que já se empreendeu no Brasil.
145. Alfredo Ellis Júnior, *Raça de gigantes*, cit.
146. Paulo Prado, *Paulística*, 2ª ed., Rio de Janeiro, 1934.
147. Antônio Alcântara Machado, *Vida e morte do bandeirante*, cit.
148. Principalmente os *Inventários e testamentos*, Arquivo do Estado de São Paulo, 1920-1921.

149. "Verificam-se aqui com mais freqüência", escrevia Martius de São Paulo (Alfredo Ellis Júnior, op. cit.), "doenças reumáticas e estados inflamatórios, principalmente dos olhos, do peito, do pescoço e subsequente tísica pulmonar e traqueal etc. Ao contrário, as doenças gástricas são mais raras, faltando aquela fraqueza geral do sistema digestivo, assim como as cardialgias que são freqüentes nos habitantes das regiões mais próximas do Equador, parecendo aumentar na mesma proporção do calor." Ruediger Bilden desvia do clima e da miscigenação para a escravidão a responsabilidade pelos nossos principais vícios de formação social, moral e econômica: nós nos inclinamos a desviá-la antes para a monocultura e para o latifúndio, sem desconhecernos por um momento, nem pretendermos diminuir a importância tremenda da escravidão. Apenas se tivéssemos de condicionar ou subordinar uma à outra, subordinaríamos a escravidão à monocultura latifundiária.
150. Nos fins da época colonial o médico sueco Gustavo Beyer, tanto quanto os cronistas jesuítas do século XVI, salientava "a enorme abundância de víveres dos mercados" em São Paulo: frutas e legumes, cereais e tubérculos, aves e animais de corte. E acrescentava que nunca como em São Paulo vira população de tão belo aspecto, jamais encontrara tão poucos aleijados... (veja-se Afonso de E. Taunay, *Non Ducor, Duco*, cit.).
151. Peckolt, op. cit. Peckolt acrescenta quanto ao regime alimentar dos escravos: "o fazendeiro acertou com os meios próprios para a substituição do material gasto".
152. Sílvio Romero, *História da literatura brasileira*, Rio de Janeiro, 1888.
153. José Américo de Almeida no seu estudo sobre as populações paraibanas diz, referindo-se à negróide dos "antigos centros da escravaria" nos brejos: "esse homem [o brejeiro], malcomido e malvestido, lida no eito, curvado sobre a enxada, de sol a sol ou ao rigor das inverneiras, com uma infatigabilidade de que nenhum outro seria capaz... Apesar desse regime de privações e esgotamento, o tipo não é dos mais apoucados: apresenta, ao contrário, exemplos de robusta compleição — cabras hercúleos que resistem às mais penosas labutas, como a da bagaceira" (op. cit.). Igual observação fizera Lafcadio Hearn entre as populações mestiças (mulatos, quadrarões, oitavões etc.) das Índias Ocidentais Francesas. "*Without fear of exaggerating facts, I can venture to say that the muscular development of the workmen here is something which must be seen in order to be believed — to study fine displays of it, one should watch the blacks and half-breeds working naked to the waist — on the landings, in the gas-houses and slaughter-houses or in the nearest plantations*" (*Two years in the French West Indies*, Nova Iorque e Londres, 1923). De Lafcadio pode-se dizer, em resposta à alegação de que seria simples escritor e não cientista, que enxergava mais, como simples escritor, do que muito sociólogo. Aliás ele cita a seu favor o depoimento de J. J. Cornilli, que no seu estudo médico *Recherches chronologiques et historiques sur l'origine et la propagation de la Fièvre Jaune aux Antilles* salienta a robustez e o vigor físico do mestiço da Martinica.

154. Já em princípios do século XIX, o inglês Henry Koster contrastava em Pernambuco os regimentos de milícia formados exclusivamente por pretos e mulatos com os regimentos de linha, formados por portugueses, concluindo pela melhor aparência física dos homens de cor (*Travels in Brazil*, Londres, 1816).
155. Chamar-se alguém de “caboclo” no Brasil quase é sempre elogio do seu caráter ou da sua capacidade de resistência moral e física. Em contraste com “mulato”, “negro”, “moleque”, “crioulo”, “pardo”, “pardavasco”, “sará”, que em geral envolvem intenção depreciativa da moral, da cultura ou da situação social do indivíduo. Muito mulato brasileiro de elevada posição social ou política faz questão de dizer-se caboclo: “nós caboclos”, “não fosse eu caboclo” etc. E Júlio Belo refere que o velho Sebastião do Rosário, conhecido senhor de engenho pernambucano do século XIX, Wanderley puro, dos bons, dos de Serinhaém – gente quase toda com a pele avermelhada de europeu, os olhos azuis, o cabelo ruivo – quando exaltava-se, contente, nos seus grandes jantares, era para gabar-se, falsamente, de ser “caboclo”. Mulato ou tocado de sangue negro é que ninguém quer ser quando nas alturas. Raríssimas as exceções.
156. Roquette-Pinto, *Seixos rolados*, Rio de Janeiro, 1927. “Todavia elementos não faltam no livro *Os sertões*”, acrescenta Roquette-Pinto para provar que aqueles homens que “antes de tudo eram fortes” tinham farta gota de sangue negro. É só reler a descrição do povilêu de Canudos: “Todas as idades, todos os tipos, todas as cores [...] grenhas maltratadas de crioulas retintas; cabelos corredios de caboclas, trunfas escandalosas de africana; madeixas castanhas e louras de brancas legítimas embaralhavam-se sem uma fita, sem um grampo, sem uma flor, toucado ou coifa por mais pobre”.
157. Roquette-Pinto, op. cit.
158. Roquette-Pinto, *Rondônia*, Rio de Janeiro, 1917.
159. Ulisses Brandão, *A Confederação do Equador*, Pernambuco, 1924.
160. Gastão Cruis, *A Amazônia que eu vi*, Rio de Janeiro, 1930.
161. Notadamente o beribéri, avitaminose resultante da falta de vitamina B, e não uma infecção. Pelo menos é a conclusão de estudiosos profundos do assunto: Sherman, Mendel, Aykroyd, Cowgill, Sure. Sobre o beribéri no Brasil, veja-se o estudo de V. Batista, *Vitaminas e avitaminoses*, São Paulo, 1934. Também o trabalho de Rui Coutinho, já citado.
162. Johann Baptist von Spix e C. F. P. von Martius, *Travels in Brazil*, (trad.), Londres, 1824.
163. Emile Béringer, op. cit. Tão sensível pareceu a Béringer a morbidade do norte do Brasil aos aperfeiçoamentos da técnica sanitária e do conforto geral de vida, que concluiu dos seus estudos de climatologia em Pernambuco: “com os progressos da higiene e da civilização muitas causas desaparecerão. Já hoje os habitantes brancos mais abastados, mais prudentes, mais apreciadores

do seu bem-estar que os pardos ou os pretos, estão sujeitos a uma mortalidade menor". Béringier respondia assim à interrogação que, pela mesma época, saía da pena de Capistrano de Abreu: "[...] o clima ardente a que tantas responsabilidades se atribuem em todos os nossos defeitos, que sabemos de sua ação?" (Prefácio à *Geografia geral do Brasil* de A. W. Sellin, traduzida do alemão, Rio de Janeiro, 1889). Era como se atinasse o perspicaz historiador com a moderna atitude de antropogeografia em relação ao fator clima: a tendência no sentido de reduzir-lhe as responsabilidades.

164. A. Carneiro Leão, *Oliveira Lima*, Recife, 1913; Paulo de Moraes Barros, *Impressões do nordeste*, São Paulo, 1923.
165. Paulo Prado, op. cit.
166. Paulo Prado, op. cit.
167. Oscar da Silva Araújo, *Alguns comentários sobre a sífilis no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1928.
168. Oscar da Silva Araújo, *Subsídios ao estudo da framboesia trópica*, Rio de Janeiro, 1928.
169. Oscar da Silva Araújo, *Subsídios*, cit.
170. "La syphilis", escreve Sigaud, "fait beaucoup de ravages dans les populations nomades, et bien que certains observateurs pensent qu'elle se soit propagée davantage après la conquête des portugais, a été constaté que la maladie existait déjà chez les indigènes qui n'avaient eu aucun rapport avec des européens. Le voyageur Ribeiro de Sampaio, dans sa relation publiée 1775, págs. 9, 24, dit avoir rencontré des tribus avec des symptômes évidents de maladie vénérienne" (J. F. X. Sigaud, *Du climat et les maladies du Brésil*, Paris, 1844). O professor Milton J. Rosenau, da Universidade de Harvard, diz que o estudo de ossos encontrados em sepulturas pré-colombianas parece indicar a origem americana da sífilis (Milton J. Rosenau, *Preventive medicine and hygiene*, 5ª ed., Nova Iorque-Londres, 1927). O assunto, porém, continua ponto de controvérsia.

Alguém que se esconde sob as iniciais A. S., enviou-nos um recorte já velho de jornal do Rio de Janeiro, sem designação de nome nem data, onde o Dr. Nicolau Ciancio afirma que a origem da sífilis é fora de toda dúvida americana, atribuindo nossas dúvidas a respeito ao fato de não sermos médico: "O autor não sendo médico" etc. Esqueceu-se o bom Dr. Nicolau que o problema da origem da sífilis é também um problema de história social; e sob esse aspecto — e não o médico — é que nos animamos a feri-lo, aliás de passagem. É oportuno salientar que a mesma atitude assumiram com relação ao nosso trabalho alguns engenheiros e arquitetos, como que ofendidos em seus melindres de exclusiva propriedade profissional do assunto "casa" por nos termos aventurado a tratar de arquitetura civil ou doméstica no Brasil, sem sermos engenheiro ou arquiteto. Esquecem-se médicos e engenheiros assim melindrados de que se procuramos arranhar tais assuntos, sempre o fazemos do ponto de vista ou sob aspectos que pouco têm que ver com a técnica da medicina ou da engenharia, isto é, sempre

o encaramos do ponto de vista da história ou antropologia social; do ponto de vista da sociologia genética. Não seria justo que nem a engenharia nem a medicina – técnicas ou artes que têm ainda seus problemas sem solução ou de solução difícil – anexassem imperialmente ao seu domínio exclusivo ou absoluto largos trechos da antropologia ou história social como a história da habitação humana e a história da sífilis, enxotando desses trechos, como a uns intrusos, os pobres dos antropólogos, dos sociólogos e dos historiadores.

Quanto à origem da sífilis, é do professor Milton J. Rosenau a informação de que antes de 1493 ou 1494 – quando o mal rebentou com violência na Europa – nada consta sobre a sífilis como “entidade clínica”. Historicamente, porém, ela se deixa entrever ou pelo menos suspeitar em crônicas antigas, embora seja sempre difícil distinguir nessas fontes a sífilis de outras doenças venéreas ou da pele. Supõe-se – adverte Rosenau – que os chineses, dois mil anos antes de Cristo, já conhecessem a doença. Mas a história da sífilis anterior a 1493 ou 1494 se acha envolta em dificuldades: “*shrouded in difficulties*” (Milton J. Rosenau, *Preventive medicine and hygiene*, 5ª ed., Nova Iorque-Londres, 1927).

Ainda mais enérgica em sentido contrário ao das afirmativas enfáticas quanto à origem de doenças sociais é a advertência do professor L. W. Lyde. A propósito de doenças que teriam sido propagadas pelo negro (“Skin colour”, *The Spectator*, Londres, 16 de maio de 1931) ele escreve: “Ninguém pode afirmar quando nem onde se originou qualquer doença” (“The colour bar”, *The Spectator*, Londres, junho, 1931, p. 892). Ao professor Lyde parece ter sido da América que os espanhóis levaram a sífilis para a Europa: o escravo negro é que teria introduzido a doença na América de onde ela teria se comunicado à Europa.

A favor da origem americana da sífilis deve ser destacado, entre as evidências mais recentes, o fato, verificado em Guatemala pela expedição médica dirigida pelo Dr. George C. Shattuck (Instituição Carnegie de Washington) e que consta do relatório publicado em 1932 pela mesma organização, dos maias apresentarem “*una resistencia extraordinaria contra el mal y quizás también contra la infección debido al virus de sífilis. Esto infiere que la sífilis es una enfermedad antigua entre los mayas, y que por lo tanto, ellos han adquirido un grado mayor de inmunidad contra la enfermedad de lo que se ha demostrado en cualquier otra raza. Esta hipótesis tiene una importante relación con la historia de la sífilis, pues significa que la enfermedad existió en la América Central mucho antes de la Conquista, que tuvo allí su origen, y que los marineros de Colón originalmente la llevaron a Europa del Nuevo Mundo*” (Sección de Investigaciones Históricas, Institución Carnegie, *Informe Anual de la Subsección de História Antigua de América*, Washington, 1932, p. 24). A “resistência extraordinária” dos maias à sífilis é que é um fato; a origem americana da doença, como inferência desse fato é, porém, uma hipótese.

Na matéria a autoridade máxima, do ponto de vista da Antropologia física é, entretanto, o professor Ales Hrdlicka. Em artigo sobre “Disease, medicine and surgery among the american aborigenes” (*The Journal of the American Medical Association*, vol. 99, nº 20, nov. 1932) Hrdlicka

resume a situação patológica do americano pré-colombiano, através do que se conhece a respeito pelo estudo de restos de esqueletos; e depois de salientar a ausência de raquitismo, tuberculose, microcefalia ou hidrocefalia patológica, cólera, peste, tifo, varíola, sarampo, lepra, e a raridade do câncer, observa: "A despeito do que se pretende em contrário, não há até hoje um só exemplo de sífilis pré-colombiana completamente autenticado" (p. 1.662). E considera a origem da sífilis questão aberta diante da base precária das conclusões a favor da origem americana da doença: "[...] *the matter is still a problem on which all further light is bigger desirable*".

Sobre o assunto veja-se também o que dizem Durval Rosa Borges, *Estudos sobre a sífilis etc.*, Rio de Janeiro, 1941; Danilo Perestrelo, *Sífilis*, Rio de Janeiro, 1943; Henrique de Moura Costa, "Aspectos e particularidades da sífilis no Brasil", *Brasil Médico*, Rio de Janeiro, nº 11, 16 de março de 1935, p. 245; Oscar da Silva Araújo, *L'organisation de la lutte antivénérienne au Brésil*, Paris, 1928.

171. Oscar da Silva Araújo, *Comentários*, cit.
172. *Diálogos das grandezas do Brasil*, cit., nota 12 ao "Diálogo segundo".
173. F. Buret, *La syphilis aujourd'hui et chez les anciens*, Paris, 1890.
174. Albert Moll, *The sexual life of the child* (trad.), Nova Iorque, 1924.
175. Pascale Penta, *I perversimenti sessuali*, Napoles, 1893; Max Dessoir, "Zur psychologie der vita sexualis" em *Allgemeine Zeitschrift für Psychischgerichtliche Medicin*, apud Westermarck *The origin and development of moral ideas*, Londres, 1926.
176. Oscar Pfister, *Love in children and its aberrations*, (trad.), Londres, 1924.
177. Não deve ficar sem reparo o fato de, em um país por longos séculos de escravos e de mulheres recalcadas pela extrema pressão masculina, o culto dominante entre a maioria católica ser o masoquista, sentimental, do Coração de Jesus. É comum entre os poetas um como exibicionismo do coração sofredor. A nossa literatura amorosa, tanto quanto a devocional e mística, está cheia de corações a sangrarem voluptuosamente: ou então magoados, doloridos, feridos, amargurados, dilacerados, em chamas etc. etc.
178. A expressão "Rússia americana" pareceu a um crítico que gentilmente se ocupou deste ensaio, "fórmula antiquada, depois de Vicente Licínio Cardoso e do Sr. Otávio de Faria." Talvez tenha se enganado o crítico. Pelo menos, em parte. A referida expressão usamo-la pela primeira vez há mais de dez anos no trabalho "Vida social no nordeste", *Diário de Pernambuco*, 1º centenário, 1925.
179. Houston Stewart Chamberlain, *The foundations of the nineteenth century*, Londres, 1911.
Ilustre crítico literário argentino, o Sr. Ricardo Sáenz Hayes escreveu sobre a citação de que aqui se faz de H. S. Chamberlain, a propósito de Loyola e dos *Exercícios* que "para buscarle

ascendencias a su misticismo [como faz Chamberlain] *es necesario no estar familiarizado con las fuentes cristianas del cristianismo*". E cita sua autoridade: *El islam cristianizado* de A. Palacios, Madri, 1931 (Introdução à *Casa-grande & senzala*, ed. espanhola, Buenos Aires, 1942). Mas autoridade igualmente considerável é o padre Asin Palacios que escreveu *La escatología musulmana en la Divina Comedia*, Madri, 1919. Se não é desonra para a poesia cristã de Dante ter ascendências islâmicas e africanas, por que o seria para Loyola e para seus exercícios? Com todo o seu ocidentalismo, o escritor católico francês M. Legendre reconhece que "*le semitisme arabe a mis dans le temperament spirituel de l'Espagne une forte note d'originalité [...]*." Não só o árabe: o africano da África Menor. E acrescenta considerar "*un signe de pusillanimité chez certains Espagnols [...] repudier cet africanisme*" (*Portrait de l'Espagne*, Paris, 1923, p. 51).